

Universidade do Porto

Faculdade de Ciências do
Desporto e de Educação Física

Desporto para Deficientes e *Media*

Análise evolutiva do tratamento mediático dos Jogos
Paralímpicos em quatro periódicos nacionais
(1988/1992/1996)

**Ana Paula
Soares Calvo**

il de 2001

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Desporto para Deficientes e *Media*

**Análise evolutiva do tratamento mediático dos Jogos
Paralímpicos em quatro periódicos nacionais
(1988/1992/1996)**

Dissertação apresentada com vista à
obtenção de grau de Mestre em
Ciências do Desporto na Área de
Especialização de Actividade Física
Adaptada.

Orientadores: Prof. Doutor Rui Garcia
Prof. Doutor Urbano Marques

Ana Paula Soares Calvo

Porto, Abril de 2001

Agradecimentos

Os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para tornar possível a realização de uma investigação desta natureza, e em particular:

Ao Professor Doutor Rui Garcia, orientador deste trabalho, pela compreensão e apoio prestado, ajudando-me a ultrapassar as etapas mais difíceis da sua elaboração.

Ao Professor Doutor Urbano Marques, pela confiança, orientação e sugestões, sempre oportunas, dadas ao longo da realização da tese.

Ao Gabinete de Educação Física Especial, por me ter despertado o interesse por uma população realmente «especial» e pelos conhecimentos pedagógicos e científicos transmitidos.

A todos os Professores da FCDEF-UP que, de uma forma directa ou indirecta, contribuíram para toda a minha formação.

À Maria João Coutinho e Paula Gomes pela amizade revelada no apoio e revisão final deste trabalho.

À Maria João Esteves, Paula Marques, Paula Santos e Rui Costa, pela amizade, incentivo e boa disposição demonstrados ao longo destes anos.

À Carla (irmã) e ao Paulo (cunhado) pela compreensão e incentivo; e à Bárbara (sobrinha e afilhada) por me fazer sentir alguém importante nas fases de maior desânimo.

Aos meus Pais, pelo Amor, carinho e paciência, sem nunca terem pedido nada em troca, dedico-lhes todo o meu esforço para chegar onde cheguei e por ser quem sou.

Índice Geral

Agradecimentos

Índice Geral

Índice de Quadros

Índice de Anexos

Lista de abreviaturas

I – Introdução	10
II – Revisão da Literatura	17
1. Uma perspectiva sociológica do desporto	17
1.1. Do «desporto para alguns» ao «Desporto para Todos»	17
1.2. A actual dimensão do desporto	20
2. Deficiência e sociedade	31
2.1. O indivíduo com deficiência na sociedade	31
2.2. Quadro conceptual da deficiência/deficiente	34
3. Desporto para Deficientes	38
3.1. Conceito de Desporto para Deficientes	40
3.2. Vantagens do Desporto para Deficientes	41
3.3. As actividades desportivas para pessoas com deficiência	44
3.4. Os Jogos Paralímpicos	50
3.4.1. Evolução e caracterização dos Jogos Paralímpicos ...	50
3.4.2. O papel e a importância dos Jogos Paralímpicos	53
4. Desporto e comunicação social	54
4.1. Funções da comunicação social na sociedade	54
4.2. Desporto e jornalismo desportivo: que relações?	57
4.3. Competências do jornalista desportivo	60
4.4. A imprensa desportiva como negócio	62
5. Deficiência e comunicação social	65
5.1. A mediatização das pessoas com deficiência	65
5.1.1. A televisão e a deficiência.....	67
5.1.2. A imprensa e a deficiência	72
5.2. O poder dos meios de comunicação social para a deficiência	77

5.2.1. Mudança de atitudes	81
5.3. Estratégias para melhorar a imagem da deficiência nos meios de comunicação social	86
5.4. O papel das organizações e instituições responsáveis pela deficiência	88
6. Meios de comunicação social e Desporto para Deficientes	90
III – Metodologia	98
1. A metodologia	98
2. As categorias	106
IV – Apresentação e discussão dos resultados	118
1. Considerações gerais	118
2. Análise quantitativa da informação	118
3. Análise ao conteúdo da informação	130
V – Conclusões	163
VI – Bibliografia	171
VII – Anexos	196

Índice de Quadros

Quadro 1. História paralela dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos (adaptado de Fundación ONCE, 1993)	52
Quadro 2. Número de participantes e de Países nos Jogos Paralímpicos (adaptado de Castro, 1998)	52
Quadro 3. Percentagem de assuntos mencionados (adaptado de Lachal, 1990 e Yoshida; Wasilewski; Friedman, 1990)	72
Quadro 4. Percentagem de artigos por deficiência e faixa etária (adaptado de Lachal, 1990 e Yoshida; Wasilewski; Friedman, 1990) ..	75
Quadro 5. Distribuição anual do número de ocorrências de artigos por jornal	119
Quadro 6. Percentagem anual de artigos por jornal	121
Quadro 7. Percentagem anual da extensão dos artigos por jornal	125
Quadro 8. Percentagem anual da ocorrência dos títulos por jornal	126
Quadro 9. Percentagem anual da ocorrência de <i>Lead's</i> por jornal	127
Quadro 10. Percentagem anual da ocorrência de tabelas nos artigos .	128
Quadro 11. Percentagem anual da ocorrência de fotografias	128
Quadro 12. Percentagem anual do tipo de imagens fotografadas	129
Quadro 13. Tabela de resultados globais da análise de conteúdo	131

Índice de Anexos

Anexo 1. Organogramas do Desporto para Deficientes	I
Anexo 1.1. Organograma internacional do Desporto para Deficientes (adaptado da FPDD, 1997)	I
Anexo 1.2. Organograma nacional do Desporto para Deficientes (adaptado da FPDD, 1997)	II
Anexo 2. Quadro das modalidades paralímpicas distribuídas por deficiências (adaptado de Carvalho, 1999)	III
Anexo 3. Número de periódicos publicados por ano	IV
Anexo 4. Tabelas dos resultados da análise de conteúdo	V
Anexo 4.1. Tabela dos resultados da análise de conteúdo dos títulos e sub-títulos	V
Anexo 4.2. Tabela dos resultados da análise de conteúdo dos <i>Lead's</i>	V
Anexo 4.3. Tabela dos resultados da análise de conteúdo do corpo dos artigos	VI
Anexo 5. Resultados da análise de conteúdo ao corpo dos artigos	VII
Anexo 5.1. Categoria do Nacionalismo	VII
Anexo 5.2. Categoria do Cultural	VII
Anexo 5.3. Categoria da Simbologia	VIII
Anexo 5.4. Categoria da Identificação	VIII
Anexo 5.5. Categoria do Desporto para Deficientes	VIII
Anexo 5.6. Categoria do Enquadramento Espaço-Temporal	X
Anexo 5.7. Categoria da Recreação	XI
Anexo 5.8. Categoria do Rendimento	XII
Anexo 5.9. Categoria da Reabilitação	XIV
Anexo 5.10. Categoria da Organização Desportiva	XV
Anexo 5.11. Categoria da Ideologia	XVII
Anexo 5.12. Categoria do Sensacionalismo	XIX
Anexo 6. Quadro da participação portuguesa nos Jogos Paralímpicos (adaptado de Carvalho, 1999)	XXI
Anexo 7. <i>Corpus</i> de estudo	XXII

Lista de abreviaturas

ABVE – Associação de Bombeiros Voluntários do Estoril

ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal

APOC – Atlanta Paralympic Organizing Comitê

APPC – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral

cit. p/ - citado por

c/ - com

cf. c/ - confrontar com

CDP – Confederação do Desporto de Portugal

CISS – Comité International des Sports des Sourds

COI – Comité Olímpico Internacional

COOB – Comité Organizador dos Jogos de Barcelona

COP – Comité Olímpico de Portugal

CP-ISRA – Cerebral Palsy International Sports Recreation Association

Dr. – Doutor

DGD – Direcção Geral dos Desportos

e.g. – exemplo

EUA – Estado Unidos da América

FC do Porto – Futebol Clube do Porto

FIFA – Federação Internacional de Futebol Amador

FPDD – Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes

FPDS – Federação Portuguesa de Desporto para Surdos

IBSA – International Blind Sports Association

ICC – Comité Organizador Internacional

INAS-FMH – Inter Sports Federation for Persons with Mental Retardation

INDESP – Instituto Nacional do Desporto

INSERSO – Instituto Nacional de Servicios Sociales

IPC – Internacional Paralympic Committee

ISMWSF – International Stoke Mandeville Wheelchair Sport Federation

ISOD – International Sport Organisation for Disabled

JO – Jogos Olímpicos

Nº - Número

ODEPA – Organização Desportiva Pan-Americana

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONCE – Organización Nacional de Ciegos Españoles

ONU – Organização das Nações Unidas

p. – página

RPPAPM – Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas com
Minusvalía

séc. – século

s/d – sem data

Sporting CP – Sporting Clube de Portugal

SNR – Secretariado Nacional de Reabilitação

SNRIPD – Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das
Pessoas com Deficiência

SPOC - Sydney Paralympic Organizing Comitê

USJDF – União Sindical dos Jornalistas Desportivos de França

v. – ver

I - Introdução

As políticas actuais a favor de pessoas com deficiência são o resultado de inúmeras mudanças ocorridas em todas as áreas da sociedade nos últimos 200 anos. A ignorância, o abandono, a superstição, o medo e a discriminação encontram-se entre os factores sociais que ao longo da história isolaram estes indivíduos e retardaram o seu enquadramento social.

O despertar da sociedade para o mundo dos indivíduos com deficiência apesar de se apresentar tardio, começa, em nosso entender, a adquirir uma direcção mais justa, permitindo a integração daqueles que há muitas décadas atrás eram considerados uns incapacitados e um «empecilho» à evolução da própria sociedade.

As atitudes sociais relativas à deficiência evoluíram da simples prestação de cuidados elementares até à existência de normas e políticas educativas e reabilitativas para as pessoas com estas características. Mais concretamente, poderemos apontar a IIª Guerra Mundial como o marco de viragem no tratamento social prestado a este grupo específico da população. Esta foi uma época que, para além de destruir grande parte da Europa, originou igualmente, um elevado número de cidadãos com deficiência.

Aliada à necessidade de reconstruir o velho continente surgiu o princípio de converter todos os indivíduos em membros activos, pois era difícil aceitar que pessoas anteriormente válidas, com prestígio e em alguns casos heróis de guerra, se tivessem transformado em cidadãos inúteis. Esta nova forma de pensar o Homem e a sociedade deu origem ao aparecimento de mecanismos poderosos que garantissem a protecção e promoção dos direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (em 1948), ao referir que todos os homens nascem livres e com dignidade e direitos iguais, e aliando-se a outros tratados internacionais sobre direitos do Homem, constituem a base de

todo o sistema político, económico e social actual que, visa proteger e promover os direitos e deveres dos cidadãos com deficiência.

A legislação internacional teve igualmente repercussões, em Portugal, nos planos social, político e económico. A comprovar esta não isenção às mudanças internacionais temos, para além de outras, a aprovação da «Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência», em 1989, que visa promover e garantir os direitos que a Constituição da República Portuguesa consagra nos domínios da prevenção da deficiência, do tratamento, da reabilitação e da equiparação de oportunidades da pessoa com deficiência.

Em 1994, as Nações Unidas apresentam as «Normas sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência» (Resolução 48/96) onde fazem referência às áreas fundamentais para a igualdade de oportunidades, sendo elas a acessibilidade, a educação, o emprego, a manutenção de rendimentos e segurança social, a vida familiar e dignidade pessoal, a cultura, a religião, as actividades recreativas e o desporto.

A acompanhar esta evolução do estatuto social do indivíduo com deficiência encontramos, então, o desporto que, nas suas diversas vertentes acaba por englobar na sua prática as populações especiais, apresentando-se assim como um fenómeno social total que, para além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do Homem através dos seus efeitos fisiológicos e psicológicos, proporciona efeitos sociais, o que facilita todo o processo de (re)integração social do indivíduo com deficiência.

O desporto transforma-se num fenómeno social que não é exclusivo de um determinado grupo populacional, pois ele é plural nas suas formas e plural nos seus praticantes. Sobre este assunto, em 1988, o Conselho da Europa pronuncia-se através da sua «Carta Europeia de Desporto para Todos», sobre o livre acesso do desporto a todos os indivíduos independentemente da sua condição, sexo, idade, etnia ou classe social, imputando deveres ao Estado no sentido de proporcionar essa mesma acessibilidade.

Podemos constatar, então, que o desporto evolui paralelamente às mudanças sociais, políticas e económicas manifestadas a nível nacional e internacional, proporcionando a todos os cidadãos de pleno direito o acesso à sua prática. Tendo em conta que ele é entendido como uma forma privilegiada de comunicação entre os povos, rapidamente concordamos que este se apresenta igualmente, como um elemento chave para a verdadeira reabilitação integral do indivíduo com deficiência, pelo que, todos nós (indivíduos com e sem deficiências) deveremos unir esforços para colmatar a distância que, por vezes, nos mantém separados.

Apesar do Desporto para Deficientes ter surgido como meio de tratamento e reabilitação dos lesionados vértebro-medulares, provenientes da IIª Guerra Mundial, os êxitos alcançados com ele, através da sua vertente terapêutica e recreativa, conduziram à realização daqueles que foram os primeiros Jogos de Stoke Mandville (em 1948) e que coincidiram com os XIV Jogos Olímpicos de Londres. Contudo, só a partir de 1960 é que o Desporto para Deficientes na vertente de competição se começa a desenvolver, quando os Jogos Paralímpicos e os Jogos Olímpicos partilham a mesma cidade (Roma), indo de encontro com os ideais de Sir Ludwig Guttmann. Hoje, os Jogos Paralímpicos ocupam um lugar com alguma expressão, como poderá demonstrar o crescente número de países e atletas participantes no respectivo evento.

Actualmente ninguém deverá contestar o precioso significado do movimento do corpo para o ser humano. O movimento não diz unicamente respeito às actividades desportivas, pois desde os tempos mais remotos que as actividades humanas dependem dele para garantir a sobrevivência do homem, seja no campo da satisfação das necessidades básicas, ou simplesmente no campo da comunicação/expressão. De facto, desde a pré-história que existem indícios de que o movimento e a comunicação se interrelacionam, pelo que, em nada nos surpreende que hoje em dia o desporto e os meios de comunicação social se encontrem lado a lado na formação do homem como ser bio-psico-social.

Assim, quando falamos de comunicação social ninguém refuta o enorme poder, em termos de influência e aculturação, que a rádio, a televisão e a imprensa detêm sobre a sociedade. Porém, a realidade actual é bastante clara, pois os órgãos de comunicação social têm no espectáculo desportivo um factor de forte investimento, o que leva a que toda a sua programação mediática se baseie igualmente em imperativos de ordem económica, política e social.

Os ideais aristocráticos do desporto perderam-se à medida que este passou a cumprir funções políticas e económicas cada vez mais importantes. A actividade desportiva converteu-se num espectáculo modelado de forma a ser consumido pelos espectadores, como poderão demonstrar os índices de publicidade produzidos num evento desportivo, bem como o número de vezes que determinadas personagens da vida política nacional ou internacional aparecem, não só junto de atletas, como em manifestações desportivas de interesse global.

O desporto passou a ser utilizado como um meio para transmitir uma determinada imagem e vender determinado produto, que com base nos padrões comportamentais, de beleza física e estética e os padrões sensuais ditados pela própria sociedade, visa transformar as pessoas.

A exaltação do corpo ideal feita pelos meios de comunicação social provocam nas pessoas o desejo pelo corpo alheio, levando-as a comprar tudo o que a publicidade idealiza, define e vende como modelos, acabando por reforçar a ideologia das aparências, da promoção de símbolos de *status* (carros, roupas, corpo, etc.) e das diferenças e desigualdades sociais.

Confirma-se então, que o espectáculo desportivo é hoje o objecto mais interessante da programação de qualquer órgão da comunicação social (escrito ou audio-visual). Mas será que tudo o que anteriormente afirmamos acerca do desporto e dos órgãos de comunicação social poderá ser aplicado no caso particular do Desporto para Deficientes?

Falar do Desporto para Deficientes e da comunicação social numa época em que o primeiro tem sofrido conseqüentes evoluções e o segundo atingiu uma dimensão por todos nós conhecida, não é tarefa fácil! Quando relacionamos estes termos – Desporto para Deficientes e *media* – outras questões se colocam acerca da mediatização das acções deste grupo específico da população: (i) Qual a importância dada ao Desporto para Deficientes pelos meios de comunicação social? (ii) Como é tratado o Desporto para Deficientes nos meios de comunicação social? (iii) Esse tratamento terá sofrido alguma evolução? (iv) Será suficiente para produzir as tão desejadas mudanças sociais?

A ausência de estudos sistematizados sobre a problemática da mediatização desportiva das pessoas com deficiência é um dado adquirido, quer a nível nacional, quer a nível internacional. De facto, durante a fase da pesquisa bibliográfica deparamo-nos apenas com estudos demasiados genéricos a nível da imprensa e da televisão, não abordando em concreto o fenómeno desportivo.

Esses estudos revelaram que, para além de exíguas, as representações mediáticas das pessoas com deficiência, transmitem com maior frequência as imagens do incapacitado que não consegue solucionar os seus problemas ou do «super-homem» com algumas capacidades mais desenvolvidas em detrimento de outras, acabando assim, por reforçar estereótipos, estigmas e posturas preconceituosas. Estas estereotipização e estigmatização transmitidas pelos diferentes órgãos de comunicação social, são, por vezes, os responsáveis pelas atitudes sociais manifestadas em relação à população com necessidades especiais.

O desporto de alta competição é um bom exemplo de que ao indivíduo com deficiência ainda não lhe é dado o devido valor, pois para tal basta recordar o número de vezes que um evento desportivo é mediatizado, bem como a indiferença demonstrada pela sociedade para assistir a estas actividades. Que factores estarão por detrás de tais atitudes? Não terá o Desporto para Deficientes a mesma essência e carácter do desporto dos ditos «normais»?

A comunicação social através dos meios técnicos actuais dos mais sofisticados, tem hoje uma influência extraordinária em toda a parte do mundo, imputando-lhe uma enorme responsabilidade, através do contributo que pode e deve dar para o entendimento entre os homens (formação de opiniões), assim como, para o desenvolvimento do Desporto para Deficientes e consequentemente, para o processo de reabilitação integral. Torna-se então, importante, o reconhecimento público destes acontecimentos desportivos, de forma a contribuir fortemente para a promoção e revelação de uma imagem positiva da pessoa com deficiência.

O ano 2000, para além de ser sinónimo de um novo ano do calendário civil, onde a esperança na continuidade da melhoria da qualidade de vida subsiste, ele é igualmente sinónimo de mais um ano em que se festeja aquele que é o expoente máximo do fenómeno desportivo para pessoas com deficiência: os Jogos Paralímpicos. E é aproveitando este clima paralímpico, onde uma vez mais os meios de comunicação social desempenharão um papel preponderante na divulgação e transmissão deste evento, que surge o nosso estudo com a pretensão de obter algumas respostas às questões colocadas anteriormente.

A presente investigação poderá contribuir para um melhor conhecimento da realidade social, no que respeita ao Desporto para Deficientes, na vertente de alto rendimento, através da imprensa nacional, pois não podemos olvidar o papel dos meios de comunicação social, não só na formação como também na informação, ao reflectir as estruturas sociais e as suas formas de pensar e agir.

Consequentemente, esta pesquisa poderá revelar-se como ponto de partida para futuros trabalhos na mesma linha de investigação, de forma a contribuir para uma melhoria no tratamento mediático da problemática da deficiência, facilitando assim, todo o processo de integração e reabilitação integral destes indivíduos.

II – Revisão da literatura

II – Revisão da Literatura

1. Uma perspectiva sociológica do desporto

1.1. Do «desporto para alguns» ao «Desporto para Todos»

O que caracteriza o desporto e lhe dá a devida importância dentro de um contexto social, é o facto deste ser considerado um fenómeno que caracteriza as estruturas da própria sociedade. Segundo Marivoet (1998b), o desporto não pode ser considerado como um espaço fora da história e das formações sociais que o expressam. Costa (1993a) refere ainda que o desporto reproduz a imagem da sociedade, transmitindo os seus sonhos, suas crises, suas contradições, seus princípios e suas esperanças.

Dentro de um outro contexto, o cultural, Garcia (s/db) expressa um certo radicalismo, na intenção de enfatizar a importância do praticante e não tanto do praticado, ao referir que o desporto enquanto desporto não existe, existindo sim os seus praticantes. Ainda no seguimento deste pensamento, Marivoet (1998b, p.14) alega que “o desporto não tem existência para além dos indivíduos que o exercem, e estes utilizam-no segundo a sua consciência e o seu querer”. Nesta perspectiva e, sendo os indivíduos igualmente seres sociais apenas com existência própria quando inseridos num espaço social e consequentemente sujeitos a um conjunto de influências que condicionam e estruturam as suas acções, o desporto acaba assim por assumir uma configuração social de acordo com o sistema em que está inserido.

Compreende-se então, que o desporto da Antiguidade Clássica não possa ser interpretado da mesma forma que o desporto da Era Moderna, pois as mudanças sociais, económicas e políticas manifestadas ao longo dos tempos provocaram profundas alterações na prática desportiva dos cidadãos. Contudo, convém lembrar que o desporto tem fundamentos antropológicos bem para lá da história que não podem ser desprezados. De acordo com Garcia (s/da), estes fundamentos relativos ao *anthropos* legitimam a expansão do desporto a

todos os Homens, podendo-se assim enquadrar dentro deste fenómeno social, homens, mulheres, crianças, jovens, idosos e pessoas com e sem deficiência.

Segundo Esteves (1999), os Jogos Olímpicos da Antiga Grécia constituíam uma significativa manifestação das estruturas sociais dos Helenos. Entre muitos outros exemplos que poderiam confirmar este conceito, mencionamos o facto de, já nessa época, existirem jogos femininos em Olímpia. Contudo, estes eram realizados após os jogos masculinos, em meses distintos e com um número de modalidades inferiores às do sexo oposto¹. A preocupação de afastar as duas competições era para marcar uma diferença nítida, bem como a de evitar às mulheres a tentação de assistir aos jogos dos homens, atitude esta que seria punida pelas leis da época e que traduzem efectivamente a consideração atribuída às mulheres numa sociedade tipicamente masculina e militarizada.

Na Idade Média, o desporto era encarado como uma actividade exclusiva de determinada classe social e de cariz bélico. O carácter aristocrático e militar atribuído ao desporto, reflecte uma vez mais os valores sociais da época. Mas é sem dúvida a partir do séc. XIX que se verifica a verdadeira expansão deste fenómeno ao acompanhar o desenvolvimento manifestado em outros aspectos sociais da vida europeia, como consequência da Revolução Industrial.

Mais uma vez, o conhecimento sociológico interliga a evolução verificada no domínio desportivo com a dos demais domínios sociais, ao referir que o desenvolvimento industrial no final do séc. XIX introduziu novos valores nas práticas desportivas, quando estas deixam de ser praticadas exclusivamente pela aristocracia burguesa, para passar a serem praticadas pelas classes operárias. De acordo com Esteves (1999), este envolvimento social das classes com inferiores recursos económicos e culturais, originou novas posturas e valores, onde a procura do prazer através do desporto vai ser

¹ Este é um facto que ainda se manifesta entre dois fenómenos desportivos, isto é, os Jogos Paralímpicos apesar de partilharem o mesmo local dos Jogos Olímpicos, realizam-se em dias diferentes e com um número de modalidades inferior.

confrontado com os novos valores, que encontram na actividade desportiva uma fonte de proveito e rendimentos sociais e económicos.

A passagem do desporto como uma prática eminentemente educativa e lúdica para se assumir como uma actividade profissional, reflecte, sem dúvida alguma, a sociedade da Era Industrial onde o alcance do rendimento máximo e a utilização do corpo como instrumento de produção estava verdadeiramente estabelecido. Corroborando com o que foi referido, Costa (1993a, p.43) acrescenta que "(...) a sociedade industrial é fundada sobre o tríplice princípio fundamental: eficácia, rendimento, progresso". Compreende-se, então, que sendo o rendimento o pilar da sociedade industrial, esse mesmo princípio constitua, de igual modo, a base do sistema desportivo da era moderna, onde funciona a lógica da concorrência, da produção, da eficácia e do progresso, dando assim uma representação industrial à máxima: *altius, citius, fortius* (Costa, 1993a).

As constantes evoluções geradas a partir da revolução industrial levaram ao ressurgimento económico, e consequentemente, a um aumento do nível de vida para a maioria das populações. Os avanços tecnológicos dão origem a máquinas que ocupam o lugar da força humana, tornando o trabalho e as restantes actividades do quotidiano em tarefas cada vez mais sedentarizadas. Assim, a prática desportiva aparece como resultado de mutações sociais sobretudo no plano dos valores, dos direitos, dos interesses, dos problemas e das necessidades (Bento, 1993b).

A chamada «civilização» atribui um novo sentido ao desporto ao considerá-lo como um meio por excelência, de combater o sedentarismo e as patologias que daí podem advir. O interesse pela prática desportiva, manifestado a partir da época pós-industrial, expressa os novos valores, no sentido em que ao desporto é atribuído um conjunto de benefícios sociais, psicológicos e anátomo-fisiológicos. Nesta linha evolutiva surge o movimento do «Desporto para Todos» que, segundo Esteves (1999), constitui uma ruptura com o modelo desportivo de competição, emergente de uma sociedade industrial assente no rendimento corporal.

1.2. A actual dimensão social do desporto

Hoje em dia os praticantes de desporto não são apenas os cidadãos de uma determinada classe social ou de um escalão etário possuidores de um corpo «perfeito». Os praticantes de hoje são “(...) os homens e as mulheres na pluralidade e diversidade dos seus estados de desenvolvimento, de comportamento e rendimento (...)” (Bento, 1993b, p.114). Este facto é o produto resultante dos princípios orientadores de uma política de «Desporto para Todos», quando no seu Artigo I do anexo da resolução (76) 41, estipula que «todo o indivíduo tem direito à prática desportiva» (Conselho da Europa, 1988).

A consagração do desporto como um direito de todo o cidadão que exige ao Estado a criação de condições para a sua efectuação, permitiu uma democratização do acesso à prática desportiva, investindo-se em redes de infra-estruturas à escala nacional. O Desporto para Deficientes é o exemplo vivo da expansão do novo conceito de desporto, pois os seus resultados atingiram uma expressão acima da posição que ocupamos no «outro» cenário desportivo internacional.

Contudo, e de acordo com a opinião de alguns responsáveis pelas actividades desportivas para indivíduos com deficiência, os apoios financeiros ainda se encontram muito aquém do que é necessário, o que segundo Marques (1998), deve ser uma situação que se deve ultrapassar, pois é preciso aproveitar o estímulo existente, apoiando as instituições que se empenham na (re)integração social deste grupo específico da população, na promoção de uma vida mais digna e com maior qualidade.

A actual dimensão social do desporto expressa-se através dos seus fundamentos culturais, científicos, pedagógicos e estéticos, e também, pelas suas diferentes vertentes: a recreação e lazer, a reabilitação e o alto rendimento. Ninguém duvida que todo o ser humano necessita se não de desporto, pelo menos de actividade física e, mais concretamente, de movimento. Nesta perspectiva e baseando-nos na ideologia do homem

biológico, psicológico e social, concordamos que o desporto, nas suas diferentes vertentes, surge como um espaço de satisfação das novas necessidades sociais.

As práticas desportivas de recreação e lazer são a imagem da sociedade desenvolvida. Segundo Garcia (2000), esta nova sociedade pode ser perfeitamente entendida através da relação do tempo de trabalho com o tempo livre, pois temos vindo a verificar uma redução do tempo de trabalho com um consequente aumento do tempo livre dos cidadãos. O tempo livre transforma-se assim num valor do nosso tempo, e o direito de o desfrutar da melhor forma possível deverá estar ao alcance de todos os cidadãos (Garcia, 2000). O desporto assume-se como uma forma de ocupar este tempo, proporcionando a quem o pratica uma fuga à pressão da vida quotidiana, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida.

O crescente número de actividades desportivas de recreação e lazer, reflecte a nova mentalidade caracterizada pelo poder industrial e económico das sociedades actuais, baseadas na filosofia da produção e do consumo e regida pelas leis da oferta e da procura. Não esquecendo porém que falamos de uma sociedade altamente mediática, onde a imagem ganha um lugar de relevo, o desporto comporta ainda, o espírito do culto do corpo e da imagem física «perfeita».

Com efeito, o desenvolvimento da comunicação de massas influencia cada vez mais a auto-identidade, isto é, a modernidade confronta o indivíduo com uma complexa diversidade de escolhas que, segundo Giddens (1994), sugerem estilos de vida através de imagens atractivas e sensuais. Sobre este conceito o autor refere ainda que, “um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo adopta, não só porque essas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade” (p.73).

Sendo o corpo um objecto caracterizado pela dualidade de sensações com o qual todos temos o privilégio ou a condenação de o habitar, concordamos com

Garcia (2000) quando refere que existe um desfasamento entre aquilo que é exigido pela sociedade e aquilo que traduz a realidade. Por exemplo, nestas questões do corpo «perfeito» mediatizado, as pessoas com algum tipo de deficiência encontram-se à margem daquilo que é aceite socialmente. Mas sobre este assunto, iremos debruçar-nos em capítulos posteriores quando analisarmos o indivíduo com deficiência no contexto desportivo mediático.

Em suma, os meios de comunicação social nem sempre espelham a realidade, mas, em certa medida, formam-na. Compreende-se então que o corpo assuma hoje em dia uma dimensão anteriormente impensável, passando agora a ser um cartão de apresentação da própria identidade (Giddens, 1994).

O desporto constitui-se igualmente como um espaço de socialização e integração social, onde a partilha de interesses comuns e a sua consequente mediatização, conferem-lhe um símbolo de distinção social. Fala-se de desigualdades sociais e de discriminação numa sociedade que tenta a todo custo não admitir a sua existência, embora na prática também não os consiga eliminar. O desporto reflecte bem estas questões se recordarmos que, na sua origem, os indivíduos nele envolvidos eram uma minoria oriunda de classes dominantes e que actualmente todos o praticam. No entanto, mesmo com a passagem do desporto para um sistema aberto que todos podem usufruir, detectam-se ainda algumas manifestações desportivas restritas.

De acordo com Marivoet (1998b), as classes sociais com níveis superiores de capital económico, cultural e social, procuram modalidades de difícil acesso, pois são estas que lhes fornecem maior capacidade distintiva (e.g. golfe, hipismo, vela, etc.). Em contrapartida, as restantes classes procuram modalidades que estejam ao seu alcance, surgindo até aquelas cujas práticas desportivas recusam a norma social vigente ou pelo menos a desafiam, por exemplo, o *skate* ou o desporto *underground* (Marques, 1998).

Poderemos então falar de exclusividade na prática desportiva. No entanto, esta começa a ganhar novas dimensões, isto é, se antes associávamos alguns desportos a algumas classes sociais, hoje esta exclusividade passa também

pelo uso efectivo do termo *personal trainer* onde somente as pessoas com elevados poderes económicos têm acesso, conferindo-lhes uma identificação social e uma forma de inclusão na organização social.

Numa sociedade cujos meios institucionais colocados ao dispor dos cidadãos lhes oferecem um conjunto de direitos cívicos, no que diz respeito à prática do desporto, muitos são ainda aqueles cujas aspirações não se realizam, reflectindo-se, uma vez mais, as diferenças sociais. Por exemplo, a Lei nº9/89 de 2 de Maio (Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência) contempla no artigo 15º, a recreação em paralelo com a cultura e o desporto, visando contribuir para o bem estar e para o desenvolvimento das capacidades de interacção social e, no artigo 26º, menciona ainda que a política de cultura, desporto e recreação deve criar condições para a participação da pessoa com deficiência.

Contudo, segundo Marques (2000), a recreação da população com necessidades especiais é ainda uma questão em estado de desenvolvimento inicial, pois se por um lado temos conhecimento da existência de legislação e da importância das actividades desportivas de recreação na promoção da saúde e da qualidade de vida, por outro lado, poucos são aqueles que usufruem de tais direitos.

Em 1997, Esteves realizou um estudo sobre a integração de indivíduos com deficiência em ginásios e academias da cidade do Porto. As conclusões da sua investigação revelaram que dos 9000 alunos frequentadores dessas instalações, apenas 7 deles eram portadores de necessidades especiais. A escassez de equipamentos públicos e privados; os difíceis acessos; a inexistência de equipamentos específicos e a falta de apoios complementares associado aos custos excessivos de utilização, parecem estar, segundo Marques (2000), entre os principais factores responsáveis pelo número reduzido de indivíduos com deficiência que frequentam tais academias.

O mesmo autor, refere ainda que algumas autarquias não parecem suficientemente preocupadas, quer a nível técnico, quer a nível de instalações

e equipamentos, quer a nível da oferta e/ou apoio de actividades desportivas de carácter recreativo para este tipo de populações. Esta situação constatada no desporto de recreação e lazer das pessoas com deficiência, acaba por ser consequência, e igualmente reflexo, dos problemas que estes indivíduos enfrentam nas restantes áreas (e.g. educação, saúde, emprego, etc.).

As chamadas «doenças da civilização» dão um novo sentido ao desporto de reabilitação/reeducação. Por exemplo, a hipocinésia está associada à doença, pelo que o desporto na sociedade actual para além de possuir um carácter reabilitativo, adquire igualmente um carácter preventivo. Kruse (1991) justifica esta nova mentalidade de educação para a saúde, como uma forma de amenizar os encargos provenientes dos custos da mesma.

O desporto ganha assim uma nova dimensão na sociedade ao ser utilizado como um meio para resolver alguns problemas sociais, e no caso específico da população utilizada no nosso estudo, o Estado cria políticas de forma a assegurar a sua participação no desporto. Como já referimos, a Lei nº9/89 de 2 de Maio, no seu artigo 5º, menciona o desporto como uma das medidas a tomar no âmbito do processo de reabilitação.

O desporto torna-se assim num fenómeno cuja dimensão adquirida é por vezes imperceptível aos nossos olhos. A prática generalizada, os diferentes contextos e as intencionalidades elegem-no como uma manifestação social e cultural profundamente humana. Para Garcia (s/db) a sociedade actual desenvolveu o desporto moderno para corresponder aos ideais do lúdico, do rendimento e da superação; elementos estes presentes em todos os modelos de práticas desportivas.

De facto, a ideia do lúdico está patente desde as primeiras manifestações desportivas, onde encontramos a alegria e o prazer. Em relação ao rendimento, Bento (1993c), Costa (1993a) e Esteves (1999), referem que toda a actividade humana assenta nesta condição, sendo actualmente impensável conceptualizar uma sociedade sem rendimento. Por último encontramos a superação, categoria esta que, segundo Garcia (s/db), reflecte a trilogia

olímpica idealizada por Pierre de Coubertin: *citius, altius, fortius*. Porém, a superação não é apenas um imperativo do desporto, mas também um imperativo da vida humana, pois o homem é homem porque venceu e superou as dificuldades (Costa, 1993b e Garcia, s/db).

Concordamos então, que o desporto, mais do que qualquer outra actividade humana, expressa com verdadeiro rigor a lógica da nossa sociedade. Mas a sua popularidade e o seu carácter espectacular transformam-no num fenómeno mundial, cuja expressão suprema é alcançada através do desporto de competição, onde uma vez mais encontramos uma diversidade de praticantes: crianças, jovens, adultos, mulheres, homens, indivíduos com e sem deficiência.

Na vertente competitiva de alto nível, o olimpismo é um fenómeno que se assume, aos olhos de todo o mundo, como um dos mais marcantes acontecimentos culturais dos dias de hoje. Os meios de comunicação social permitem que a humanidade participe nesta grande festa do desporto, onde a exaltação dos resultados, do corpo e do movimento encontram a sua representação máxima.

O impacto social dos jogos sobre os sonhos individuais é verdadeiramente extraordinário. O espectáculo desportivo transformou-se numa manifestação cultural sem paralelo em que a cena final não está pré-determinada, sendo o argumento «escrito» e «produzido» à frente de todos (Constantino, 1992). Assim, a produção de um espectáculo desportivo torna-se sempre original e impossível de ser reproduzido, podendo apenas ser registado e relatado, o que permite aos meios de comunicação social desempenhar um papel preponderante, transformando este fenómeno num dos acontecimentos mais regulares e familiares no dia a dia de qualquer ser humano.

É tendo em conta esta familiaridade gerada pelos *media* em torno do fenómeno desportivo que iremos analisar todo o seu contexto socio-cultural. Porém, antes de passarmos à sua apreciação convém referir que todos os fenómenos desencadeados no meio desportivo (e.g. a violência, a corrupção, a dopagem, etc.) não são exclusivos da sua prática. Sobre este assunto, Constantino

(1990) refere que encontramos as mesmas situações em outros sectores da sociedade, pelo que, não deveremos condenar já o desporto ignorando o que se passa à sua volta.

O nosso discurso à volta da contextualização do desporto de rendimento é baseado, e de certo modo influenciado, nas imagens e informações projectadas pelos meios de comunicação social. Nesta perspectiva convém advertir para algo que consideramos importante, pois não pretendemos que o nossa apreciação crie ideias negativas sobre esta vertente desportiva. Assim, concordamos com Giddens (1994) quando refere que muitas das experiências que podem ser raras na vida do dia a dia, são rotineiramente confrontadas nas representações dos *media*, levando-nos por vezes a formar uma ideia sobre determinado assunto que não corresponde à realidade concreta.

Mais rápido, mais alto e mais forte é o lema que simboliza os Jogos Olímpicos modernos e ao qual se pode atribuir duas principais características: (i) a procura de resultados cada vez mais altos que levem ao *record* e (ii) a publicidade existente por detrás de todo este movimento (Seppänen, 1987).

De facto não será de todo erróneo afirmar que a obsessão pelo *record* é uma das consequências da evolução do desporto e da sua integração numa sociedade que exalta a eficácia, o rendimento e o progresso (ilimitado). Tendo em conta que o desporto moderno nasceu com a sociedade capitalista industrial, a ideia do corpo desportivo associa-se à imagem de uma máquina de rendimento cujos recordes obtidos simbolizam o progresso. Mas acerca do significado antropológico do *record* pensamos que este vem responder à necessidade fundamental da superação que existe em todo o ser humano. “A necessidade de se superar faz parte do dinamismo ontológico do homem” (Costa, 1993b, p.127).

Sendo então a hipótese da superação uma condição humana que torna os recordes desportivos elementos indissociáveis do progresso, podemos garantir com toda a certeza que o desporto moderno é igualmente a ciência e a técnica em competição. Por exemplo, um dos acontecimentos mais destacados nos

Jogos Olímpicos de Sydney 2000 foi o uso, em natação pura, de fatos inteiros. A filosofia por detrás deste equipamento baseia-se na manutenção da energia produzida pelo nadador. O fato fabricado num material especial adapta-se aos contornos do corpo, sentindo-o como uma segunda pele, de forma a melhorar os registos de tempo (Boa Forma, 2000).

Perante este facto, não estarão as vitórias e os recordes alcançados relacionados com a evolução sentida a nível de materiais e equipamentos? Este é um dos muitos exemplos que poderíamos citar para corroborar a hipótese de que actualmente a ciência e a tecnologia são colocadas ao serviço do desporto, com o intuito de exigir ao atleta a contínua superação, aproximando-se cada vez mais do ponto máximo da sua realização pessoal.

Atingir altos níveis de *performance* e querer ir sempre mais longe é uma aspiração legítima de qualquer homem. No entanto, não poderemos esquecer algo cuja importância se torna vital: o corpo tem capacidades limitadas que não devem ser ignoradas! Atingir a excelência desportiva por quaisquer meios de forma a ultrapassar os limites humanos é uma tentação que leva necessariamente à frustração, à humilhação e até mesmo à morte.

Exemplos ainda muito presentes na «memória olímpica» são os casos de Ben Johnson (Canadá) e de Florence Griffith (EUA). Ben Johnson arrasou todos os seus rivais na prova de 100m (JO Seul em 1988) com uma marca de 9.79s, mas o controlo anti-dopagem deu positivo por consumo de anabolizantes. A desqualificação implicou a perda da marca e da medalha, manchando definitivamente a imagem de herói. Quanto à atleta norte-americana, Florence Griffith, que após atingir marcas aparentemente inalcançáveis nos mesmo jogos, faleceu em 1999, vítima de problemas cardíacos com uma idade que suscitou algumas suspeitas questionando-se os métodos e processos de treino utilizados.

Costa (1993b) menciona que factos destes evidenciam que é muito perigoso tentar recuar indefinidamente as fronteiras das possibilidades humanas, esquecendo os princípios da ética e da razão. O desporto deixa assim de ser

desporto a partir do momento em que o mesmo é praticado de maneira a lesar a saúde do indivíduo ou quando coloca atletas em diferentes circunstâncias de igualdade.

Sobre os (aparentes) valores ultrapassados do desporto, Grande (1990) refere que a competição desportiva tinha a preocupação de encontrar o mais dotado sem artifícios, contando apenas com as verdadeiras e naturais capacidades do atleta ou do conjunto, honrando a lealdade, a solidariedade e o *fair-play*. O mesmo autor acrescenta que a competição desportiva foi subvertida, sendo os atletas usados como bandeiras ideológicas e os resultados interpretados segundo interesses que pouco tinham a ver com o desporto em si mesmo.

Estimulantes, narcóticos, anabolizantes, diuréticos, hormonas de crescimento, manipulação farmacológica e sanguínea, enfim, um mundo de substâncias para conseguir a excelência desportiva, para vencer tudo e todos, para ser o melhor. Esta é sem dúvida alguma, uma viagem ao lado negro da competição onde se fazem e desfazem mitos, falseiam resultados e a saúde é sempre deixada para segundo plano². Expressões como «ética desportiva» e «deontologia médica» pouco significam quando em causa está a ânsia de ganhar, levando-nos à percepção errada de que o desporto de alto rendimento parece servir uma sociedade materialista, acabando por fundamentar o tão mediatizado aparecimento de fraudes e condutas anti-desportivas, objectivando apenas os interesses comerciais, financeiros, desportivos e científicos que envolvem todo o fenómeno desportivo.

Para Constantino (1990) o espectáculo desportivo aperfeiçoou as técnicas de mercado, aplicou o *marketing*, projectou a imagem, alimentou o seu consumo mediático, e serviu-se para fins publicitários. A publicidade mediatizada pelos órgãos de comunicação social no desporto de alto rendimento, atribui ao dinheiro um papel cada vez mais importante, onde somente interessa a obtenção de resultados cada vez mais elevados.

² Temas muito mediatizados nos órgãos de informação.

O desporto de alto nível, onde encontramos o desporto-espectáculo, é sempre orientado para satisfazer um verdadeiro mercado de consumidores. Com efeito, segundo Lima (1974), o desenvolvimento desta prática desportiva contribuiu para a origem de um movimento financeiro susceptível de o sustentar, de o promover e de o rentabilizar. Nasce então aquilo que o autor classifica como o «desporto-indústria» e o «desporto-comércio».

A fundamentação do primeiro reside no vastíssimo equipamento e material que é indispensável para a manutenção da prática das actividades desportivas, objectivando igualmente a melhoria das performances. Paralelamente a este surge a exploração do mercado desportivo onde a publicidade adquire um papel preponderante, não só para a divulgação de produtos, como também para a divulgação do próprio desporto e o consequente investimento na evolução do mesmo.

O desporto, ao assumir-se como um espectáculo modelado de forma a ser consumido pelos espectadores, atribui à imagem e ao sucesso do atleta um papel fundamental na promoção do produto a vender. O *marketing* passa então a utilizar o atleta como produto e não como desportista que é. Nesta perspectiva, pensamos não estar a cometer um erro mutilando a trilogia de Pierre de Coubertin ao afirmarmos que o atleta na sociedade actual para além de ser o mais rápido, o mais forte e ir mais longe, tem igualmente de ser sedutor. O desporto passa assim a ser o arquitecto do edifício de beleza que é o nosso corpo, dando-lhe uma outra dimensão, de modo a fazer parte de um sistema de acção e não um mero objecto passivo (Giddens, 1994).

O corpo enquanto organismo dependente de movimento dispõe da incrível capacidade de se adaptar à variação e elevação de níveis de exigência do meio envolvente, quando devidamente estimulado. Para Bento (1993a) o corpo modifica positivamente as suas estruturas segundo as exigências, possibilitando ao indivíduo um maior desenvolvimento pessoal e independência corporal.

Nas relações entre corpo e o desporto consegue-se equilíbrio e proporcionalidade, gerem-se harmonia e ritmos, adquirem-se formas graciosas e dá-se poder ao submisso (Homem, 1998). Compreende-se, então, que sentir o corpo e acima de tudo termos noção do próprio corpo é algo de valioso para todo o ser humano. Contudo, Bento (1993a, p.61) faz referências à «artificialidade natural», isto é, “(...) às funções orgânicas inequivocamente sujeitas a leis biológicas, podem ser colocadas exigências sociais, determinando que o corpo humano seja não apenas organismo mas também facto social”.

Segundo Homem (1998, p.4), “o corpo tem sido uma forma de simbolizar os nossos valores, a nossa cultura e a nossa identidade através de conceitos de beleza próprios, subordinados a cada momento, a cada povo ou a cada estrato social”. Compreende-se, então, que a publicidade existente nos meios de comunicação social seja o principal responsável ao sugerir estilos de vida, que segundo Giddens (1994), são práticas rotineiras que influenciam os hábitos de vestir, comer, modos de agir e até mesmo os meios favorecidos para o encontro com os outros.

Assim, numa sociedade de consumo como a nossa cujas questões do corpo adquiriram uma importância tal, o atleta, particularmente o campeão, assume rapidamente a função de «modelo» para uma grande quantidade de indivíduos. Como consequência, aqueles que apresentarem algo que socialmente está a mais ou a menos, são por vezes rejeitados. Por exemplo, funcionando o desporto como um fenómeno de modelação social, em que todos sem excepção podem encontrar formas de se realizarem desportivamente (Castro e Garcia, 1998), como se justifica que competições como os Jogos Paralímpicos, cujos elementos antropológicos fundamentam a sua existência, raramente tenham público espectador ou sejam divulgados por parte dos meios de comunicação social?

2. Deficiência e sociedade

2.1. O indivíduo com deficiência na sociedade

A evolução da atitude social em relação às pessoas com deficiência tem sido morosa e carregada de preconceitos. Sobre este assunto, os conhecimentos sociológicos permitem-nos afirmar que os comportamentos e atitudes da sociedade face à problemática da deficiência apresentam variações ao longo do tempo. Por exemplo, desde longa data que os indivíduos com deficiência são marcados pelo estigma da «diferença», ou seja, ao serem «diferentes» sob o ponto de vista morfológico ou funcional (evidenciando o que têm a mais ou a menos), foram muitas das vezes alvo de acções desumanas como aquelas verificadas nas antigas sociedades de Roma, Grécia ou Esparta, onde crianças menos sadias eram aniquiladas logo à nascença.

Felizmente, esta forma de pensar o homem e a sociedade foi alvo de mutações, pelo que, a acompanhar a evolução sentida nos restantes domínios sociais, surge também o novo estatuto social da pessoa com deficiência. A superstição cede lugar à compaixão e tudo o que anteriormente não passava apenas de cuidados elementares para garantir a sobrevivência deste grupo específico da população, transformou-se, neste século, num grande movimento de apoio que originou um conjunto de normas e políticas educativas e reabilitativas a favor da integração destes indivíduos na sociedade.

Acerca destas normas e políticas a favor dos cidadãos com deficiência, Silva (1991, p.28) aponta a «Declaração Universal dos Direitos do Homem», em 1948, como o pilar de todo o sistema actual, quando faz referência ao “direito de todas as pessoas, sem qualquer distinção, ao casamento, à propriedade, a igual acesso aos serviços públicos, à segurança social e à efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais”. A obrigação de reconhecer, respeitar e proteger a diversidade humana foi, desta forma, globalmente aceite como um valor humano fundamental, dando origem mais tarde, ao aparecimento de

outros tratados de que é exemplo a «Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência», em 1975.

Como reflexo da implementação destes postulados internacionais, verificamos a existência de outras legislações como a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Lei nº9/89 de 2 Maio); o Decreto Lei nº319/91 de 23 de Agosto³ ou as Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência (Resolução 48/96 de 4 Março de 1994).

Para Hendriks (1995) o conceito de respeito pelas «diferenças» humanas está patente no princípio da igualdade. Contudo, nenhum dos tratados internacionais ou leis nacionais inclui uma definição clara do termo, o que talvez explique os inúmeros significados atribuídos a este conceito. Parece-nos, no entanto, haver uma grande adesão sobre o ponto de vista de que o princípio da igualdade procura promover a uniformidade, aplicando um tratamento idêntico a todas as pessoas e o seu não cumprimento constitui a chamada discriminação.

Assim, segundo a recomendação das Nações Unidas, “o termo «igualdade de oportunidades» significa o processo pelo qual os diversos sistemas da sociedade e o meio envolvente, tais como serviços, actividades, informação e documentação, se tornam acessíveis a todos e, em especial, às pessoas com deficiência” (SNR, 1995, p.13).

Porém, e tendo como referência a análise histórica de alguns grupos a favor de direitos estabelecidos (e.g. os grupos pelos direitos da mulher ou da igualdade racial), não poderemos cair no erro de julgar que a legislação e as políticas que promovam igual tratamento consigam rectificar as desigualdades existentes. Nesta perspectiva, Hendriks (1995) adverte que a verdadeira igualdade nunca será alcançada através do desenvolvimento de um tratamento idêntico para

³ Legislação que regula a integração dos alunos portadores de deficiência nas escolas regulares.

todos, esperando que as pessoas «diferentes» se adaptem unilateralmente às normas e padrões da auto-proclamada «corrente dominante».

No seguimento da opinião deste autor, surge o movimento para a igualdade de direitos que reclama igualmente o respeito pela diversidade do indivíduo e do grupo, exigindo igual tratamento nas situações em que as pessoas se encontram em condição idêntica e tratamento diferente nas situações em que seja necessário satisfazer necessidades diferentes.

Parece-nos então evidente que a aplicação do princípio de igualdade de direitos implique que as necessidades de todos e de cada um tenham igual importância, tendo sempre de as ter em consideração aquando do planeamento das sociedades, para que todos os recursos existentes sejam utilizados de forma a garantir a cada indivíduo uma igual oportunidade de participação na sociedade.

As pessoas com deficiência são membros da sociedade por direito, o que lhes confere a equidade de permanecerem nas suas comunidades de origem. Para tal, devem receber o apoio necessário no âmbito das estruturas regulares de ensino, de saúde, de emprego e dos serviços sociais, imputando aos Estados a obrigação de criar bases legais para a adopção de medidas destinadas a atingir a plena participação de igualdade.

Quando estes objectivos são atingidos e as pessoas com deficiência tiram proveito dessa igualdade de direitos, elas passam a ter iguais obrigações, assumindo, para tal, as suas responsabilidades como membros activos de uma sociedade. Verifica-se, neste momento, a verdadeira igualdade que, segundo Hendriks (1995, p.19), “implica que ambas as partes, pessoas com e sem deficiência, envidem esforços para colmatar a distância que as mantém separadas”.

Sendo o desporto uma forma privilegiada de comunicação entre os indivíduos de diferentes países, diferentes sociedades, diferentes culturas e até mesmo de diferentes estratos sociais, concordamos rapidamente que o seu

desenvolvimento constitui um elemento-chave para alcançar a igualdade de oportunidades. A tomada de consciência deste facto induziu à criação e aprovação, por parte dos Estados, de políticas legislativas e orientadoras à plena participação dos indivíduos com deficiência no âmbito desportivo.

Em 1986, durante a realização da 5ª Conferência de Dublin, os ministros europeus definiram uma resolução intitulada «Carta europeia do desporto para todos: os indivíduos deficientes». Essa carta, ao estipular que todos os indivíduos têm direito à prática desportiva, poderá estar na base do aparecimento, a nível nacional, de uma legislação desportiva que inclua na sua prática as pessoas com deficiência, de como é exemplo a Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei nº1/90 de 13 de Janeiro).

Mas para entendermos melhor este fenómeno desportivo, específico de uma população com necessidades especiais, é necessário traçarmos primeiro o quadro conceptual do significado de deficiência/deficiente.

2.2. Quadro conceptual da deficiência/deficiente

As definições que envolvem o conceito de deficiente/deficiência são no fundo o reflexo do conhecimento adquirido sobre esta problemática, pelo que é compreensível que estas apresentem variações ao longo do tempo. De facto, encontramos na literatura nacional e internacional várias definições que vão desde explicações demasiado generalistas sobre o que é a deficiência, até àquelas cujos conteúdos reflectem um amplo conhecimento científico na matéria.

O Dicionário Enciclopédico define «deficiência» como uma insuficiência orgânica ou mental, referindo ainda que uma pessoa «deficiente» é toda aquela cujas capacidades físicas ou mentais se encontram diminuídas (Koogan Larousse Selecções, 1981).

A completar este conceito, encontramos outras definições de pessoa deficiente que alegam ser toda aquela pessoa cujas capacidades o impossibilita de prover por si mesma, no todo ou em partes, as necessidades de uma vida pessoal ou social normal, em consequência de uma deficiência congênita ou não, de suas capacidades físicas ou mentais (ONU, 1981).

Esta última definição parece, em nosso entender, ser mais completa, comparativamente com a primeira, no sentido em que coloca um indivíduo com determinadas capacidades num meio que não lhe é o mais favorável. Senão vejamos: descurar a importância do meio social envolvente seria um erro crasso, pois é esse meio que também capacita ou incapacita os indivíduos. Por exemplo, o que diríamos de um indivíduo possuidor de todas as suas capacidades quando inserido num meio todo ele concebido para pessoas com deficiência visual? Como se sentirá ele ao tentar ler em *Braille* um jornal ou qualquer outro tipo de informação? Quem é que, neste caso, apresenta uma incapacidade para levar uma vida que, para uma determinada sociedade, é considerada «normal»?

Sobre este assunto, a OMS (1989) tece algumas opiniões ao referir que quer o próprio indivíduo, quer os outros do grupo em que se insere, atribuem um certo valor ao desvio do padrão de estrutura, de funcionamento ou de execução, ou seja, a avaliação da condição de deficiente depende das normas culturais e sociais, determinando-se sempre face aos seus pares.

Porém, todos os conceitos apresentados até agora são limitativos em relação ao tipo de deficiência, o que nos leva a questionar onde se enquadram, por exemplo, as deficiências sensoriais? Na tentativa de ultrapassar esta lacuna surgiram outras definições, que em nosso entender, ajudam a esclarecer este conceito e com as quais nos identificamos mais. Assim, segundo a OMS (1989, p.56) a “Deficiência, representa qualquer perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica”.

Kirk e Gallagher (1991) definiram criança com deficiência como toda aquela que se desvia da norma estatística ou da criança «normal» por: (i) suas

características mentais, (ii) suas capacidades sensoriais, (iii) suas características físicas ou neuromusculares, (iv) seu comportamento social, (v) suas capacidades de comunicação, ou (vi) as suas múltiplas deficiências, até ao ponto de justificar e requerer modificações das práticas escolares ou de necessitar de serviços de educação especial para desenvolver ao máximo as suas capacidades.

A 2 de Maio de 1989 é estabelecida na Assembleia da República a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência com o objectivo de «promover e garantir o exercício dos direitos que a Constituição da República Portuguesa consagra nos domínios da prevenção da deficiência, do tratamento, da reabilitação e da equiparação de oportunidades da pessoa com deficiência» (Artigo 1º da Lei 9/89). O Artigo 2º da presente lei define pessoa com deficiência como sendo toda «aquela que por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica susceptível de provocar restrições de capacidade, pode estar considerada em situações de desvantagem para o exercício de actividades consideradas normais tendo em conta a idade, o sexo e os factores sócio-culturais dominantes».

Perante este quadro conceptual, concordamos que existe uma diversidade de situações de natureza física, psíquica, sensorial, comportamental, entre outros, que caracterizam o grupo das pessoas com deficiência. Esta mesma heterogeneidade, qualquer que seja a sua causa, origina necessidades nesses indivíduos, que reflectem as consequências das deficiências em termos de desempenho e de actividade funcional (Pólvora, 1989). O autor afirma ainda que tais deficiências e incapacidades influenciam a adaptação do indivíduo e a sua interacção com o meio, que traduz efectivamente a desvantagem/*handicap* que sobressai do âmbito individual para se situar claramente no campo social.

Sobre este assunto, em 1989, a OMS publicou uma classificação internacional para explicar o significado de termos como Doença/Patologia, Incapacidade e Desvantagem/*Handicap* de modo a colmatar os frequentes equívocos utilizados

na linguagem corrente. Assim, de acordo com a organização citada, os termos anteriores definem-se da seguinte forma:

(I) Doença/Patologia: é uma alteração na estrutura ou no funcionamento do corpo humano que pode ser ou não evidente (e.g. amputação do membro inferior).

(II) Incapacidade: corresponde a qualquer redução ou falta, resultante de uma deficiência de capacidades para exercer uma actividade de forma ou dentro dos limites considerados normais para o ser humano (e.g. redução da capacidade de andar).

(III) Desvantagem/*Handicap*: refere-se ao impedimento sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade, que lhe limita ou lhe impede o desempenho de uma actividade considerada normal para esse indivíduo, tendo em atenção a idade, o sexo e os factores sócio-culturais (e.g. limitação da possibilidade de participar em pleno na vida em comunidade)".

Esta clarificação terminológica leva-nos a reafirmar o conceito de respeito pelas diferenças patente no princípio da igualdade. Pólvora (1989) faz referência à experiência que todos nós vivenciamos no dia-a-dia, ou seja, o quotidiano aconselha-nos a reparar que a sociedade tem pessoas mais idênticas do que outras, originando uma fractura no princípio da identidade relacional, com a existência de pólos diferentes.

Analisando fria e objectivamente este facto, parece-nos, por vezes, evidente que existem seres humanos que o são menos do que outros. Por exemplo, a comissão paralímpica portuguesa vivenciou momentos difíceis no que concerne a apoios que lhes permitissem equipar os atletas e pagar a viagem até Sydney, para disputarem os Jogos Paralímpicos⁴. Quem acompanhou de perto este acontecimento talvez se questione do porquê deste tratamento. O que distingue estes atletas dos atletas ditos «normais»?

Situações como estas provocam-nos sentimentos de rejeição, pois não acreditamos que em qualquer país onde se viva em democracia, como o

⁴ Facto assinalado e comentado por alguns meios de comunicação social, nomeadamente a televisão.

nosso, passe pelo espírito de alguém a consideração de que, por exemplo, o voto de um indivíduo cego tenha um valor diferente do voto de uma pessoa normo-visual. Deste modo, parece-nos igualmente óbvio que o direito ao desporto bem como a tudo o que ele envolve, deva estar ao alcance dos indivíduos com deficiência.

3. Desporto para Deficientes

Embora «diferente» e com limitações o indivíduo com deficiência é uma pessoa que possui legislação própria que o protege e lhe assegura direitos nos demais variados domínios sociais. A partir do momento em que o acesso à prática desportiva se torna um direito de todos os cidadãos, independentemente da sua condição, permitiu que os indivíduos com deficiência beneficiassem dessa mesma prática. De facto, este fenómeno social tem vindo a ser alvo das mais variadas atenções, pelo que poderemos observar inúmeras evoluções na área do Desporto para Deficientes.

Com o intuito de esclarecer os principais factores que contribuíram para toda a mudança sócio-cultural que envolve o indivíduo com deficiência e o desporto para ele perspectivado, Silva (1991) indica aqueles que são considerados os estágios evolutivos do Desporto para Deficientes:

- (i) Desporto como terapia: as primeiras experiências desportivas foram realizadas com o objectivo de estimular em termos anátomo-fisiológicos os pacientes com deficiências;
- (ii) Valor psicológico do desporto: o desporto permite ao indivíduo com deficiência demonstrar a si próprio - e à sociedade - que a sua condição não é sinónimo de invalidez; não esquecendo ainda que o valor psicológico juntamente com o fisiológico, contribuem para o desenvolvimento da sua imagem;
- (iii) Normalização: o desporto contribui para a (re)integração do indivíduo com deficiência na comunidade; uma forma muito positiva de integração é a

competição entre indivíduos com e sem deficiência, em modalidades como o tiro com arco, *bowling*, ténis de mesa e natação entre outras; e

(iv) Motivação para a prática desportiva: é talvez o aspecto mais importante para a obtenção de boas *performances*; ao estar motivado para a prática desportiva o valor terapêutico, psicológico e o conceito de normalização estão implícitos.

Outros autores, nomeadamente Castro (1998), Guttman (1977), Potter (1987) e Varela (1991), também fazem referência ao facto do Desporto para Deficientes ter surgido com o objectivo de recuperar física, psíquica e socialmente os indivíduos traumatizados vértebro-medulares provenientes da 1ª e 2ª Guerras Mundiais. Esta expressão do desporto nasce assim como resposta a uma necessidade social, ligada a um novo entendimento ou conceito de reabilitação física, baseada na prática desportiva.

Os êxitos alcançados com o desporto como meio terapêutico e clínico levaram à realização, em 1948, dos I^{os} Jogos de Stoke Mandeville (Castro, 1998). O Desporto para Deficientes começa, então, a ter um grande desenvolvimento, pois inicialmente confinado à sua componente médico/terapêutica, estende-se hoje, cada vez mais, às múltiplas capacidades sociais dos indivíduos. De acordo com Varela (1991), a sua componente sócio-cultural ganha uma nova dimensão, procurando a integração das suas práticas e do próprio atleta no desporto, bem como a sua reabilitação social através desta.

Neste panorama, o aparecimento do conceito de «Desporto para Todos» reveste-se de uma importância ao permitir que os benefícios obtidos através da prática desportiva se expandissem ao maior número de pessoas. Este carácter global do desporto originou inúmeras formas e variados desportos, que vão da actividade física recreativa até ao desporto de alto rendimento (Conselho da Europa, 1988).

Castro (1998), Varela (1991) e Silva (1991) atribuem à origem e evolução socio-cultural do Desporto para Deficientes, a responsabilidade para o aparecimento das estruturas organizacionais desta prática desportiva. De

acordo com estes autores, o Desporto para Deficientes encontra-se actualmente organizado por grupos de deficiência com características etiológicas semelhantes e não por modalidades desportivas, como acontece no desporto em geral. Por conseguinte, a cada um dos grupos de deficiência corresponde uma Federação Internacional que é responsável pelo desenvolvimento da actividade desportiva nessa área de deficiência, bem como, pela regulamentação e organização das competições internacionais e nacionais, em colaboração com os países membros ou com as organizações que os representam (v. Anexo 1, p.I-II).

O Desporto para Deficientes, apesar de englobar um conjunto de práticas semelhantes à do desporto em geral, tem uma identidade própria que é necessário reconhecer e respeitar. No entanto, para perceber a essência desta actividade desportiva específica de uma população especial, é conveniente que se defina em que é que a mesma consiste.

3.1. Conceito de Desporto para Deficientes

Winnick (1990), considera o Desporto para Deficientes como uma componente da educação física que proporciona serviços e actividades adaptadas às necessidades especiais de determinados indivíduos. Para este autor, a Educação Física Adaptada é um programa diversificado de desenvolvimento de actividades, exercícios, jogos, ritmos e desportos concebidos para satisfazer as necessidades físicas e educativas dos indivíduos com deficiência; define ainda Desporto Adaptado como um conjunto de experiências desportivas modificadas ou especialmente concebidas para estes mesmos indivíduos.

Já em 1987, Potter definia o Desporto para Deficientes como uma gama completa de actividades físicas adaptadas às capacidades de cada indivíduo. No que respeita à prática desportiva, este autor considera que um indivíduo com deficiência é todo aquele que apresenta uma incapacidade ou deformação de carácter definitivo ou de grande duração, a qual afecta as suas faculdades

físicas, mentais ou fisiológicas, convertendo-o num indivíduo inapto para se dedicar a actividades desportivas em condições normais.

Concordamos então com Silva (1991) quando refere que o Desporto para Deficientes se aplica a pessoas que, devido à sua deficiência, são incapazes de participar em actividades desportivas sem algumas modificações. No entanto, na opinião desta autora, estas alterações não retiram a esta expressão desportiva o carácter competitivo, organizado, institucionalizado e regulamentado.

3.2. Vantagens do Desporto para Deficientes

Como todos nós sabemos, não é apenas o indivíduo «normal» que retira vantagens do fenómeno desportivo, pelo que rapidamente poderemos afirmar que o cidadão com deficiência, para além destes benefícios, poderá retirar outros mais acrescidos e que se relacionam directamente com a sua condição. Se tomarmos em consideração a Recomendação N.º R (86) 18 do Comité dos Ministros dos Estados Membros feita na «Carta Europeia do Desporto para Todos: as pessoas deficientes» que, no seu artigo I do anexo da Resolução (76) 41, estipula que “todo o indivíduo tem direito à prática desportiva” (Conselho da Europa, 1988, p.8), rapidamente nos apercebemos que o desporto deve ser dirigido e pensado para todos, independentemente da sua condição, sexo, idade, etnia ou classe social.

Ainda no mesmo documento, o Conselho da Europa (1988) refere que na Resolução AP (84) 3 adoptada no âmbito do acordo parcial no domínio social e da saúde pública, relativa a uma política coerente em matéria de readaptação dos indivíduos com deficiência, encontra-se estipulado, no parágrafo 2.4 do seu anexo, que a participação no desporto deveria ser estimulada, uma vez que este é um factor essencial de readaptação e de integração.

No seguimento desta linha de pensamento do Conselho da Europa, encontramos vários autores, como por exemplo, Alves (2000), Ferreira (1993),

Guttmann (1977), Potter (1987) e Silva (1991) que concordam que a promoção e o desenvolvimento das actividades desportivas (em todas as suas vertentes) destinadas a indivíduos com deficiência, contribuem para a melhoria da qualidade de vida, proporcionando igualmente a sua readaptação e integração na sociedade.

Silva (1991) faz referência às conclusões de alguns estudos efectuados, que confirmam que, devido à falta de actividade física, o nível da capacidade física apresentado pelo indivíduo com deficiência é inferior ao apresentado pelo indivíduo dito «normal». Em contrapartida, Guttmann (1977), Potter (1987), e Silva (1991) alegam que se verifica um aumento dessa mesma capacidade quando o indivíduo com deficiência se submete a uma prática regular de actividade física. De facto, as investigações que comprovam as vantagens obtidas através de prática do desporto podem ser reportadas à própria origem da manifestação desportiva para indivíduos com deficiência. Assim, Potter (1975) indica quais os efeitos que um indivíduo com deficiência obtém através da prática das actividades físicas desportivas, agrupando-os da seguinte forma: (i) efeitos fisiológicos: exploração dos limites articulares, controlo do movimento voluntário, melhoria da aptidão física geral e da saúde; (ii) efeitos psicológicos: domínio do gesto que conduz a um aumento da auto-confiança, redução da ansiedade e melhoria da comunicação e (iii) efeitos sociais: contribuição para o desenvolvimento da autonomia e da (re)integração social.

Em 1977, Guttmann acrescenta mais dois efeitos da prática desportiva aos anteriormente citados: (i) efeitos terapêuticos: utilizados como complemento da terapia física; e (ii) efeitos recreativos: a grande vantagem do desporto sobre o exercício curativo reside na sua vertente recreacional.

Num estudo dirigido a uma população vítima de enfarte do miocárdio cuja terapia utilizada se baseava na fisioterapia aliada à actividade física como método de prevenção e manutenção das capacidades recuperadas, concluiu-se que houve: (i) melhoria ao nível psicológico: tranquilidade e confiança mais elevados; (ii) redução ao nível fisiológico: da tensão arterial, de dores torácicas,

de frequência cardíaca, da fadiga ou cansaço e do consumo de fármacos e (iii) diminuição de factores de risco: tabagismo e excesso de peso (Potter, 1987).

Ferreira (1993) fala-nos das vantagens do desporto para os indivíduos com deficiência, mas em vez de as classificar ao nível de efeitos psicológicos, terapêuticos, funcionais, sociais e outros, apresenta-as de uma forma geral. Assim sendo, para este autor o desporto contribui para:

- (i) melhorar os padrões normais de movimento;
- (ii) desenvolver a autonomia motora;
- (iii) proporcionar alegria através do movimento;
- (iv) ser uma situação de sucesso perante os companheiros e restantes pares sociais;
- (v) proporcionar o desejo normal e saudável de progredir, de fazer novas conquistas, descobrindo potencialidades e limitações;
- (vi) proporcionar um melhor conhecimento e aceitação de si próprio que, juntamente com a vivência de situação de sucesso, contribuem para um aumento de confiança, de autodomínio e de capacidade de iniciativa;
- (vii) favorecer a aceitação dos valores dos outros, contribuindo para o desenvolvimento da socialização;
- (viii) favorecer a imagem corporal, contribuindo para a aceitação do corpo e consequente relação corporal e afectiva com os outros; e
- (ix) estimular e desenvolver a comunicação.

Podemos concordar então, que a actividade física desempenha um papel preponderante como meio ou método orientado de modo a desenvolver, recuperar ou manter as funções debilitadas ou lesionadas. Mas acerca deste valioso instrumento de reabilitação e integração, que é o Desporto para Deficientes, Alves (2000) apresenta de uma forma muito sintética, quais os benefícios da prática desportiva regular para o indivíduo com deficiência:

- (i) contribui para a aceitação da sua deficiência, conseguindo relegá-la para segundo plano no seu dia-a-dia ao beneficiar das atitudes descontraídas dos seus companheiros, alguns com os mesmo problemas;
- (ii) valoriza e divulga as suas capacidades físicas, ajudando-o a relativizar as suas limitações;

- (iii) reforça a sua autoestima, dando-lhe alegria de viver e qualidade de vida, condições imprescindíveis para alterar as suas atitudes perante a vida;
- (iv) reforça a vontade para a acção, disponibilidade para se aproximar dos outros, para comunicar, para conviver;
- (v) combate eficazmente sentimentos mórbidos e atitudes pessimistas, sendo como são estes aspectos, causas sérias da degradação da própria saúde física; e
- (vi) permite a mediatização das actividades, com incidência acentuada sobre as suas capacidades em desfavor das limitações.

Gostaríamos de referir ainda, que estes autores foram alguns dos muitos pesquisados para corroborarem a importância do desporto para pessoas com deficiência, pelo que por detrás de toda esta investigação encontram-se outros autores como, por exemplo, Castro (1995 e 1998), Ferreira (1999), Lannem *et al* (1999), Portocarrero e Ferreira (1999) e Silva (2000).

Perante este quadro internacional de opiniões, não nos resta qualquer dúvida acerca dos valores terapêutico, psicológico, fisiológico e social do desporto para as pessoas com deficiência, bem como o impacto que estes mesmos benefícios podem ter sobre a opinião pública quando, e devidamente, divulgados.

3.3. As actividades desportivas para pessoas com deficiência

Como já foi referido anteriormente o desporto para indivíduos com deficiência pode ser encarado segundo três perspectivas: a terapêutica, a recreação e lazer e o alto rendimento (Conselho da Europa, 1988; Lindström, 1986 e Varela, 1991).

Uma vez que este estudo diz respeito ao desporto de alta competição para indivíduos com deficiência, apenas iremos analisar esta vertente, pelo que pensamos ser igualmente importante fazer algumas referências aos tipos de actividades existentes para este grupo específico da população.

Para Constantino (s/d) o desporto de alta competição é um sub-sistema do sistema desportivo que envolve os praticantes de mérito desportivo excepcional, aferindo-se os respectivos resultados por padrões internacionais. Ainda segundo este autor, considera-se integrado neste sub-sistema todo o percurso desportivo, do praticante, desde a detecção e selecção de talentos e sua formação até à fase terminal da carreira desportiva.

De acordo com o Decreto Lei nº125/95, considera-se desporto de alta competição “a prática desportiva que, inserida no âmbito do desporto-rendimento, corresponde à evidência de talentos e de vocações de mérito excepcional, aferindo-se resultados desportivos por padrões internacionais, sendo a respectiva carreira orientada para o êxito na ordem desportiva internacional”.

Assim, segundo Potter (1987) as actividades desportivas de alto rendimento para atletas com deficiência podem ser classificadas em duas categorias: (i) competição entre indivíduos com deficiência com regras adaptadas e (ii) competição em modalidades idênticas às dos indivíduos «não-deficientes». No primeiro caso, o acesso à prática desportiva do indivíduo com deficiência é possibilitada através de uma metodologia orientada para esse grupo de pessoas, onde o material e os equipamentos estão sujeitos a adaptações (e.g. basquetebol em cadeira de rodas), de modo a permitir aos mesmos confiança, melhoria das relações humanas e da própria vida, enfim, uma realização pessoal (Potter, 1987).

No que diz respeito à competição em actividades idênticas à dos ditos normais, o único aspecto que este mesmo autor aponta, e que achamos importante referir, é que existem alguns desportos onde o indivíduo não-deficiente pode participar em conjunto com o indivíduo com deficiência, sem que seja necessário realizar qualquer tipo de adaptação (e.g. remo para deficientes visuais, tiro com arco com cadeira de rodas).

Ainda em relação a esta última categoria de actividades desportivas, Potter (1987) refere que o facto de ainda não existirem muitas modalidades em que se veja lado a lado indivíduos com e sem deficiência, deve-se principalmente a obstáculos psicológicos, sociais e arquitectónicos. Esta situação permite-nos então, afirmar que se deve suprimir as barreiras existentes, pois só assim é que indivíduo com deficiência poderá demonstrar a ele próprio, e aos seus pares sociais, que é um elemento digno e útil à evolução da própria sociedade.

Mas para além destas duas categorias de actividades desportivas, encontramos uma outra que diz respeito às actividades especialmente concebidas para determinadas deficiências. De acordo com Varela (1991) e Silva (1991), existe um conjunto muito alargado de provas desportivas comuns ao desporto em geral que se encontram adaptadas para os indivíduos com deficiência e um conjunto mais restrito de provas desportivas específicas, especialmente criadas para uma área ou áreas de deficiência (v. Anexo 2).

Em relação às primeiras, como já referimos anteriormente, encontramos as provas desportivas que se regem quase na totalidade pelos regulamentos das federações internacionais, adaptando-as de acordo com as características funcionais de uma dada deficiência (e.g. basquetebol em cadeira de rodas). Quanto às provas específicas detectamos, por vezes, novos desportos com raízes nos Jogos Tradicionais comuns, como por exemplo o Boccia na Paralisia Cerebral (Varela, 1991).

A existência de provas adaptadas e específicas para indivíduos com deficiência tem como consequência um número elevado de provas, que é efectivamente superior às dos ditos normais (Silva, 1991). Esta constatação poderá ser explicada pela diversidade do tipo e graus de deficiência, ou seja, um indivíduo pratica determinada modalidade, tendo em conta o tipo de deficiência bem como o grau de capacidade/incapacidade resultante dessa mesma deficiência.

De acordo com Varela (1991), esta situação originou prejuízos no fenómeno desportivo para atletas com deficiência, pois a autora refere que para além dos problemas de segregação dentro do próprio Desporto para Deficientes, as

competições comportam apenas dois ou três atletas por prova. Para Silva (1991), este foi um problema realmente sentido e analisado: existem actualmente investigadores que tentam arranjar uma solução, uma vez que, sob o ponto de vista competitivo, esta situação coloca em causa o valor de uma medalha neste fenómeno desportivo. Assim, o sistema de classificação deverá ser apologista de um método integrador de um grande número de áreas de deficiência. Perante as consequências da diversidade de provas/classes desportivas não nos resta qualquer dúvida que, para além de se pôr em causa a competitividade e os valores dos resultados, esta situação apresenta, também, prejuízos sob o ponto de vista do espectáculo e consequente mediatização.

Mas quando se trata de atletas com deficiência, torna-se importante referir que as regras das modalidades por si só não são suficientes, isto é, nas competições desportivas organizadas para homens e mulheres com deficiência, para além das regras do jogo acrescenta-se um sistema de classificação complexo que visa diminuir as desigualdades existentes nos diferentes graus de deficiência. Esta é, sem dúvida, uma das principais características do desporto para estes indivíduos e talvez aquela que mais contendas causa entre todos os intervenientes no processo.

Assim, de acordo com, Castro (1998), FPDD (1998) e Varela (1991), para além do exame médico, o atleta é avaliado segundo o grau de capacidade funcional e/ou anatómica em função da modalidade a praticar. Como é do conhecimento de todos nós, à partida qualquer indivíduo com qualquer tipo e grau de deficiência poderá praticar uma actividade desportiva. Contudo, em todos os desportos e para qualquer praticante existem benefícios e inconvenientes que advêm da sua prática, pelo que concordamos que a opção da prática desportiva neste grupo específico da população, para além de ter em conta a motivação pessoal, deverá ter uma avaliação no âmbito da saúde e na eficácia do gesto.

Por este motivo, e segundo a FPDD (1998, p.7), a classificação desportiva para as populações com deficiência é, no fundo, "um processo de avaliação

funcional e de categorização desportiva dos vários tipos e graus de deficiência, segundo grupos de perfis funcionais homogêneos designados por classes". Ainda de acordo com esta entidade, a competição desportiva entre pessoas com deficiência seria impossível caso não houvesse um sistema de classificação que possuisse os seguintes princípios:

- (i) a classificação desportiva de atletas com deficiência é o pré-requisito para uma competição justa;
- (ii) o atleta é avaliado em função das suas capacidades e não nas incapacidades, tendo como referência a estrutura, a dinâmica e o normativo de uma modalidade ou prova desportiva;
- (iii) a classe desportiva pré-estabelecida visa, externamente, dar uma imagem positiva do atleta de modo a facilitar a integração social;
- (iv) o papel funcional que corresponde, à partida, às exigências em termos de prestação desportiva, não pode pôr em causa a integridade psicossomática do atleta.

Carvalho; Cândido; Almeida (1995) e a FPDD (1998) indicam assim, três sistemas de classificação desportiva:

- (i) Sistema de classificação geral (ou segregada): os atletas são avaliados e classificados de acordo com as suas características, próprias da sua deficiência, de forma a serem elegíveis para a participação em competições com a mesma classe;
- (ii) Sistema de classificação combinado: tem por base agrupar diferentes classes de um mesmo organismo ou de várias categorias de deficiência motora, numa categoria homogênea ou com categorias funcionais e de prestação desportiva consideradas semelhantes.
- (iii) Sistema de classificação funcional: para cada desporto/prova é estabelecido um perfil funcional como pré-requisito para os vários tipos e graus de deficiência motora, permitindo uma participação integrada, com uma redução significativa de classes, procurando-se, ainda, maior prestação e espectacularidade.

Perante esta situação concordamos plenamente com Castro (1998) e com a FPDD (1998) ao referirem que a equipa de avaliação funcional desportiva deve

ser formada por uma pluridisciplinariedade de áreas científicas de que fazem parte, obrigatoriamente, o médico, o fisioterapeuta, o professor de educação física ou técnico desportivo e, por vezes, o atleta. Por exemplo, segundo Castro (1998), em 1992, nos Jogos Paralímpicos de Barcelona foi estudado e aplicado um método de classificação que se baseou na união de critérios estritamente médicos com o sistema de classificação funcional por modalidades, permitindo que atletas com deficiências motoras distintas competissem lado a lado. Na opinião deste autor, este facto tornou possível um aumento do nível competitivo e a superação de numerosos recordes, de são exemplo as provas de natação onde se registaram 119 marcas mundiais superadas.

Contudo, parece-nos importante salientar que, à semelhança do que acontece com o desporto de rendimento dos atletas ditos «normais», os atletas com deficiência têm os avanços da ciência e da tecnologia ao seu lado, visando de igual modo, a obtenção de resultados cada vez mais altos. A prova de que o Desporto para Deficientes tem sido nos últimos anos alvo de inúmeros estudos e investigações reside na sua própria evolução, quer em termos de resultados e aperfeiçoamento do gesto técnico, quer em termos de materiais utilizados (e.g. cadeiras de rodas distintas de acordo com as provas/modalidades).

Apesar de todas as tentativas de se ser rigoroso aquando da avaliação/classificação dos diferentes atletas, todos os anos aparecem indivíduos que se encontram nos limites de uma ou outra classe, obrigando, por isso, à sua reformulação. Weiss e Curtis (1986), referem alguns dos pontos mais controversos do sistema de classificação do desporto de alto nível para indivíduos com deficiência:

- (i) a indefinição na utilização de uma avaliação funcional e/ou médica;
- (ii) a influência de factores não considerados, como a espasticidade, as sensações, as ortóteses, as deformidades e os processos cirúrgicos;
- (iii) os atletas que não são passíveis de serem enquadrados no mesmo sistema de classificação para todas as modalidades, designados por *split classifications*;

- (iv) os casos limite, ou seja, os mais ligeiros ou contrariamente os mais profundos, não permitem em alguns casos o acesso à competição, visto não poderem ser enquadrados em nenhuma das classes desportivas existentes;
- (v) o equipamento utilizado pelos atletas na competição;
- (vi) a incorporação de atletas com deficiência em competições normalizadas: *open competition*.

Toda esta polémica gerada em torno da classificação desportiva destes atletas, originou uma incessante procura do método ideal, criando situações, por vezes, excessivas que, trouxeram alguns prejuízos, particularmente, no que concerne à mediatização do Desporto para Deficientes.

Mas, ainda no que diz respeito às *open competition*, isto é, às provas onde podemos assistir em regime de inclusão, o atleta com deficiência e o atleta sem deficiência, Silva (1991) refere que actualmente esta inclusão é relativa, pois alguns treinadores e atletas ditos «normais» levantavam algumas controvérsias quando tinham de competir lado a lado com atletas que eram portadores de ajudas técnicas sofisticadas, achando que estes últimos ganhariam facilmente as provas. Como solução ao problema levantado optou-se por uma competição aberta a todos, mas com uma classificação final separada. No entanto, queremos acreditar que esta talvez seja uma situação transitória até se encontrar aquela que é realmente mais adequada à evolução do fenómeno desportivo para atletas com deficiência.

3.4. Os Jogos Paralímpicos

3.4.1. Evolução e caracterização dos Jogos Paralímpicos

Os Jogos Paralímpicos constituem um espectáculo desportivo de alto nível em que participam os atletas de elite com deficiências, provenientes de cinco federações de deficiência, que formam o IPC (IBSA, ISOD, CP-ISRA, ISMWSF e INAS-FMH). Cada uma destas organizações agrupa um colectivo de atletas,

tendo como base a sua deficiência: paraplegia/tetraplegia; deficiência visual; deficiência mental, paralisia cerebral; amputados e *les autres*.

Podemos contar já com 52 anos de história de Desporto para Deficientes, pois para tal, basta regressarmos a 28 de Julho de 1948, em que pela primeira vez se realizaram os Jogos de Stoke Mandeville. Neste ano, o médico neurologista, Sir Guttman, deu um grande passo histórico ao promover e desenvolver o desporto para os lesionados vértebro-medulares, na vertente de rendimento, realizando aqueles que seriam os I^{os} Jogos Nacionais de Stoke Mandeville, por ocasião da celebração, em Londres, dos XIV Jogos Olímpicos (Carvalho, 1999 e Fundación ONCE, 1993). O sucesso dos jogos nacionais aliado à expansão mundial dos métodos do Dr. Guttmann conduziram à realização, em 1952, do Jogos Internacionais de Stoke Mandeville e, em 1960, dos I^{os} Jogos Paralímpicos de Roma, sendo estes últimos organizados pela ocasião dos Jogos Olímpicos.

Desde o princípio, os Jogos Paralímpicos tiveram a pretensão de se aproximar do fenómeno Olímpico Mundial, ou seja, de acordo com Carvalho (1999), a realização dos Jogos Paralímpicos para além de obedecer ao mesmo ciclo quadrienal dos Jogos Olímpicos, defende igualmente o princípio de que ambos os eventos deverão partilhar o mesmo local (país e cidade) e utilizar as mesmas infraestruturas, quer desportivas quer logísticas.

Contudo, algumas vezes, por dificuldades organizativas, tornava-se impossível realizá-los na mesma cidade e no mesmo País, mas Seul '88 e Barcelona '92, foram o expoente máximo da evolução do Desporto para Deficientes e nomeadamente deste fenómeno Paralímpico, quando o festival de Desporto para Deficientes e o festival desportivo dos ditos «normais», partilharam a mesma organização (COI) o mesmo País e cidade (Quadro 1). Foram assim construídas vilas paralímpicas para alojar atletas com deficiências, técnicos, entre outros. Estes jogos, foram sem dúvida os impulsionadores de uma tendência que se veio a repetir em Atlanta '96 e igualmente reincidente em Sydney 2000.

Quadro 1 - História Paralela dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos (adaptado de Fundación ONCE, 1993)

Ano	Jogos Olímpicos	Jogos Paralímpicos
1948	XIV Londres	I Jogos Nacionais de Stoke Mandeville
1952	XV Helsínquia	I Jogos Internacionais de Stoke Mandeville
1960	XVII Roma	I Roma
1964	XVIII Tokyo	II Tokyo
1968	XIX México	III Tel-Aviv
1972	XX Munique	IV Heidelberg
1976	XXI Montreal	V Toronto
1980	XXII Moscovo	VI Arnhem
1984	XXIII Los Angeles	VII Nova York e Stoke Mandeville
1988	XXIV Seul	VIII Seul
1992	XXV Barcelona	IX Barcelona
1996	XXVI Atlanta	X Atlanta
2000	XXVII Sydney	XI Sydney

Os Jogos Paralímpicos constituem o expoente máximo internacional do desporto de alto rendimento para pessoas com deficiência. Logo a seguir aos Jogos Olímpicos, os Paralímpicos representam o segundo acontecimento desportivo mundial quanto à complexidade, duração, número de participantes e diversidade de desportos (FPDD, 1996e e Fundación ONCE, 1993). A comprovar a dimensão, bem como o grande desenvolvimento que este fenómeno desportivo apresenta desde a sua origem, encontramos o número de países e atletas participantes nos jogos (Quadro 2).

Quadro 2 – Número de participantes e de países nos Jogos Paralímpicos (adaptado de Castro, 1998)

Ano	Jogos Paralímpicos	Participantes	Países
1960	I Roma	400	23
1964	II Tokyo	300	22
1968	III Tel-Aviv	1100	29
1972	IV Heidelberg	1400	44
1976	V Toronto	2700	42
1980	VI Arnhem	2500	42
1984	VII Nova York	1700	41
	Stoke Mandeville	2300	45
1988	VIII Seul	4361	65
1992	IX Barcelona	4200	75
1996	X Atlanta	3500	120
2000	XI Sydney	-	-

O termo para designar este fenómeno desportivo começou a utilizar-se em 1964, através da fusão de duas expressões: «olímpico» e «para» de paraplégicos, que foram as primeiras categorias desportivas internacionais a participarem neste evento (FPDD, 1996e). As modalidades que fazem parte do

programa do jogos, são desportos de grande tradição competitiva, que obedecem, na sua essência, à estrutura e dinâmica dos desportos dos atletas «normais» e às normas emanadas pelas federações internacionais de modalidades, salvo algumas adaptações de forma a possibilitar a sua prática por pessoas com perfil funcional diferente. Existem ainda outras modalidades consideradas específicas e que foram criadas para determinados perfis funcionais (v. Anexo 2, p.III).

3.4.2. O papel e a importância dos Jogos Paralímpicos

Como já foi referido anteriormente, após o enquadramento orgânico e funcional da génese e evolução do Desporto para Deficientes, não nos restam dúvidas de que este fenómeno está assente numa perspectiva médica e social (Carvalho, 1999), isto é, o desporto para além das vantagens terapêuticas, fisiológicas, e psicológicas, apresenta um papel preponderante como factor de integração social e de reconhecimento das pessoas com deficiência pelo que valem e não pelo que perderam.

Estas vantagens traduzem efeitos superiores quando se fala do desporto de alto rendimento e, no caso concreto deste estudo, do fenómeno paralímpico. De facto, ao considerarmos os Jogos Paralímpicos o ponto mais alto da competição para atletas de elite com deficiência, este transforma-se numa expressão de espectáculo de alta qualidade que possui a particularidade de atrair espectadores, os *media* e os patrocinadores.

Mas de acordo com a FPDD (1997) os Jogos Paralímpicos trazem, igualmente, algumas vantagens à cidade organizadora do evento e, consequentemente, aos seus habitantes. Desta forma, esta entidade salienta os seguintes benefícios:

- (i) melhoramento das infraestruturas desportivas, tornando-as acessíveis às pessoas com deficiência;
- (ii) melhoramento das acessibilidades urbanas no seu conjunto, não só para pessoas portadoras de deficiência, mas também para idosos e famílias;

- (iii) de acordo com as estimativas feitas pelos operadores dos responsáveis pela organização dos jogos, os Jogos Paralímpicos geram receitas elevadas;
- (iv) possibilidade de se promover os produtos nacionais do país organizador;
- (v) são um pólo catalisador da opinião pública, no sentido da promoção da pessoa com deficiência, colocando em relevo as suas necessidades e capacidades;
- (vi) criam novos postos de trabalho.

Perante a perspectiva desta entidade, não nos restam quaisquer dúvidas de que os eventos desportivos de alto nível para pessoas com deficiência são, no fundo, uma fonte de benefícios sociais e económicos para toda a sociedade, pelo que compete aos Estados a sua dinamização, bem como, a sua divulgação através dos órgãos de informação. Contudo, esta última questão, que é no fundo o objecto de estudo deste nosso trabalho, torna-se bastante complexa, pelo que será necessário analisarmos, numa primeira instância, o papel dos meios de comunicação social na sociedade e, conseqüentemente, nas populações com deficiências.

4. Desporto e comunicação social

4.1. Funções da comunicação social na sociedade

A evolução das sociedades está sempre relacionada com as novas descobertas científicas e tecnológicas que impreterivelmente provocam profundas alterações nas práticas sociais, culturais e económicas. Desde Gutenberg até Bill Gates inúmeros foram os avanços científicos e tecnológicos que permitiram ao homem ultrapassar fronteiras, ampliando as suas referências individuais e colectivas, os modelos culturais e os estilos de vida.

Giddens (1994) refere que os avanços verificados na área da comunicação são consequência da própria modernidade. Para este autor, o sucesso de um meio de comunicação social no desenvolvimento da sociedade não depende

unicamente do conteúdo ou das mensagens que transmite, mas também da sua forma e da sua reprodução. A modernidade permite-nos, então, ter acesso a dados e factos que atravessam tão facilmente o espaço como o tempo, alcançando em simultâneo um grande número de indivíduos. De facto, desde textos impressos a sinais electrónicos, diversos são os métodos e formas que encontramos para informar, representar, influenciar e criar novas perspectivas e tendências culturais, sociais e económicas.

Segundo Giddens (1994) e Oliveira; Vieira; Palma (1997), os meios de comunicação social têm vindo a assumir nas últimas décadas, um papel fundamental na representação social da realidade, alterando os processos tradicionais de produção de conhecimentos e de circulação de informação, promovendo novas formas de socialização e uma nova cultura. Segundo estes autores, os *media* são importantes modeladores das nossas percepções e ideias, proporcionando, não só informação acerca do mundo, como também modos de o ver e de o entender.

Assim, ao falar-se de comunicação social, pensa-se que ninguém poderá contestar as enormes capacidades de influência e aculturação que a rádio, a televisão e a imprensa detêm, pois ao divulgarem acontecimentos reais a nível nacional ou internacional através dos vários meios ao seu serviço, não só delimitam o assunto tratado, como constróem imagens da realidade com as quais os indivíduos se confrontam e interiorizam culturalmente.

No que respeita ao poder pedagógico conferido a estes órgãos sociais, Andrade (1995, p.50) refere que a informação produzida pelos *media* "(...) transforma quem a recebe, acrescentando dados, alterando critérios e modificando juízos e conclusões (...)". Deste modo, é exigido aos responsáveis destas instituições uma consciência deontológica, procurando que a notícia seja verdadeira, rigorosa e tão objectiva quanto possível.

Outra das funções atribuídas à comunicação social é a sensibilização e responsabilização da sociedade face a certos acontecimentos (Andrade, 1995). Por exemplo, perante a violação de direitos humanos, a comunicação social

ergue-se como voz de consciência, pois não podemos esquecer que a nossa liberdade passa, igualmente, pelo respeito pelo outro e pelo apelo à dignidade de cada ser humano.

Continuam a cometer-se os mesmos crimes e as mesmas barbaridades que há séculos se praticavam. Factos como a discriminação de raças, de sexos, de classes sociais, as guerras e a fome são temas ainda muito actuais que a comunicação social faz referência e que levam a que a sociedade avalie essas situações de forma diferente, apesar de em todo serem semelhantes aos actos praticados séculos atrás. Os meios de comunicação social prestam assim um contributo substancial trazendo a público a prática ou a rejeição daqueles que são os valores essenciais da sociedade, tais como: o direito à diferença, o espírito de camaradagem e entre-ajuda, a solidariedade e a justiça, entre outros.

Através de várias opiniões apresentadas por vários autores implicados neste estudo, entre os quais destacamos Andrade (1995), Gaillard (1971), Giddens (1994), Graça (1989) e Oliveira; Vieira; Palma (1997), podemos referir como função dos meios de comunicação social, os seguintes aspectos: (i) função de informação pública e circulação da informação; (ii) função pedagógica e cultural; (iii) sensibilização social; (iv) procura da verdade; (v) fomentação dos valores sociais; (vi) modelação de opiniões e (vii) promoção da socialização.

Mas se os meios de comunicação social são considerados um factor por excelência, de informação e de educação cultural, económica e social, por outro lado, são igualmente entendidos como "(...) um meio de controlo social, base de ditaduras e da destruição da mediação" (Tavares, 1995, p.20). Apesar desta dramatização ou conotação negativa atribuída aos meios de comunicação social, concordamos com Lopes (1993) e Tavares (1995) quando alegam que, por vezes, os órgãos de comunicação de massas filtram e reinterpretem a vida social, retirando-lhe o sentido do mundo arrevesado.

Por exemplo, os meios de comunicação social transmitem com frequência dados e imagens de crianças, jovens e adultos saudáveis, possuidores de um

corpo e de uma vida social «perfeita». Contudo, a realidade é outra, nessa mesma sociedade encontramos nos diferentes espaços públicos, adultos envelhecidos precocemente, idosos sem assistência que vivem na miséria e indivíduos doentes ou com deficiências de toda a natureza. Estas são imagens por vezes bastante desagradáveis aos olhos de todos os cidadãos, mas cruelmente reais.

De acordo com Lopes (1993), quando o contraste de imagens é apresentado de modo a transparecer um mundo belo e sem dificuldades em qualquer plano da vida humana, estamos perante uma situação que distorce e dissimula o real. Ainda nesta perspectiva, Giddens (1994) refere que a rotina gerada pela experiência mediada pode, por vezes, produzir com frequência sentimentos de «inversão da realidade». Concordamos, então, que a consciencialização do poder dos meios de comunicação social seja algo imprescindível para a sociedade e para o seu entendimento.

Como já referimos, os *media* em geral e a imprensa, no caso específico do nosso estudo, sempre se apresentou como um importante instrumento cultural pois, não só reflecte, como também cria o mundo em que vivemos (Giddens, 1994 e Welky, 1998). Nesta perspectiva, não será errado afirmar que, a comunicação social é igualmente um elemento importante, uma fonte e um facto do conhecimento sobre a cultura desportiva. A este respeito, Constantino (1992, p.203) refere numa publicação que “se o desporto reflecte as estruturas da sociedade, forçosamente os jornais desportivos e as secções desportivas dos grandes órgãos de informação têm de exprimir essas mesmas determinantes”. A imprensa desportiva apresenta-se assim, como um elemento igualmente importante que participa no desenvolvimento global da sociedade em geral.

4.2. Desporto e jornalismo desportivo: que relações?

Como já foi referido anteriormente, o desporto desenvolveu-se numa época onde somente a aristocracia grega tinha acesso a ele, sendo igualmente

utilizado como base de preparação para guerra. O desporto só alcançou o seu verdadeiro desenvolvimento no séc. XIX, assumindo, deste modo, o seu estatuto de actividade social. No entanto, este era um tempo em que mais uma vez era algo que se constituía como privilégio de algumas classes sociais, que pretendiam ocupar os seus tempos livres com determinadas práticas. A Revolução Industrial ao apresentar-se como uma etapa importante para o nascimento do desporto moderno, expande este fenómeno a todas as classes sociais, transformando-o igualmente numa necessidade social.

O ressurgimento do desporto, apesar de provocar um súbito interesse e expansão a todos os grupos sociais, tornou-se, contudo, num fenómeno estranho para algumas elites. Os desportistas passam assim a ser encarados com um certo cepticismo e ironia, sendo mesmo vítimas de certas incompreensões. Contudo, esta actividade levou ao aparecimento de um novo jornalismo e, conseqüentemente, ao nascimento da imprensa desportiva.

Em pleno séc. XIX as relações entre a comunicação social e as actividades desportivas manifestavam-se em torno de uma causa: o desporto! Sobre este assunto, Constantino (1992) alega que nesta época a actividade física e o desporto eram algo considerado fútil, *snob*, superficial, desnecessário, algo até perigoso, pelo que os jornais desportivos eram tribunas de uma causa a defender: a prática do desporto.

Os primeiros jornalistas desportivos eram, na realidade, adeptos convictos do movimento desportivo, sendo alguns deles praticantes e até mesmo desportistas que se tornaram propagandistas zelosos de uma boa causa. No entanto, as dificuldades sentidas através do não reconhecimento do estatuto de jornalistas àqueles que se dedicavam a escrever sobre o desporto, explicam em parte que, progressivamente, por razões da sua própria sobrevivência, a imprensa desportiva tenha criado a sua própria regra de ouro - não esperar pelo acontecimento que motiva a notícia, mas criá-lo, se possível organizá-lo ou, pelo menos, encorajá-lo (Constantino, 1992).

Os editores compreenderam que o destino da imprensa desportiva estava directamente relacionado com o desenvolvimento desta nova actividade e, particularmente, com as competições desportivas, justificando-se assim o grande interesse na intervenção da organização das mesmas.

A adopção deste princípio por parte da imprensa é, anos mais tarde, seguida pela rádio e depois pela televisão, incorrendo assim a sua atracção sobre o espectáculo desportivo. Mas, qual o motivo que movimentava as equipas de jornalistas até aos eventos desportivos? Como resposta a esta questão, vários autores, entre os quais destacamos Constantino (1992), Costa (1994), Esteves (1999) e Graça (1989), referem que o desporto possui uma valorosa qualidade que a distingue das demais manifestações culturais. Falamos do espectáculo desportivo como “(...) o único espectáculo em que a cena final não está pré-determinada e em que todo o argumento (o jogo) é «escrito» e «produzido» à frente de todos” (Constantino, 1992, p.204).

Começa assim uma longa aliança entre o desporto e a imprensa desportiva com o intuito de alcançar um lugar numa sociedade que por vezes lhes é hostil e indiferente, e que exige um esforço mútuo das partes interessadas. Para justificar esta união, a USJDF (1976) faz referências a um ensaio apresentado num seminário, ao expressar que a realização de um espectáculo exige o estabelecimento de uma comunicação entre aqueles que não puderam a ele assistir, ou tendo-o feito, desejam confrontar a sua opinião com a de um outro observador.

Esta mesma entidade alega ainda, que a relação existente entre a imprensa e o desporto é comparada com um casamento de amor e de razão, enunciando que, numa primeira fase, a imprensa correu em socorro do desporto e que em seguida, num segundo tempo, quando o desporto se tornou num dos fenómenos sociais mais importante da época, a imprensa utilizou-o para contribuir para o seu próprio crescimento.

Mas ainda sobre as relações existentes entre estas duas áreas, Hatje (1994) alega que as mesmas são cada vez mais estreitas e fundamentais para a

busca de um objectivo humano, isto é, na construção e desenvolvimento da totalidade do homem. De facto, actualmente ninguém poderá negar que o movimento humano, para além de uma necessidade, constitui uma linguagem universal, levando ao entendimento dos Homens, pois para além das palavras, os sons, os gestos, os sinais e os símbolos são elementos importantes e fundamentais em qualquer processo de comunicação.

Nesta perspectiva, concordamos com Graça (1989) quando refere que o bom relacionamento entre os Homens passa por uma boa comunicação, estando esta intrinsecamente dependente de uma informação transmitida nos moldes mais correctos.

O panorama actual está claro perante todos. Existe realmente uma relação de mútua influência entre o desporto e os meios de comunicação social, onde, por vezes, torna-se difícil perceber quem influencia quem. Apenas temos consciência que os órgãos de informação são parte integrante do universo desportivo e que, actualmente, seria impensável que um existisse sem a presença do outro.

4.3. Competências do jornalista desportivo

Se os primeiros jornalistas desportivos que surgiram eram, na realidade, verdadeiros amantes da causa desportiva, sendo eles puramente espectadores, praticantes ou até desportistas, actualmente os homens ou mulheres que se encontram ao serviço deste tipo de imprensa são indivíduos cujo conhecimento requer, cada vez mais, uma especialização.

De acordo com Constantino (1992) e Zeferino (1989), os jornalistas que se dedicavam à área do desporto eram considerados como que os parentes pobres do jornalismo. Perante esta afirmação não podemos deixar de referir

que essa marginalização era reflexo da pobre consideração que a sociedade tinha sobre o desporto e a quem o praticasse⁵.

Apesar de ocupar um lugar marginal na sociedade, reconhece-se ao jornalista desportivo um percurso progressivo que se caracteriza por uma evolução rápida, criando deste modo as suas próprias regras e a sua própria hierarquia de valores. Admite-se então, que vendo o desporto a ocupar um lugar importante e incontestável na sociedade, a especialidade de jornalista desportivo tenha evoluído de modo a alcançar um estatuto idêntico aos restantes colegas de profissão, que se dedicavam a (d)escrever sobre os outros fenómenos sociais.

Se a informação é um poder, este terá que ser usado de forma responsável e susceptível de ser responsabilizada. Sobre este assunto, durante um seminário sobre a problemática do jornalismo na área desportiva, foi apresentada uma comunicação em que se afirmava que “a cultura, o culto da verdade e a especialização, são três virtudes para se ser um bom Jornalista” (Zeferino, 1989, p.16). De facto, no panorama nacional e, particularmente no que diz respeito à informação desportiva, alguns dos nossos jornalistas desportivos baseiam, por vezes, as suas opiniões nas vivências desportivas pessoais, levando-nos a concluir que na maioria dos casos não existe espaço para uma formação ou valorização académica na área.

Nos órgãos de comunicação social facilmente encontramos, em alguns responsáveis pela programação desportiva, comentários com lacunas e erros, próprios de quem não está dentro do assunto. Tendo em conta este cenário, não podemos nunca esquecer que para além da função de informação, a imprensa desportiva tem igualmente um papel de formação, pelo que se exige à comunicação social, uma necessidade imperiosa de actualização de métodos e sistemas, equipando-se, não só com material que permita enriquecer o seu

⁵ Esta fraca consideração ainda hoje se encontra quando confrontamos a Educação Física com as restantes disciplinas dos currículos escolares.

potencial humano, como também aumentar a especialização dos seus elementos na área do desporto. Como refere Zeferino (1989), mais do que informar, é necessário formar de modo a orientar e instruir a outra parte do fenómeno, isto é, o grande público leitor, ouvinte ou telespectador.

Perspectivando estes princípios, questionamo-nos sobre as competências do homem ou mulher que presta o serviço de jornalista desportivo. Gaillard (1971) refere que, ao jornalista, exige-se um trabalho parecido com o do historiador, sendo importante a cultura, o conhecimento da actualidade, ter um sentido crítico e ser hábil na utilização dos novos meios tecnológicos à sua disposição. As estas qualidades a USJDF (1976) indica outras como: informador, repórter e documentalista e Serpa (1989) atribui-lhe ainda um estatuto de veículo de ideias e conceitos, comportando assim, segundo Constantino (1992), um excelente sentido de responsabilidade.

Ao jornalista desportivo exige-se suficiência, no entanto, no que diz respeito à matéria de organização social do desporto, este profissional não tem qualquer poder de decisão. Os meios de comunicação social apesar, de se apresentarem como uma instituição pública de utilidade social, são igualmente uma empresa submetida aos imperativos do mercado e ideologias políticas. Como consequência, o jornalista apresenta-se como uma peça desta indústria político-financeira que está sujeito a súbitas contingências, ou seja, como assalariado que é, trabalha segundo as directrizes do responsável da publicação.

4.4. A imprensa desportiva como negócio

As novas tecnologias, nomeadamente as emissões por cabo e por satélite, permitiram uma difusão nunca antes alcançada, mostrando no hemisfério Sul os acontecimentos do hemisfério Norte. De acordo com Dias (1995), o importante desta difusão, não reside tanto na mediatização, mas nos critérios selectivos do que é mediatizado. Tais critérios são decisivos, quer no que respeita à actividade humana em geral, quer no que concerne às actividades

específicas, e, no caso que diz respeito a todos nós, à difusão das actividades desportivas.

A realidade actual está bastante clara perante todos. As novas tecnologias da informação têm, no espectáculo desportivo, um factor de forte investimento pois, como já mencionamos anteriormente, a realização de um espectáculo desportivo é sempre original e impossível de ser reproduzido, podendo apenas ser registado e relatado, no que satisfaz os desejos de todos os cidadãos interessados.

Vários são os autores, entre os quais indicamos Caldas (1989), Constantino (1992), Costa; Marques; Mendonça (1980), Graça (1989), Manha (1989), Miragaia (1989), Serpa (1989), Silva (1999) e Welky (1998), que justificam a atenção dada ao fenómeno desportivo, por parte dos meios de comunicação social, baseada em factores de ordem económica e comercial. Em traços muito gerais, o carácter programático de qualquer *media* parece ter desaparecido. O informativo e formativo deu lugar às percentagens de audiências e à rentabilidade, pois “o número de vendas ou o índice de audiência é absolutamente indispensável à sua viabilização, já que é ele que permite alcançar posições de mercado atractivas a uma das partes essenciais ao seu financiamento - a venda de espaço publicitário” (Constantino, 1992, p.204).

Como confirmação dos interesses sócio-económicos à volta do fenómeno desportivo, basta-nos apenas reflectir no número de horas atribuídas a determinadas modalidades desportivas, em detrimento de outras, e visualizar toda a competição em paralelo - o *marketing* e a publicidade. Assim, num estudo realizado por Costa; Marques; Mendonça (1980) sobre a imprensa desportiva, verificou-se que o futebol profissional era a modalidade mais abordada, ocupando 58,4% do espaço jornalístico, em detrimento das restantes modalidades. Sobre o espaço publicitário, estes mesmos autores referem que 16,3% do jornal é utilizado com a intenção de vender determinados produtos. Cartaxana (1989) reforça este facto alegando que na actualidade, qualquer jornal diário desportivo ou de informação geral, só passa

a ser rentável quando 40 a 50% das suas colunas são dedicadas ao espaço publicitário.

Um outro resultado observado no estudo de Costa; Marques; Mendonça (1980) e igualmente reforçado mais tarde por Caldas (1989) diz respeito às notícias sensacionalistas que parecem liderar grande parte das informações, manifestando, desta forma, o interesse do público por este tipo de questões. Parece-nos, então, verdadeiro que, no que diz respeito ao desporto, a sua difusão esteja sujeita a interesses económicos, pois “o que «vende» é naturalmente o espectáculo desportivo, os seus casos, as suas personagens” (Constantino, 1992, p.204). Mas, de acordo com Manha (1989) e Constantino (1992), vende porque existe uma procura cujas instâncias culturais face ao desporto encontra, neste tipo de comunicação social, uma oferta adequada.

A utilização do desporto nos órgãos de comunicação de massas muito para além das intenções de informação ou formação, de modo a obedecer única e exclusivamente à lei da rentabilidade e à lógica do lucro, talvez justifique o facto de raramente vermos abordadas na imprensa desportiva as outras formas de prática deste fenómeno. Segundo Caldas (1989), Manha (1989) e Serpa (1989), esta parte do fenómeno desportivo atinge uma pequena porção do público, o que nos leva a concordar que o que vende é o espectáculo desportivo e os seus casos sensacionalistas, transformando-se assim a imprensa ou qualquer outro órgão de informação, numa empresa que tendo como finalidade a rentabilização do capital investido, apenas venda um produto que agrada a uma maioria.

Sobre este assunto, Caldas (1989) e Miragaia (1988 e 1989) referem que os meios de comunicação social têm, como princípio de funcionamento, um paradoxo vicioso e até mesmo perverso, pois as suas programações assentam na recolha de dados que lhes permitem subir audiências. Segundo estes autores, o que encontramos na imprensa desportiva acaba por ser o reflexo do gosto dominante; no entanto, há um facto que não poderemos olvidar: é que o gosto dominante é também formador e modelador desse mesmo gosto dominante.

O desporto e os *media* são realmente duas organizações que conquistaram o seu espaço social através de uma mútua influência. Mas como já constatamos anteriormente, hoje em dia não podemos falar por si só de desporto, relegando para segundo plano os seus praticantes, pois o que existe na realidade são diferentes elementos da sociedade que produzem diferentes formas de manifestação deste fenómeno e, por isso, requerem um tratamento informativo adequado.

Para Constantino (1992), Costa; Marques; Mendonça (1980) e Miragaia (1988 e 1989), existe um verdadeiro desequilíbrio entre a realidade do fenómeno desportivo e a informação produzida sobre o mesmo pois, segundo estes autores, o desporto nas suas diferentes manifestações não encontrou ainda um justo tratamento informativo. Observam-se ainda algumas formas de estar no desporto cuja informação é quase inexistente, demonstrando a falta de sensibilidade da sociedade em geral, e dos meios de comunicação em particular, de como é exemplo o Desporto para Deficientes. Contudo, parece-nos evidente que não poderemos exigir que os jornalistas desportivos «vistam a capa de heróis» todos os dias e comecem a falar somente do Desporto para Deficientes, do desporto para crianças e jovens ou do desporto na população feminina. Segundo Miragaia (1988 e 1989), a informação desportiva é tão assediada por grupos de pressão política e económica, como qualquer outro órgão de informação da especialidade ou de informação geral. Nesta perspectiva, não será a imprensa desportiva igualmente reflexo da sociedade de consumo e da paixão clubística?

5. Deficiência e comunicação social

5.1. A mediatização das pessoas com deficiência

Casado; Duncan; Garcilazo (1990) chamam à atenção para a importante capacidade que a sociedade tem em absorver todo o tipo de imagens,

devolvendo-as posteriormente em subprodutos. Este facto vê-se reflectido no domínio da deficiência em que não são os próprios indivíduos que transmitem a sua imagem, sendo sim a sociedade que a cria. Como consequência deste facto, podemos afirmar que a relação existente entre a deficiência e os meios de comunicação social nem sempre poderá ser considerada uma relação positiva pois, na maioria dos casos, a imagem mediática destes indivíduos é escassa e estereotipada.

Estudos efectuados nos principais meios de comunicação social indicam que as representações mediáticas das pessoas com deficiência são exíguas, no que diz respeito à realização de tarefas normais do quotidiano, sendo, no entanto, transmitida com maior frequência, a imagem do incapacitado que não consegue solucionar os seus problemas, ou do «super-homem» com algumas capacidades mais desenvolvidas em detrimento de outras (RPPAPM, 1989 e INSERSO, 1992).

Segundo alguns especialistas da informação, nomeadamente a Revista HELIOS (1990), as justificações para este tratamento por parte dos *media*, assenta no facto da deficiência caracterizar-se pela «diferença», levando os meios de comunicação social a agir de acordo com aquilo que consideram ser a sua função primordial, isto é, descrever os fenómenos mais notáveis e não os factos «normais». Para além deste motivo, encontramos um outro que se relaciona com a selecção dos assuntos tratados pois, tal como foi referido no capítulo anterior, os jornalistas baseiam-se igualmente em imperativos de ordem económica para a elaboração e transmissão das suas informações.

Como já foi mencionado, os meios de comunicação social influenciam as percepções do público sobre inúmeros aspectos da vida social. Por sua vez, o tratamento dado pelos *media* a tais questões reflectem as formas de pensar dos elementos da sociedade, bem como os defeitos e as virtudes do seu sistema social. Dentro deste panorama encontramos o indivíduo com deficiência, pois também ele se vê reflectido nos vários meios de comunicação social, como produto da sociedade ou do grupo social em que está inserido.

Mas para compreendermos melhor todo o fenómeno que envolve os meios de comunicação social e a deficiência, é necessário traçar o quadro internacional dos estudos que relacionam estas duas áreas. Contudo, iremos restringir esta investigação a dados relacionados com a televisão e a imprensa, uma vez que apenas detectamos estudos nestes dois órgãos de comunicação social. Este facto talvez se justifique como consequência das características ideais que estes meios apresentam na possibilidade de se registar e, consequentemente, guardar toda a informação para futuras análises.

5.1.1. A televisão e a deficiência

Nos últimos tempos temos vindo a verificar um espantoso incremento da imagem mediática do indivíduo com deficiência na televisão. A comprovar esta hipótese Byrd; McDaniel; Rhoden (1980) apresentam um estudo efectuado durante um período de dez anos, mais concretamente entre 1968 e 1978, onde concluem que os filmes, as séries dramáticas, os programas infantis e as séries documentais são os programas televisivos com maior índice de aparição de indivíduos com deficiência.

Segundo estes autores, estes resultados poderão estar relacionados com a curiosidade do público em tentar perceber a dinâmica psico-social do que é viver com uma deficiência, transformando-se, assim, a televisão num ponto de referência e numa fonte de informação. Para além desta justificação, encontramos uma outra que se prende com os valores sociais da época, ou seja, no caso particular do estudo destes autores, o interesse da sociedade americana para aspectos relacionados com a problemática da deficiência, cresceu na proporção directa do número de indivíduos com deficiência provenientes da guerra do Vietname. A corroborar esta hipótese, Byrd; McDaniel; Rhoden (1980) apontam ainda como resultados da sua investigação, os tipos de deficiências mais retratados por este órgão da comunicação social. Deste modo, (i) a paraplegia, (ii) as deficiências físicas, (iii) os problemas de alcoolismo, a (iii) toxicodependência, (iv) os distúrbios mentais e emocionais, encontram-se no topo da lista.

Num estudo ainda mais recente, Byrd (1997) revela que o aumento do número de aparições na televisão de assuntos relacionados com a deficiência deveu-se à implementação de medidas legislativas⁶ produzindo um tremendo impacto social no que diz respeito à edificação dos direitos dos indivíduos com deficiência junto da população. Na consecução desta investigação, o autor coloca várias questões. Como é que o público recebeu este tipo de informação? De que forma a televisão contribuiu para a divulgação de assuntos relacionados com a deficiência?

Como é do conhecimento de todos nós, muita da informação recebida no que respeita a legislação e políticas governamentais, é transmitida pelos meios de comunicação social, proporcionando ao cidadão uma fonte de conhecimento de diversos assuntos, incluindo aqueles que se relacionam com a deficiência. Na tentativa de perceber a forma como a problemática da deficiência é apresentada à sociedade, Byrd (1997) efectuou um estudo sobre os assuntos mais tratados pela televisão, no âmbito da deficiência. Os resultados obtidos demonstraram que os assuntos mais debatidos, por ordem decrescente de aparição, eram (i) os programas com orientações médicas no que respeita à deficiência; (ii) as histórias humanas de interesse público; (iii) as histórias sobre o uso de drogas em geral e na deficiência; (iv) a legislação sobre os direitos das pessoas com deficiências (v) e as histórias de carácter geral e internacional que envolvam a problemática da deficiência.

À semelhança dos estudos anteriormente indicados, estes resultados não surpreenderam os investigadores pois, uma vez mais, reflectiam os interesses e valores da sociedade, ou seja, no que diz respeito aos programas que abordam a deficiência no campo da medicina e prevenção, este autor justifica a frequência de aparição com a crescente e notória preocupação das pessoas com assuntos que digam respeito à saúde e ao bem-estar.

⁶ *The Americans with Disabilities Act* – aprovada e assinada, em 1990, pelo Presidente George Bush (EUA).

As temáticas relacionadas com o uso de drogas reflectem um dos grandes problemas de qualquer sociedade desenvolvida. A abordagem deste tema pelos meios de comunicação social, para além de transparecer as preocupações da sociedade, fornece ao público um poderoso meio de informação que lhe permite actuar e encarar estas questões de uma forma diferente. Assim, se por um lado o uso ilícito de drogas contribui seriamente para o aumento de comportamentos anti-sociais e até mesmo deficiências, por outro lado, o uso legal das mesmas contribui para o tratamento e diminuição de algumas doenças (Byrd, 1997).

Os filmes ou séries televisivas apresentam-se também com um carácter de entretenimento funcionando, desta forma, como escape aos problemas sociais. Porém, e nunca esquecendo a sua importância na formação e modelação de comportamentos e atitudes face a certos assuntos, temos de concordar que eles nem sempre funcionam como elementos representativos, por excelência, da realidade. Se os produtores e realizadores apresentassem a deficiência como ela afecta as pessoas, na realidade, e não como algo de extraordinário, seria muito mais fácil e simples para a sociedade encará-la e aceitá-la. Algumas investigações, como as de Byrd (1990 e 1997), Elliott; Byrd; Byrd (1983) e Hulek (1987), indicam que as pessoas com deficiência são raramente retratadas na televisão e, quando o são, os programas ou séries televisivas têm tendência para realçar a deficiência em vez da pessoa em si. De facto, a cultura mediática ao abordar a pessoa com deficiência como «facto jornalístico» ou como personagem de criação artística, geralmente opera com uma visão estereotipada e preconceituosa desses indivíduos, colocando-os, por vezes, em dois patamares opostos: ora são vistos como «inferiores» e «incapazes», ora são tidos como «super-heróis».

Neste quadro mediático das pessoas com deficiência, Elliott; Byrd; Byrd (1983) lamentam a qualidade e natureza das imagens televisivas destes indivíduos, caracterizando-as como fictícias e estereotipadas. Estes autores fazem então referência a um estudo onde se pretendia distinguir a caracterização de personagens com deficiência das personagens ditas «normais». Os resultados obtidos na investigação indicam que, às personagens intervenientes com

deficiência, eram-lhes atribuídas as seguintes qualidades estereotipadas: (i) solteiras; (ii) pertencentes a um estatuto social baixo; (iii) desempregados e (iv) vítimas de abusos.

Sobre este assunto da esteriotipização mediática das pessoas com deficiência, Figueira (1995) alega que, se a informação não é cuidada, acaba por reforçar estigmas e posturas preconceituosas transmitidas culturalmente que podem significar, no mínimo, um elemento perturbador à evolução e ao desenvolvimento social. Mas a desinformação é um facto que se manifesta particularmente nos indivíduos com deficiência mental, levando a sociedade a subestimar as suas potencialidades e capacidades gerando, assim, discriminação, estigmas e preconceitos. A corroborar esta hipótese, Elliot; Byrd; Byrd (1983) e Figueira (1995) indicam os resultados de uma investigação onde se concluiu que a deficiência mental é o tipo de deficiência com maiores níveis de desinformação, gerando estereótipos, atitudes negativas e barreiras sociais.

Mais recentemente, Byrd (1990) efectuou um estudo semelhante ao de Elliot; Byrd; Byrd (1983), comparando, nos mesmos filmes, a caracterização das personagens com deficiência das restantes caracterizações. Este autor conseguiu, assim, demonstrar que o aparecimento ou a caracterização de personagens com deficiência contribuem para a formação de atitudes, por vezes negativas, no espectador.

Apesar dos resultados obtidos com esta pesquisa irem de encontro com os resultados obtidos no estudo referenciado por Elliott; Byrd; Byrd (1983), manifestam-se algumas diferenças nos mesmos pois os resultados indicam aspectos positivos e negativos. No que diz respeito aos primeiros, Byrd (1990) refere que os indivíduos com deficiência não são apresentados: (i) em conflitos sociais; (ii) em categorias etárias específicas; (iii) em empregos diferentes dos «ditos normais»; (iv) como vítimas de exclusão familiar ou de relacionamento social; (v) como exclusivo do sexo feminino ou masculino.

Em contrapartida, o mesmo autor aponta como aspectos negativos, e até mesmo desencorajadores, o facto dos indivíduos com deficiência serem

geralmente representados como: (i) elementos pertencentes a um nível socio-económico mais baixo; (ii) experimentarem finais de histórias negativos; (iii) elementos pertencentes a uma instituição; (iv) elementos cuja personagem é portadora de uma personalidade pouco atractiva e até mesmo aberrante.

Parece-nos então evidente que houve realmente uma evolução social em termos de mediatização das pessoas com deficiência entre os anos que separam estes dois estudos, quer no que se refere ao número de frequências de aparição, quer no que se refere à caracterização desta população especial. Contudo, e não pretendemos com isto transmitir uma imagem pessimista acerca do assunto, concordamos com a opinião de Byrd (1990), que os resultados reflectem as intenções para o aumento dos níveis de audiência e apenas em algumas instâncias, intenções de informação ou pontos de referência acerca da problemática da deficiência.

Neste contexto, este autor alega que a deficiência é geralmente usada como forma de manipular a história, com o intuito de entreter o público, discutindo os resultados obtidos da seguinte forma: (i) o facto do indivíduo estar ligado a uma instituição cria sentimentos de simpatia por parte do público espectador; (ii) as variáveis que se relacionam com o estatuto socio-económico baixo, a personalidade pouco atraente e aberrante e os finais negativos poderão estar correlacionados com a mentalidade e o pensamento estereotipado dos escritores, directores e produtores, no que diz respeito ao carácter do indivíduo com deficiência.

As imagens a que diariamente temos acesso através da televisão reflectem e influenciam a interpretação da sociedade face a certos temas do nosso interesse. Consequentemente, não podemos desprezar a projecção do tratamento mediático igualitário de todos os indivíduos pois os programas televisivos, quer sejam de carácter informativo ou de entretenimento, apresentam-se como informadores de assuntos e modeladores de comportamentos e atitudes, contribuindo também para o desenvolvimento social da problemática da deficiência.

5.1.2. A imprensa e a deficiência

À semelhança da televisão, a imprensa reflecte os valores e interesses da sociedade actual. Autores, como INSERSO (1992), Lachal (1985, 1990 e 1991) e Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990), entre outros, concordam que os jornais têm uma grande influência na formação da opinião pública no que concerne a assuntos relacionados com a sociedade em geral e com alguns grupos sociais, como o caso da população com deficiência.

Sendo a imprensa mais um meio de comunicação social que acaba por reflectir as estruturas sociais, Lachal (1990) e Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990) realizaram uma pesquisa em jornais regionais e nacionais, para perceberem melhor a relação existente entre este *media* e a problemática da deficiência. Nesta linha de acção, o quadro que se segue (Quadro 3) representa os resultados obtidos na investigação destes autores, pelo que iremos apresentar, de uma forma genérica e sucinta, as principais conclusões sobre a mediatização da pessoa com deficiência e que, em nosso entender, poderão relevar-se importantes para o nosso estudo.

Quadro 3 – Percentagem de assuntos mencionados (adaptado de Lachal, 1990 e Yoshida; Wasilewski; Friedman, 1990)

Assuntos tratados	Lachal (1990)		Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990)
	1977-78	1987-88	1986-87
- Impostos; verbas; despesas	0.7	6.2	16.5
- Habitação; Normalização	9.4	7.4	16.0
- Tratamento em Instituições	0.6	5.9	13.3
- Políticas legislativas; questões de Justiça	-	-	10.7
- Histórias pessoais	7.3	6.4	8.0
- Tecnologia	1.4	4.2	7.5
- Emprego	27.4	13.2	6.9
- Desporto	5.3	8.8	6.4
- Avanços da medicina	7.8	3.7	6.4
- Educação para a deficiência	2.1	1.1	9.0
- Crimes cometidos contra indivíduos com deficiência	-	0.8	6.4
- Crimes cometidos por deficientes	-	-	4.8
- Acessibilidade	11.9	11.8	4.3
- Ensino público	-	-	2.7
- Ensino particular	-	-	3.2
- Legislação	12.7	4.2	3.2
- Integração escolar	3	1.9	2.7
- Reabilitação	4.4	2.6	2.7
- Filantropia	-	1.1	2.7
- Aconselhamento familiar	-	-	1.1
Amostra	n=578	n=1113	n=188

Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990) referem que os assuntos relacionados com os impostos, verbas e despesas; a habitação e normalização; o tratamento em instituições; as políticas legislativas e as questões de justiça; as histórias pessoais; a tecnologia; o emprego e finalmente o desporto, são as temáticas com maior interesse universal para os jornalistas e leitores pois todos os jornais que fizeram parte do seu estudo⁷ fazem referências às mesmas.

De acordo com estes autores, os assuntos relacionados com os impostos, as verbas e as despesas que envolvem a problemática da deficiência, acabam por reflectir a sociedade actual; tendo em conta que estamos numa época onde os valores económicos e materiais são bastante importantes, não nos surpreende que estes sejam os temas com maior percentagem de aparição. Mas ainda sobre esta temática, Lachal (1990) complementa a justificação destes resultados com o facto da deficiência estar directamente relacionada com a imperiosa necessidade de apoios financeiros, de modo a permitir a estes cidadãos uma plena participação na sociedade (e.g. despesas para ajudas técnicas, próteses, educação, reabilitação, redução de impostos, etc.).

O emprego é, sem dúvida, um dos aspectos mais importantes da vida de qualquer indivíduo pois é através dele que nos relacionamos e realizamos socialmente. À semelhança dos ditos «normais», o cidadão com deficiência encontra na profissão uma condição necessária para a sua integração na sociedade (Lachal, 1990). Nesta perspectiva, e sendo o indivíduo com deficiência um elemento que, devido à sua condição, apresenta, na maior parte dos casos, algumas dificuldades em termos de acesso ao emprego, é natural que este seja um tema de interesse jornalístico.

O aparecimento de novas leis que regulamentam os direitos sociais, económicos e culturais desta população com necessidades especiais é, segundo Lachal (1990), o responsável pela origem de artigos que se relacionam com essa temática. A imprensa acaba assim por funcionar como um veículo de informação, relatando, não só a existência dos direitos

⁷ «Chicago Tribune», «Los Angeles Times», «New Orleans Times-Picayune», «New York Times» e «Washington Post»

estabelecidos, como também, os casos em que os mesmos não estão a ser cumpridos. A confirmar esta opinião, a INSERSO (1992) refere que a mediatização dos direitos dos cidadãos com deficiência é um dos temas mais frequentes, particularmente quando descrevem as situações em que os mesmos não são reconhecidos pelos seus pares sociais.

Um dos maiores entraves para a plena participação na sociedade por parte dos indivíduos com deficiência diz respeito às barreiras arquitectónicas produzidas por essa mesma sociedade. Para Lachal (1990), a acessibilidade transforma-se assim num aspecto extremamente importante, pelo que a informação mediatizada sobre a mesma se torna útil, através do contributo que pode dar para solucionar os problemas do quotidiano destes indivíduos (e.g. transportes, acesso a instalações, etc.).

Quanto à mediatização dos avanços científicos, Lachal (1990) e Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990) revelam que os mesmos traduzem a sociedade moderna pois os avanços verificam-se em todas as áreas e, no caso da deficiência, constituem um meio, por excelência, de integração social. Daí a necessidade de se dar a conhecer, à opinião pública, quais as formas mais adequadas para atingir essa mesma integração.

As histórias pessoais do indivíduo com deficiência, quando transmitem a sua vida quotidiana, são um forte elemento representativo da realidade. Contudo, para a INSERSO (1992) e Lachal (1990), o número de artigos que abordam este aspecto são ainda insuficientes e, quando existem, as informações apresentam um carácter sensacionalista. Neste panorama, os autores questiona-se se a imprensa relata estes factos com a intenção de fornecer uma informação sobre a problemática da deficiência ou, fazendo-o, não terá também a intenção de tirar benefícios com os mesmos?

A corroborar estes resultados, Gutiérrez e Borrego (1993) referem, no seu estudo, que este órgão de comunicação social só divulga assuntos relacionados com este grupo populacional quando surgem acontecimentos de carácter sensacionalista, avançando ainda outros temas como os progressos

científicos (medicina, ajudas técnicas) e os problemas de índole social (discriminação, desigualdade social).

Um outro aspecto analisado por Lachal (1990) e Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990) diz respeito ao tipo de deficiência mais focada pela imprensa (Quadro 4). Para além do tipo de deficiência, Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990) verificaram que os resultados obtidos têm todos uma correlação, ou seja, sendo os assuntos mais tratados relacionados com temas que dizem respeito aos problemas da população adulta, parece evidente que esta tenha sido a faixa etária mais focada pela imprensa.

Os resultados das pesquisas de Lachal (1990) e de Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990) revelaram que a deficiência motora e a mental são as que têm maior representação mediática, justificando o facto com o elevado número de indivíduos que possuem estes tipos de deficiência comparativamente com as deficiências sensoriais ou multideficiências.

Quadro 4 – Percentagem de artigos por deficiência e faixa etária (adaptado de Lachal, 1990 e Yoshida; Wasilewski; Friedman, 1990)

Deficiência mais focada	Lachal (1990)		Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990)
	1977-78	1987-88	1986-87
Deficiência mental	14.9	6.5	28.2
Deficiência motora	20.3	29.9	20.7
Deficiência Física não especificadas	7.9	20.9	-
Deficiência auditiva	1.7	3.8	11.2
Deficiência Visual	2.4	6	7.5
Dificuldades de aprendizagem	-	-	2.1
Multideficiências	-	2.3	1.6
Deficiências não especificadas	50.2	29.8	17.0
Distúrbios emocionais	-	-	23.9
Faixa etária	Lachal (1990)		Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990)
	1977-78	1987-88	1986-87
Jovens	-	-	18.6
Adultos	-	-	47.9

Por outro lado, Lachal (1990) explica que a deficiência comporta ainda uma realidade psicológica que se relaciona, de certa forma, com a percepção irracional da mesma, ou seja, as deficiências motoras são facilmente reconhecidas, como tal, a visibilidade imediata da deficiência é aquela que causa maior impacto no público.

Ainda no que concerne ao tipo de deficiência mais retratada, tanto Lachal (1990) como Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990) observaram um elevado número de ocorrências de deficiências não especificadas. Os autores relacionam este dado com a atenção ou cuidado que os redactores apresentam na transmissão de informações mais ou menos concretas e precisas acerca da problemática da deficiência.

Alguns estudos realizados na área da mediatização da deficiência na imprensa escrita revelaram que as publicações feitas eram trabalhos esporádicos, pouco elaborados, com escassa profundidade e originalidade (INSERSO, 1992; Lachal, 1990 e Gutiérrez e Borrego, 1993). Segundo estes mesmos autores, a maioria dos órgãos de comunicação social limita-se a reproduzir as notícias de uma agência ampliando-as com algum testemunho ocorrido, reservando pouco espaço para a notícia e sem qualquer elemento fotográfico.

Outro aspecto indicado por Lachal (1990) e Gutiérrez e Borrego (1993) é a terminologia utilizada para falar de pessoas e assuntos que se relacionam com a deficiência: esta nem sempre é a mais adequada, criando, por vezes, estereótipos e imagens negativas.

Por exemplo, no estudo de Lachal (1990) efectuou-se uma análise lexical de todos os artigos e verificou que a terminologia associada à deficiência traduzia: (i) uma condição individual e estatuto social que reflectia dificuldades, dependência, marginalização e sofrimento físico e moral; (ii) a deficiência como símbolo da diferença e da necessidade (protecção e assistência moral e material); (iii) a deficiência hiper-valorizada e; (iv) baixa ocorrência de indivíduos com deficiência como alguém independente e feliz no seio de uma sociedade.

Contudo, mesmo dentro deste panorama um pouco negativo, não nos parece de todo erróneo concordar com Lachal (1990) quando refere que a mediatização da pessoa com deficiência, apesar de ser insuficiente, tem vindo a evoluir, pelo que o autor destaca os seguintes aspectos: (i) verificou-se uma

evolução no que concerne à diminuição das imagens estereotipadas e fictícias da pessoa com deficiência; (ii) verificou-se um progresso na variedade de temas tratados; (iii) verificou-se que a informação ganha uma nova dimensão quando acompanhada de ilustrações; e (iv) verificou-se que os jornalistas começam a ter mais cuidado na utilização de expressões com conotações negativas.

Após a exposição de alguns dados obtidos nas investigações realizadas na imprensa escrita sobre a deficiência, não nos restam dúvidas que este *media* se reveste de um papel importante, e cada vez mais crescente, para a integração social deste grupo específico da população. Nesta perspectiva, torna-se importante analisar as informações difundidas, a fim de se medir o grau de objectividade e destacar, para posteriormente eliminar, a realidade frequentemente distorcida.

5.2. O poder dos meios de comunicação social para a deficiência

Não nos restam quaisquer dúvidas acerca do crescente poder dos meios de comunicação social para a transmissão e configuração das imagens da realidade. Este poder torna-se ainda mais valioso na percepção da realidade primária, pois esta torna-se inapreensível em si mesma, surgindo então a imperiosa necessidade de captar a essência das coisas através dos nossos conhecimentos e ideias prévias, formados por nós próprios ou através de intermediários (RPPAPM, 1989).

A realidade inspira-nos à sua representação, mas, por vezes, as ideias prévias daquilo que nos é dado poderão condicionar a percepção dessa mesma realidade, ou seja, as teorias, as ideologias e até as meras palavras poderão orientar ou desorientar, uma vez que nem sempre mostram o lado real das coisas. No caso particular da deficiência e dos meios de comunicação social, alguns agentes de informação incapacitam a nossa visão de ver as potencialidades destes indivíduos, ao realçarem apenas as suas limitações.

Sobre este propósito, Elliott (1983) faz referência às conclusões de um estudo onde se verificou que a maioria das imagens televisivas realçam a deficiência, esquecendo por vezes a pessoa. De facto, se os realizadores, produtores e responsáveis pela programação apostassem mais no aparecimento de pessoas com deficiência, não como algo de extraordinário e sensacionalista, mas sim como pessoas reais que são, a sociedade teria de as assumir como um facto com o qual têm de lidar, criando assim expectativas idênticas às das pessoas ditas «normais», de modo a facilitar a sua aceitação pelos seus pares sociais.

Mas o problema da desinformação reside, por vezes, no facto dos programas fornecerem uma perspectiva do indivíduo com deficiência através de alguém que nem sempre sabe o que é ser «diferente» na sociedade actual. A imagem real traduz-se, desta forma, num aspecto bastante importante para a eliminação de possíveis estereótipos criados em torno do indivíduo com deficiência. Porém, quando analisamos a problemática da deficiência numa perspectiva de compreensão das formas de representação dessa realidade, no âmbito da cultura e da sociedade, verificamos que boa parte da percepção, formas de ser, agir e interagir com esses indivíduos, ainda se encontram influenciados por uma antiga visão do mundo que os demarca.

A corroborar esta afirmação encontramos vários autores, entre os quais destacamos Belarmino (1999), Casado (1995), Casado; Duncan e Garcilazo (1990), Elliott (1983), Elliott; Byrd; Byrd (1983), Hulek (1987) e Lachal (1990), que referem que os meios de comunicação social quando não relatam a pessoa com deficiência como alguém maléfico, retratam-na como se fosse um «super-herói». Este é, sem dúvida, um facto consumado mas nunca poderemos esquecer que ambas as caracterizações são prejudiciais pois, para além de transmitirem a imagem errónea da deficiência, estigmatizam e criam estereótipos sobre a mesma, na opinião pública.

Na continuidade da análise cultural e social das representações mediáticas da deficiência, Elliott (1983) confirma que esta é frequentemente associada à maldade uma vez que muitas passagens literárias referem que os «defeitos» visíveis traduzem-se em «defeitos» morais, bem como, segundo as visões

religiosas, os «defeitos» físicos são a punição pelos pecados cometidos. Por outro lado e, segundo este mesmo autor, quando a deficiência está associada à figura do Bom, forma-se a concepção de que o sofrimento e o infortúnio formam pessoas melhores.

De facto, a tendência para caracterizar as pessoas com deficiência utilizando os estereótipos e os estigmas provenientes da nossa cultura do passado, sempre existiu na história da literatura, da televisão e do cinema. As mensagens enviadas, acerca da personalidade e das capacidades dos indivíduos com deficiência, acabam assim por ser erróneas e fictícias. Quem não se lembra das histórias do «Pinóquio», cujas mensagens pretendem transmitir às crianças que a mentira e a desobediência levam a malformações? Num filme ainda mais recente – «À espera de um milagre» – a personagem de John Coffey faz de um indivíduo com deficiência mental um ser abençoado por Deus, com poderes para realizar milagres. Para além destes dois modelos, frequentemente encontramos, no mercado artístico internacional, outros mais como, por exemplo, «O fugitivo», «Frankenstein», «Rain Man», «O protegido», etc.

Como já foi referido, estas imagens ilusórias não se manifestam apenas no cinema e na televisão. A literatura apresenta também esta lacuna, como reflexo da mentalidade da sociedade de então, isto é, a desinformação na área da deficiência encontra-se igualmente perpetuada em muitos livros, como revela um estudo, apresentado por Elliott (1983), sobre a caracterização de personagens com deficiência nos livros de Banda Desenhada. Segundo este autor, os resultados obtidos indicam que 57% das personagens eram consideradas como os vilões da história e os restantes 43% tinham o estatuto de heróis. Mais uma vez, pensamos estar perante um meio que, apesar da sua função pedagógica e cultural, apresenta o indivíduo com deficiência como alguém cuja dualidade de carácter se manifesta em pólos opostos: o vilão e o herói.

Em relação ao uso de caracterizações negativas e dramáticas pelos meios de comunicação social em relação ao indivíduo com deficiência, poderemos

justificá-lo como uma forma de obter os níveis de audiência desejados pois, segundo Byrd (1990) e Elliott (1983), o dramatismo e o sensacionalismo que se gera em torno da problemática da deficiência serve para captar a atenção do público. Uma vez mais, os interesses económicos colocam-se à frente dos interesses morais e sociais, pois as audiências e a percentagem de vendas são aspectos que os meios de comunicação social não podem descurar.

Alguns líderes de comunicação social são da opinião de que grande parte das pessoas procuram, por vezes, nos grandes órgãos de informação, uma forma de entretenimento e não uma fonte de informação acerca de determinado assunto. No entanto, alguns autores, entre os quais destacamos Byrd (1990 e 1997), Elliott (1983), Gutiérrez e Borrego (1993) e Lachal (1990), discordam desta opinião, afirmando que o público utiliza a televisão, a rádio e os jornais também como fonte de informação para apreender algo sobre a sua sociedade, bem como para comportar-se perante determinadas situações.

Contudo, a percepção errónea feita pela sociedade nem sempre é da responsabilidade dos *media*. Por exemplo, existe uma outra imagem, culturalmente aceite, que é habitualmente usada pelos meios de comunicação social e, por vezes, sugerida pelas organizações de apoio à deficiência. Referimo-nos à imagem do indivíduo que necessita de caridade social. Segundo Corbett e Ralph (1995) quando os meios de comunicação social ou instituições responsáveis pela deficiência exibem as incapacidades destes cidadãos, têm como propósito suscitar sentimentos de compaixão, de forma a obter o maior número de donativos.

Tendo em conta a carga negativa que estas situações comportam, somos da opinião que as entidades responsáveis pela deficiência devem evitar ao máximo estas formas de actuação. No entanto, temos de reconhecer que é extremamente complicado obstá-lo, uma vez que a nossa bagagem cultural sobre a problemática da deficiência é paupérrima, no que diz respeito a dados objectivos e a vivências pessoais, estando desta forma carregada de imagens e ideias estereotipadas.

Perante isto, compreende-se que a problemática da deficiência reclame por uma informação adequada, de modo a destruir no público a imagem dramática do indivíduo com deficiência, informando-o, e à sociedade em geral, das aptidões e possibilidades de autonomia e de inserção social desta parte da população.

5.2.1. Mudança de atitudes

Uma vez adquirindo certas representações deparamo-nos com um outro fenómeno inquietante, isto é, a difusão através dos meios de comunicação social de certas imagens, textos e gráficos, de pessoas ou grupos sociais, podem sobrepor-se às nossas percepções das coisas, envolvendo-se com os modelos e atitudes ao ponto de as modificar. Este é talvez, segundo o RPPAPM (1989), o maior poder que os meios de comunicação social têm na construção da realidade.

Como já foi referido anteriormente, os *media* fazem parte da nossa vida diária, ajudando-nos assim a compreender a realidade social. De acordo com vários autores, entre os quais destacamos Borgoño (1989), Elliott e Byrd (1982), Lachal (1990) e Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990), as atitudes relativas a determinados assuntos sociais podem ser influenciados pelos meios de comunicação social.

As atitudes sociais já foram objecto de inúmeras investigações, pelo que, de acordo com Elliott e Byrd (1982), às mesmas é atribuído o estatuto de meio ou processo pelo qual é possível obter o êxito reabilitativo em indivíduos com deficiência. Na sequência desta linha de pensamento e sendo a televisão, a rádio e a imprensa excelentes meios para a formação e modelação de atitudes, parece-nos concludente que os mesmos apresentem um valioso contributo para a verdadeira inserção social das populações consideradas «especiais».

Para compreendermos o real significado das atitudes sociais para a problemática da deficiência, teremos de analisar alguns estudos efectuados

neste campo. Assim, vários investigadores são da opinião que a formação das atitudes e comportamentos começam ainda na infância, através da interacção e da experiência com o meio envolvente, pelo que Elliott e Byrd (1982) concordam com duas formas para a sua aprendizagem: (i) *observational learning* e (ii) *multiple modeling*. A primeira forma de aprendizagem apresentada por este autor diz-nos que a mesma se processa em três estágios: (i) a exposição, (ii) a aquisição e (iii) a aceitação dos comportamentos. Em relação à segunda forma, os mesmos autores referem que ela ocorre quando os padrões comportamentais determinados são apresentados e os observadores assimilam esses mesmos comportamentos.

De acordo com esta hipótese, Elliott e Byrd (1982) são da opinião que o *observational learning* e o *multiple modeling* influenciam as três componentes das atitudes, nomeadamente, o domínio cognitivo, o domínio afectivo e o domínio comportamental. Assim, tendo em conta que a componente cognitiva consiste nas crenças e percepções provenientes das informações que nos são fornecidas e a componente afectiva se baseia nas reacções emocionais provocadas por elas, os comportamentos apresentados só poderiam ser, na realidade, um produto da interacção do cognitivo com o emocional.

Se relacionarmos tudo isto com a problemática da deficiência rapidamente perceberemos o funcionamento da sociedade perante esta parte da população, ou seja, ao longo deste estudo temos vindo a demonstrar que as imagens transmitidas pelos meios de comunicação social para além de estereotipar e estigmatizar os indivíduos com deficiência, provocam sérios prejuízos na sua inserção social. Como refere Elliott (1983) e Hulek (1987), algumas predisposições e comportamentos são influenciados negativamente por informações inadequadas, erróneas e esterótipadas, reflectindo-se desta forma, no tratamento dado às pessoas com deficiências.

Ainda na continuidade deste assunto, Elliott e Byrd (1982), ao sugerirem estas duas formas de aprendizagem pelas quais se formam e modelam as atitudes, explicam igualmente toda a dinâmica deste processo, através da experiência a que submeteu um grupo de crianças. Assim, ao assumirem o verdadeiro poder

da televisão na formação dos jovens através da sua observação, estes investigadores alegam que o «bombardeamento» de modelos negativos e estereotipados face à deficiência contribuem para a construção das suas próprias atitudes relativamente a este grupo social. Por outras palavras, as componentes cognitiva e afectiva processam a informação proveniente dos modelos da televisão, levando à manifestação de comportamentos e atitudes baseadas nas decisões destas duas componentes, ou seja, as imagens irreais influenciam negativamente as atitudes dos indivíduos que, por sua vez, serão projectadas sobre todas as pessoas com deficiência, em prejuízo das mesmas.

A maior parte dos estudos que encontramos durante a pesquisa bibliográfica e que evidenciem a influência das mensagens dos meios de comunicação social sobre a formação e modelação de atitudes face ao indivíduo com deficiência, dizem respeito à televisão. Elliott e Byrd (1984) fazem referência a outros estudos efectuados neste domínio, onde, mais uma vez, se obtiveram os mesmos resultados, no que concerne, não só ao tratamento mediático da deficiência, bem como à influência que o mesmo tem sobre a formação e modelação das atitudes da sociedade face a estes indivíduos.

As atitudes sociais negativas em relação à deficiência têm sido uma característica constante ao longo dos tempos. Castro (1998) é da opinião de que a deficiência recorda-nos a nossa mortalidade e impotência face a certas formas de vida na sociedade, despoletando os mecanismos de defesa do ego. Faz parte da natureza do Homem rejeitar situações que lhe provoquem emoções negativas e, se o indivíduo com deficiência desencadeia sentimentos de ansiedade e embaraço nos seus pares sociais, estes últimos protegem-se dessas cargas negativas reagindo com atitudes e comportamentos prejudiciais, tais como a piedade, a superprotecção, a segregação, a alienação e a rejeição. Por sua vez, estas atitudes, uma vez transparecidas para o indivíduo com deficiência, provocam, no mesmo, sentimentos de embaraço, autocomiseração, dependência, apatia, baixos níveis de autoconfiança e auto-imagem, completando-se um ciclo vicioso que em nada favorece a evolução social.

Mas se as informações que os meios de comunicação social nos fornecem podem influenciar-nos negativamente, o processo inverso também se pode desencadear, ou seja, uma informação adequada que abarque a totalidade da problemática da deficiência, poderá contribuir positivamente, para uma evolução social desta parte da população. Sobre este assunto, Elliott e Byrd (1982) indicam os resultados de alguns estudos que comprovam que a exposição de indivíduos a mensagens positivas no domínio da deficiência, provocam, nos mesmos, atitudes e comportamentos igualmente positivos em relação às pessoas com deficiência.

Mais recentemente, Byrd (1997) corrobora esta hipótese com um exemplo factual, isto é, os efeitos produzidos sobre o número de programas dedicados às populações especiais, após a implementação de medidas legislativas, despertou, igualmente, um interesse da opinião pública para assuntos relacionados com a temática.

Na nossa opinião, a divulgação pública de factos relativos à deficiência, atribui aos meios de comunicação social um poder que ultrapassa a simples função de informação, passando a actuar sobre a formação e modelação de atitudes e comportamentos sociais. face a este grupo de indivíduos. Parece-nos, então, evidente que o sucesso na obtenção de atitudes positivas, face a indivíduos com deficiência, passa por uma interacção baseada no reconhecimento e respeito mútuo, entre estas pessoas e os seus pares sociais.

Em fases anteriores deste estudo, demonstramos que a televisão e a literatura têm por norma caracterizar a deficiência irrealisticamente. No entanto, este episódio não é um exclusivo da audiência adulta, manifestando-se também nos programas e na literatura infantil, como indicam os estudos anteriormente citados. Se recordarmos que é precisamente na infância que se inicia o processo de formação e modelação de atitudes sociais, facilmente compreenderemos que este escalão etário será aquele cujos responsáveis pela (in)formação deverão apresentar os cuidados necessários.

Por outras palavras, e segundo Kolucki (1990), a literatura e os programas infantis apresentam-se como um dos mais importantes veículos da sociedade para alcançar todas as crianças, transmitindo-lhes informações práticas que poderão usar para a modelação e integração de atitudes positivas. Ao aproximarmo-nos das crianças, fornecendo-lhes conhecimentos positivos nas idades cruciais de aprendizagem, estamos potencialmente a prevenir-nos de algumas atitudes negativas e esteriotipadas sobre pessoas com deficiência, na futura personalidade do indivíduo.

Por outro lado, seria um erro da nossa parte pensarmos que estes programas apenas atraem as crianças: para tal é suficiente recordarmo-nos da «febre» do «Dragon Ball». De facto, quando um meio de comunicação social conhece as necessidades, interesses e prioridades do seu público espectador ou leitor, consegue efectivamente produzir algo que capte o interesse de crianças, adolescentes e adultos.

Após a análise das representações mediáticas do indivíduo com deficiência, compreendemos a importância das nossas acções quando nos propomos a abordar esta população. Sensibilidade e tacto devem ser aspectos a considerar na transmissão das mensagens pois não devemos enviar, inadvertidamente, imagens estereotipadas, com o risco de colocarmos em causa a integração social dos indivíduos com deficiência.

Para revalidar a importância dos meios de comunicação social na deficiência Duncan (1989) menciona os seguintes aspectos:

- (I) o único meio disponível para alcançar a sociedade em geral, através de mensagens com informação contínua, é através dos meios de comunicação social;
- (II) na maioria das sociedades, os meios de comunicação social como entidade que são, têm mais objectividade e responsabilidade que qualquer organização privada, organização estatal ou um indivíduo em particular;
- (III) se queremos que a deficiência seja encarada como um fenómeno menos estranho e menos ameaçador, esta mensagem deve ser reforçada com

regularidade através de uma fonte fidedigna e persuasiva, como por exemplo os grandes meios de comunicação social;

(IV) na maioria dos países, os meios de comunicação social são utilizados para sensibilizar a população, funcionando como instrumento de troca de notícias e de informação política e social;

5.3. Estratégias para melhorar a imagem da deficiência nos meios de comunicação social

Os indivíduos com deficiência e as organizações responsáveis pelos seus direitos reclamam constantemente uma mudança de atitudes por parte da sociedade, pois desejam que os estereótipos criados à volta da deficiência desapareçam. Sendo a comunicação social um excelente convite à participação num mundo mais abrangente, testemunhando e informando sobre pessoas, acontecimentos, lugares e ideias, é inegável que as imagens transmitidas pela mesma tenham de ser as mais adequadas possível.

As investigações realizadas no domínio da deficiência e *media* evidenciam a nossa cultura mediática, reflectindo, no fundo, as nossas atitudes e comportamentos em relação a este grupo social. Em nosso entender, não adianta reabilitar o indivíduo física, intelectual e profissionalmente se a sua imagem não for igualmente reabilitada perante a sociedade, permitindo desta forma, alcançar a verdadeira inclusão social. Mas como é possível reabilitar a imagem do indivíduo? Que estratégias deveremos utilizar?

Em momentos anteriores à realização deste estudo demonstramos o poder dos meios de comunicação social na construção da imagem do indivíduo com deficiência. Contudo, estes nem sempre asseguram positivamente a sua mediatização. Vários estudos indicam que as condições favoráveis de forma a alcançar a imagem apropriada destes cidadãos, obrigam a incidir sobre a sociedade e sobre os meios de comunicação social. Assim, de uma forma sucinta iremos apresentar algumas estratégias que, segundo Casado (1995), Casado; Duncan; Garcilazo (1990), Duncan (1989), Elliott (1983), Fernández

(1989), Guisado (1984) e Rio (1989), poderão assegurar um tratamento eficaz da mediatização do cidadão com deficiência:

- (i) transmitir imagens de indivíduos com deficiência em todos os aspectos da sua vida social diária, à semelhança do indivíduo dito «normal»: casa, trabalho, escola, momentos de lazer, etc.
- (ii) reconhecer a curiosidade natural e o mal-estar inicial que se poderá originar em situações sociais onde indivíduos com deficiência e ditos «normais» estejam lado a lado e, sempre que seja oportuno, reforçar positivamente essas situações de modo a minimizar os sentimentos negativos.
- (iii) incluir as pessoas com deficiência, como responsáveis das produções dos meios de comunicação social e não somente como protagonistas das mesmas.
- (iv) evitar representar as pessoas com deficiência como pessoas dependentes e necessitadas, bem como outros estereótipos usualmente criados à volta da deficiência: seres perigosos ou dotados de capacidades especiais (como consequência da sua condição).
- (v) seleccionar cuidadosamente o vocabulário utilizado para descrever ou caracterizar as pessoas com deficiência bem como localizar e evitar frases que possam discriminar ou rebaixar estes indivíduos.
- (vi) tratar os indivíduos com deficiência da mesma forma que usualmente tratamos os demais.
- (vii) apresentar os êxitos e as dificuldades das pessoas com deficiência de modo a que não se dê mais importância do que aquela que tem nem, tão pouco, que se exagere a situação.
- (viii) deve facilitar-se ao público em geral, e através dos meios de comunicação social, toda a informação sobre prevenção e tratamento das deficiências, assim como a disponibilidade de serviços de apoio criados para estas pessoas e seus familiares.
- (ix) melhorar a competência dos técnicos da informação sobre assuntos relacionados com a deficiência.
- (x) intensificar ciclos de conferência, colóquios e similares que visem promover e sensibilizar a importância mediática do cidadão com deficiência.
- (xi) dispor e assegurar uma base de dados fiável que permita, aos profissionais de todas as áreas, transmitir mensagens adequadas e positivas sobre a deficiência.

Ninguém nega o valor efectivo de todos estes postulados, pois fazê-lo é negar o poder dos *media* na sociedade actual. Contudo, tudo o que a rádio, a televisão e os jornais emitem só existe em função da existência do próprio Homem, isto é, das suas sensações, opiniões, conceitos e preconceitos, a respeito das pessoas com deficiência. Nesta perspectiva, resta-nos afirmar que muitos dos erros de interpretação dos órgãos de comunicação social são produto da sociedade, ou seja, o que produz efeito no público de modo a ser explorado pelas empresas de informação são os factos chocantes e dramáticos.

Perante esta relação de reciprocidade entre os *media* e a sociedade somos da opinião que existe algo que terá um papel preponderante para ajudar os meios de comunicação social a apresentar as pessoas com deficiências de uma forma mais positiva. Falamos, obviamente, da acção das entidades, associações ou organizações responsáveis por salvaguardar os direitos dos cidadãos com deficiências.

5.4. O papel das organizações e instituições responsáveis pela deficiência

Vários autores, entre os quais destacamos Casado; Duncan; Garcilazo (1990), referem que as organizações de indivíduos com deficiência raramente se relacionam com os meios de comunicação social a não ser para a promoção de serviços, arranjar fundos ou melhorar a imagem da sua organização. Este panorama gerado pelas instituições entra certamente em conflito com o objectivo universal pretendido com os meios de comunicação social – minimizar a «diferença» e desmitificar a deficiência.

O método tradicional que as organizações ou entidades utilizam para despertar o interesse pelas pessoas com deficiência através dos meios de comunicação social, é autovalorizar-se pelo gesto de «bondade» resultante da sua atenção para com uma população com necessidades especiais. Para tal basta recordarmos os anúncios televisivos onde aparecem algumas entidades com

sucesso económico e com prestígio social, apelando ao público para, também ele, contribuir monetariamente para determinada associação de apoio à deficiência.

A experiência dos profissionais de publicidade e de educação pública diz-nos que, para motivar as pessoas a contribuir para o apoio de outros seres humanos, estas devem ser convencidas de que eles são realmente necessitados ou, por outras palavras, que se encontram num estatuto socio-económico inferior sem que no entanto sejam responsáveis directos dessa situação (Casado; Duncan; Garcilazo, 1990; Corbett e Ralph, 1995 e Duncan, 1989). Deste modo, as mensagens dos meios de comunicação social produzidos pelas diferentes organizações de segurança social, reforçam esta visão de que os indivíduos com deficiências são cidadãos de segunda classe que necessitam da nossa ajuda (bondade) para sobreviver.

Este é realmente um problema difícil de se resolver, pois está relacionado com a nossa herança cultural face à problemática da deficiência, onde se pretende alcançar o apoio e a generosidade através de atitudes e comportamentos negativos. Para ultrapassar esta actuação negativa por parte das organizações e entidades de apoio à deficiência, vários autores, entre os quais destacamos Casado; Duncan; Garcilazo (1990), Cruz (1989) e Duncan (1989), indicam uma nova linha de acção baseada na mútua colaboração dos meios de comunicação social com as instituições e organizações responsáveis pela deficiência, projectando na sociedade uma imagem real da pessoa com deficiência que permita reconhecer a diferença e o direito à mesma.

Assim, de acordo com estes autores, as ajudas das organizações responsáveis pela promoção da imagem do indivíduo com deficiência na sociedade são imprescindíveis, indicando as seguintes como exemplo:

(i) as organizações que se relacionam com a deficiência e com a reabilitação devem desempenhar um papel de ajuda técnica na formação de indivíduos com deficiência em profissões que se relacionam com a informação, jornalismo, televisão e rádio, publicidade e educação pública;

(ii) as organizações que se relacionam com a deficiência e com a reabilitação devem patrocinar conferências e festivais cinematográficos, controlar e premiar as promoções e publicações dos meios de comunicação social sobre temas relacionados com a deficiência;

(iii) as organizações e entidades responsáveis pela deficiência devem fazer uma análise comparativa dos resultados obtidos entre as campanhas tradicionais dos meios de comunicação social para despertar sentimentos de compaixão e as campanhas utilizadas muito recentemente para fomentar o respeito pela diferença.

Perante tudo o que foi referido, parece-nos admissível que as relações criadas entre os *media* e a deficiência deveriam advir de uma estreita colaboração e coordenação entre os responsáveis da deficiência e os responsáveis da informação, pois só assim é que os meios de comunicação social poderão contribuir para a difusão positiva da imagem da pessoa com deficiência como pessoa e não como deficiente.

6. Meios de comunicação social e Desporto para Deficientes

Actualmente raras são as pessoas que contestam os direitos e os benefícios do desporto para todo e qualquer cidadão. Porém, surge uma questão quando relacionamos o Desporto para Deficientes e os meios de comunicação social: porque razão as competições desportivas para indivíduos com deficiência acontecem, sem a devida divulgação e cobertura mediática?

Num ano em que se realizou aquele que é o expoente máximo do fenómeno desportivo para indivíduos com deficiência (Jogos Paralímpicos de *Sydney*), apenas fica na nossa memória a ausência das imagens que nos prendessem ao longo da madrugada, à frente dos televisores, transformando-nos em testemunhas dos feitos, igualmente, admiráveis dos atletas com deficiência. Inúmeras são as razões que poderíamos apresentar para justificar a rara mediatização do desporto para deficientes. No entanto, apenas destacaremos

aquelas que, em nosso entender, são as mais importantes e que, de certo modo, reflectem o contexto da sociedade actual.

Para além dos interesses financeiros (já anteriormente referidos) que movimentam as instituições responsáveis pela divulgação de informações, os conhecimentos sociológicos indicam outras causas que se relacionam com a nossa bagagem cultural acerca do desporto e da deficiência. Se os *media* reflectem as estruturas e as formas de pensar e agir da sociedade e, dando eles pouca importância ao Desporto para Deficientes, compete-nos compreender quais os motivos que estarão por detrás da quase total indiferença do público em relação a este fenómeno desportivo.

Numa sociedade em que os atletas bem sucedidos assumem o papel de heróis do nosso tempo, compreende-se que estes sejam os principais intervenientes no tão conhecido processo de identificação que envolve a prática desportiva. Sobre este assunto, Castro e Garcia (1998, p.207) referem que “o herói do Desporto para Deficientes não é uma «figura desportivamente simpática» para muitos dos que se julgam «normais»”. De facto, a nossa bagagem cultural confere ao desporto o espírito do culto do corpo «perfeito», corpo este que nos dias de hoje, para além de ter de demonstrar eficácia, tem igualmente de ser sedutor. De acordo com Betti (1993), Castro e Garcia (1998), Giddens (1994) e Okuma (1992) os *media* são os responsáveis pelas modificações que surgiram no novo conceito de beleza, sendo o corpo do atleta utilizado como modelo desse mesmo novo conceito.

O processo de identificação do tipo heróico, para além de ter em conta a *performance*, recorre também a uma dimensão corporal, pelo que, identificar-se com alguém que possui algumas «imperfeições» não é nada atractivo, podendo até causar sentimentos de rejeição, mesmo que ele seja um grande campeão e capaz de proezas atléticas inatingíveis à nossa pessoa (Castro e Garcia, 1998). O belo torna-se assim num juízo modelado e divulgado pelos meios de comunicação social, encontrando-se o corpo do atleta «normal» dentro do que é socialmente aceite, ao contrário do que acontece com o corpo do atleta com deficiências.

Sendo o desporto moderno, de alto rendimento, a expressão máxima da lógica que impera na sociedade industrial, compreende-se que os resultados e as marcas dos atletas com deficiência, mesmo quando considerados *record*, acabem por influenciar a decisão do público em termos de assistência às competições destes indivíduos. Sobre este propósito Castro e Garcia (1998) questionam-se sobre qual das situações motivará um indivíduo para assistir a uma manifestação desportiva: ver um atleta «normal» a realizar um *record* em determinada prova ou ver um atleta com deficiência a fazer a mesma prova com um resultado inferior? Será que as pessoas gostam de se identificar com esse atleta «diferente», mesmo que a sua proeza esteja fora do alcance de qualquer um de nós?

Não nos resta qualquer dúvida que a emoção do espectáculo desportivo constitui mais uma das razões que conduz o público às suas manifestações. No entanto, segundo Castro e Garcia (1998), na emoção do desporto a visibilidade imediata é que interessa, deixando para segundo plano a sua interpretação, pelo que a suspeita da superioridade performativa do atleta com deficiência é feita posteriormente à realização da tarefa desportiva. Estes e outros autores, como Varela (1991), advertem então para o seguinte: o desporto, enquanto for interpretado unicamente pela sua dimensão competitiva-performativa, não resultará completamente nos atletas com deficiência pois o nível de expectativas criadas pela sociedade é muito baixo, não atraindo o suficiente para lá nos deslocarmos.

O «interesse» torna-se assim num dos critérios utilizados pelos *media* para seleccionar a informação a difundir. Segundo Gaillard (1971) este é um aspecto muito complexo que não está ligado apenas ao acontecimento em si próprio uma vez que a atitude do público em relação ao mesmo condiciona igualmente a sua escolha.

O Conselho da Europa (1988) refere que a maior parte das disciplinas desportivas para atletas com deficiência são por si mesmas suficientemente apreciáveis para atrair um público amante do desporto (e.g. basquetebol em

cadeira de rodas, atletismo, etc.). A emoção do espectáculo está igualmente presente neste fenómeno desportivo, ou seja, o nível de prestação do atleta, a incerteza do resultado e a magia e beleza do acontecimento são, certamente, motivos suficientemente fortes para chamar a atenção do público e, conseqüentemente, dos *media*.

Mas face ao que já foi exposto anteriormente, temos de concordar com Castro e Garcia (1998) quando se questionam: a quem é que interessa realmente o Desporto para Deficientes? Apenas aos seus praticantes e seus familiares? Ou a todos nós, isto é, à sociedade em geral? Se é à sociedade onde é que se encontra esse reflexo nos *media*?

Para além desta fundamentação social e cultural do Desporto para Deficientes, acreditamos que estes indivíduos retiram benefícios da mediatização da sua prática desportiva de alto rendimento. Assim, de acordo com Alves (2000), Conselho da Europa (1988) e Varela (1991), a divulgação mediática das competições desportivas de atletas com deficiência é de primordial importância porque:

- (i) acentua as capacidades dos atletas em detrimento das suas limitações;
- (ii) melhora a imagem da pessoa com deficiência, incutindo assim no público uma disposição favorável para com estas pessoas;
- (iii) incita as pessoas com deficiência a praticarem um desporto e, por este facto, acelera a sua integração;
- (iv) concede às *performances* dos atletas com deficiências, fruto de um treino desportivo assíduo, elogios merecidos com reconhecimento social.

Neste panorama, parece-nos óbvio, que os principais beneficiários da mediatização do fenómeno desportivo para pessoas com deficiência são estes indivíduos e, muito provavelmente, os seus familiares, pois são eles que vivem diariamente com os atletas, partilhando intensamente os mesmos problemas e sentimentos. Mas se o Desporto para Deficientes apenas interessa à população com deficiência e sendo esta uma minoria, porque razão deverão os *media* divulgar as actividades desportivas destes cidadãos?

Apesar da população com deficiência constituir um grupo minoritário a nível mundial, o Conselho da Europa (1988), Potter (1987) e o SNR (1995) advertem para o aumento anual e progressivo da percentagem de indivíduos com deficiência em todo o mundo. Segundo estes autores, as causas e as consequências desta situação diferem de acordo com as regiões, devido à diversidade das situações socio-económicas e das medidas tomadas na promoção do bem-estar de todos os cidadãos. Por exemplo, o aumento do número de acidentes ou dos problemas sociais quando relacionados com a aplicação dos progressos obtidos na medicina, permitem a sobrevivência daqueles que há uns tempos atrás morreriam.

Os progressos científicos e tecnológicos e a melhoria das condições económicas e sociais levaram, igualmente, ao aumento do tempo de vida do Homem. Como consequência deste facto, estas sociedades desenvolvidas debatem-se, actualmente, com o problema do envelhecimento populacional, pelo que tentam ao máximo garantir uma boa qualidade de vida a estes indivíduos que, à semelhança do que acontece com as pessoas com deficiência enfrentam, por exemplo, os mesmos problemas das barreiras arquitectónicas e das despesas com a saúde.

Os meios de comunicação social, ao divulgarem e informarem a sociedade sobre os problemas das populações especiais, modificam e transformam-na ao ponto de os fazer aceitar estes indivíduos como pessoas que têm necessidades próprias. Assim, ao melhorarem as condições do meio, atribuem a estes cidadãos o papel de potenciais consumidores e utilizadores de todas as infra-estruturas. Nesta linha de pensamento, concordamos com o Conselho da Europa (1988), Fernández (1989) e com o INSERSO (1992) quando referem que a melhoria das condições de vida das pessoas com deficiências, implica uma igual melhoria para todos os cidadãos, representando assim o progresso social.

Não temos dúvidas que, as medidas tomadas em favor de um tipo e categoria de deficiência serão úteis para as restantes deficiências e, muitas vezes, para o público em geral. Por exemplo, as eliminações das barreiras arquitectónicas

para a deficiência motora constituirá uma condição favorável para a acessibilidade das pessoas idosas ou de indivíduos com incapacidade temporária. Convém salientar ainda que um ou todos os exemplos são condições às quais todos nós estaremos um dia confinados, pelo que, resolver os problemas com que a deficiência se debate no presente, poderá ser o sinónimo de eliminar as nossas próprias dificuldades no futuro.

Assim, sendo o desporto, em todas as suas formas, mais um elemento representativo das estruturas da nossa sociedade, consideramos importante a opinião de Varela (1991) quando alega ser fundamental chamar à atenção dos grandes órgãos de informação para o conhecimento da realidade inerente ao Desporto para Deficientes.

Segundo o Conselho da Europa (1988), os governos dos estados membros deveriam estimular as organizações desportivas competentes a colaborarem estreitamente com os respectivos governos, no sentido de desenvolver políticas que visem uma ampla informação, junto do grande público, sobre o desporto para indivíduos com deficiência.

Um outro nosso estudo (Calvo, 1997), evidencia que os *media*, e mais concretamente a imprensa, encontram-se pouco predispostos a cobrir o acontecimento desportivo para as pessoas com deficiência. A corroborar esta hipótese encontramos outras referências, como as investigações efectuadas por Lachal (1990) e Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990). Mas o Conselho da Europa (1988) complementa esta linha de ideias referindo que, quando os órgãos de informação aceitam mediatizar este fenómeno desportivo, demonstram muitas vezes um espírito que não é tão avançado como se poderia esperar.

Em nosso entender, pensamos que este problema da exígua cobertura mediática do Desporto para Deficientes passa pela responsabilidade das organizações desportivas destes indivíduos em cooperarem com os órgãos de comunicação social, a fim de os informar e, acima de tudo, «educar». Este é um aspecto a ter em conta pois o desenvolvimento do desporto para pessoas

com deficiência depende, em parte, da adopção de medidas apropriadas a uma informação adequada (Conselho da Europa, 1988).

Porém, as organizações desportivas para atletas com deficiência ainda não se encontram claras (e.g. os atletas com deficiência auditiva querem uma Federação desportiva distinta da actual FPDD). Segundo Varela (1991), algumas opiniões defendem o desporto como uma realidade única, diferenciando apenas na população a que se dirige; outras apontam o Desporto para Deficientes como um mundo complexo e difícil, completamente distinta do desporto em geral. Estas complexidades e indefinições trazem, efectivamente, alguns prejuízos para este fenómeno desportivo pois provocam iguais incertezas sobre as competências da mediatização dos respectivos eventos.

Nesta perspectiva, somos da opinião que, se todos colaborarem, nomeadamente os atletas, os treinadores, os dirigentes, as *media*, será muito mais fácil alcançar as tão perspectivadas e desejadas mudanças sociais em relação à deficiência. O Desporto para Deficientes, e a sua consequente mediatização, estará a contribuir assim, para reabilitar o cidadão com deficiência, educar e informar a sociedade, de modo a eliminar as barreiras arquitectónicas e humanas que dificultam a integração social das populações especiais.

III - Metodologia

1. A metodologia

Para alcançar os objectivos propostos para esta investigação, será necessário percorrer algumas etapas através da operacionalização de determinadas acções. A primeira delas consistirá na selecção do meio de comunicação social que iremos tratar, o que nos obrigará a uma reflexão sobre as vantagens e desvantagens de cada um deles.

Sendo a rádio, a televisão e a imprensa (jornal) os órgãos de informação com maior impacto na nossa sociedade, será necessário efectuar uma «avaliação» da operacionalidade dos mesmos para, de entre eles, determinarmos aquele que se encontrará mais adequado e que facilitará a consecução dos objectivos pretendidos com o nosso estudo.

A radiodifusão é o meio mais rápido de informação, pois os seus programas podem ser interrompidos em qualquer momento para pôr a antena à disposição do jornalista e transmitir as notícias à medida que elas são conhecidas (Andrade, 1995). No entanto, segundo Gaillard (1971), a informação oral torna-se insuficiente, já que se encontra privada de ilustrações e de documentos; elementos estes, em nosso entender, bastante importantes para atrair um público interessado.

A televisão em certos casos pode ser tão rápida quanto a rádio, mas, cada vez mais, ela tenderá a apresentar acontecimentos que estavam previstos e cuja importância justifique a deslocação de pessoal e material necessários. No entanto, ninguém contesta que esta «caixa mágica», que tem vindo a marcar gerações, constitui um meio por excelência para atrair o público, suscitando a sua curiosidade e o seu interesse (Gaillard, 1971 e Andrade, 1995). Porém, no caso particular do nosso estudo, este meio não nos parece ser o mais adequado, já que, em 1988 (um dos anos em estudo), a televisão independente portuguesa ainda não existia. Como tal, os dados obtidos

poderiam revelar-se insuficientes, podendo-se traduzir em resultados irrelevantes e nada significativos para o objectivo deste trabalho.

Surge finalmente a imprensa (jornal). Diária ou semanal, comunica a sua mensagem aos leitores no lugar, no momento e no ritmo escolhido por eles (Gaillard, 1971). Para este autor, a função deste meio de comunicação social é dupla, isto é, (i) dá todas as notícias dignas de interesse, porque nem sempre o leitor viu a televisão ou ouviu a rádio «nas horas certas», contando assim com o seu jornal para tomar conhecimento dos acontecimentos mundiais; (ii) explica e completa as informações importantes, já difundidas pela rádio, «explorando» o acontecimento para o qual a televisão já suscitou as atenções do público.

A multiplicidade de documentos de toda a espécie (e.g. textos legislativos ou regulamentares, discursos integrais, quadros, tabelas, mapas, diagramas, fotografias, artigos de recapitulação, entre outros) apresentados na imprensa, possuem a vantagem de poderem ser recortados e preservados, constituindo-se, assim, a base de muitos arquivos. Na consequência desta análise, e tendo em conta o âmbito do nosso estudo, parece-nos óbvio que a nossa escolha recairá, sobre este último órgão de informação - a imprensa (jornal) – pois é ele que nos permitirá aceder com maior facilidade aos seus arquivos e consequentemente aos seus dados e informações.

Após a determinação do tipo de documento a ser alvo da nossa investigação procederemos à selecção da técnica a utilizar, pelo que concordamos que será a análise de conteúdo. A corroborar esta nossa decisão encontramos as opiniões de Bardin (1995), Grawitz (1984) e Vala (1986) ao referirem que a análise de conteúdo é considerada uma técnica predominantemente útil no estudo das comunicações de massas.

Para quem investiga neste campo torna-se, no entanto, importante que não se satisfaça apenas com uma simples impressão dos factos. De acordo com Grawitz (1984), a novidade deste procedimento analítico é substituir as «impressões», dependentes das qualidades pessoais do investigador, por

procedimentos mais uniformizados que, por vezes quantifiquem, de modo a converter os documentos em dados que possam ser tratados cientificamente.

A análise de conteúdo é “uma técnica de investigação que permite a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, cit. p/ Vala, 1986, p.103). Com estas qualidades que envolvem a interpretação do conteúdo da mensagem, pretende-se efectuar uma análise (Grawitz, 1984, p.145-146):

- (i) objectiva: na análise deveremos proceder segundo as regras, obedecendo-se a instruções suficientemente claras e precisas para que analistas diferentes, trabalhando sobre o mesmo conteúdo, obtenham os mesmos resultados. Isto supõe que ambos estejam de acordo sobre os aspectos a analisar, as categorias a utilizar e na definição operacional de cada categoria.
- (ii) sistemática: todo o conteúdo deverá ser ordenado e integrado nas categorias elegidas, em função da finalidade a atingir. Nenhum elemento da informação, que tenha relação com os objectivos, deverá ser deixado de parte.
- (iii) quantitativa: muitas das vezes trata-se de enumerar alguns elementos significativos, de calcular a sua frequência, etc. Mas esta condição não é indispensável e determinadas análises do tipo qualitativo investigam os temas mas não os enumeram.

Bardin (1995), Grawitz (1984) e Vala (1986) advertem para a validade e fidedignidade desta definição referenciada unicamente à quantificação, pelo que, reconhecem os sucessos igualmente obtidos nas investigações de orientação qualitativa. De acordo com estes autores, o reconhecimento dos limites da análise quantitativa permitiu a sua utilização de uma forma mais consciencializada, aceitando-se ainda, como complemento desta, uma análise qualitativa mais sistematizada e conseqüentemente mais científica. Esta aliança irá permitir-nos recolher alguns elementos que seriam impossíveis de se determinar se utilizássemos apenas uma das formas de análise.

Porém, Bardin (1995) alega que a definição de Berelson não é suficiente para definir a especificidade da análise de conteúdo. De acordo com o autor, é

necessário completá-la colocando em evidência a finalidade (implícita ou explícita) desta técnica: a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção. Assim, ainda segundo o mesmo autor, sendo a inferência o procedimento que permite a passagem da descrição da mensagem à sua interpretação, verificamos que certos dados fornecidos pela fase descritiva da análise de conteúdo poderão ter uma natureza muito diversa. Bardin (1995) adverte, então, que as condições de produção permitem possibilidades de inferências de acordo com variáveis psicológicas do indivíduo emissor, variáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas à situação da comunicação ou do contexto da produção da mensagem.

Fica, assim, explícito que o objectivo de qualquer análise de conteúdo é estabelecer uma relação entre as estruturas da mensagem e as estruturas psicológicas, sociais e culturais dos enunciados. Nesta perspectiva, Bardin (1995, p.42) apresenta uma definição de análise de conteúdo como sendo “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

De acordo com este autor, a análise de conteúdo para além de desempenhar uma «função heurística», onde se estabelece uma descoberta e exploração do material, desempenha igualmente uma «função de administração de prova», onde se confirmam ou não as hipóteses ou afirmações provisórias.

As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três pólos cronológicos: (i) a pré-análise; (ii) a exploração do material e (iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 1995).

Na primeira fase designada, por este autor, de pré-análise, encontramos três etapas que não se sucedem obrigatoriamente por esta ordem cronológica: a escolha dos documentos a serem submetidos, a formulação das hipóteses e

dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Como qualquer outra prática de investigação, a análise de conteúdo pressupõe a delimitação de objectivos e a definição de um quadro de referência teórico orientador de pesquisa (Grawitz, 1984 e Vala, 1986). Assim, os principais objectivos do nosso estudo serão:

- (i) identificar e analisar a evolução da cobertura dos *media* (imprensa) sobre o Desporto para Deficientes (alto rendimento);
- (ii) saber como é tratado pelos *media* (imprensa), em termos de informação, o Desporto para Deficientes (alto rendimento);
- (iii) evidenciar a importância dos *media* (imprensa) para o desenvolvimento do Desporto para Deficientes, com consequências idênticas sobre o processo de integração total destes indivíduos.

Após delinear os objectivos, será necessário elegermos o universo de documentos susceptíveis de fornecerem informações sobre o problema colocado. Procederemos, então, à delimitação e selecção dos periódicos, pois efectuar um estudo em toda a imprensa portuguesa constituiria uma tarefa demasiada extensa e exaustiva, o que implicaria o recurso a uma equipa de pesquisa formada para o efeito.

Sabendo que a imprensa pode ser diária, periódica, regional e nacional, surgirão quatro jornais distintos, cujas características e critérios de nomeação estarão relacionados com o facto de serem periódicos com uma grande tiragem, por usufruírem de uma certa popularidade entre os indivíduos e por se encontrarem, desta forma, entre as preferências literárias da população nacional. Iremos utilizar assim, dois jornais desportivos - «A Bola» e o «Record» - e dois jornais de informação geral - «Jornal de Noticias» e «Diário de Noticias».

Posteriormente a esta etapa, e tendo como referência os nossos objectivos, restringiremos o universo de documentos a uma pesquisa em três períodos distintos:

- 1º período: de 1 de Janeiro de 1988 a 31 de Dezembro de 1988;
2º período: de 1 de Janeiro de 1992 a 31 de Dezembro de 1992 e
3º período: de 1 de Janeiro de 1996 a 31 de Dezembro de 1996;

Estas épocas correspondem a anos paralímpicos, pelo que, a constituição do *corpus* de análise terá como referência todos os artigos que descrevam e informem os leitores sobre o expoente máximo do fenómeno desportivo de alto rendimento para indivíduos com deficiência.

A nossa preferência incidirá apenas sobre estes tipos de documentos, uma vez que, sendo um dos nossos objectivos perceber como é tratado o desporto de alto rendimento para indivíduos com deficiência, os Jogos Paralímpicos ao constituírem um fenómeno socialmente importante, poderá fornecer-nos as respostas que procuramos. A delimitação cronológica a realizar na pesquisa dos documentos, reside no facto de concordarmos com Caldas (1989) quando alega que a imprensa dá mais importância a determinado fenómeno com a proximidade dele.

Mas ainda sobre este *corpus*, convém referir que a sua constituição terá em conta as regras indicadas por Bardin (1995), que são a exaustividade, a representatividade, a homogeneidade e a pertinência; de modo a facilitar a preparação e exploração do material. Esta exploração consistirá, essencialmente, de operações de codificação, sendo consideradas estas últimas, como um “processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo” (Holsti, cit. p/ Bardin, 1995, p.103-104).

A organização da codificação irá requerer a escolha de unidades de análise, de regras de enumeração e das categorias. De acordo com Bardin (1995), a escolha das unidades de registo e de contexto deve responder à pertinência em relação às características do material e face aos objectivos de análise. Assim, o autor apresenta as seguintes definições:

(i) Unidade de registo: “é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Bardin, 1995, p.104). Dentro da unidade de registo distinguem-se habitualmente dois tipos de unidades (Vala, 1986 e Bardin, 1995): formais e semânticas. Na primeira podemos incluir a «palavra» ou a «frase» e no segundo caso a unidade poderá ser o «tema».

(ii) Unidade de contexto: “serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo” (Bardin, 1995, p.107).

Mas, uma vez mais, são os objectivos e a problemática teórica que orientam a pesquisa que, irão determinar a natureza das unidades de registo, pelo que no nosso estudo, iremos utilizar a «palavra» como elemento fundamental de significação da unidade de registo e a «frase» para contextualizar o sentido da palavra.

Seleccionadas as unidades de análise, teremos de definir as regras de enumeração, ou seja, o modo de contagem das unidades registadas. No entanto, esta fase deverá ser efectuada em função dos objectivos da análise, de modo que, no nosso caso definiremos como regras de enumeração:

(i) a presença: a presença de determinada unidade de registo poderá ser significativa, funcionando como indicador (Bardin, 1995).

(ii) a frequência: “a importância de uma unidade de registo aumenta com a frequência de aparição” (Bardin, 1995, p.109). Nesta enumeração, a regularidade quantitativa de aparição é que traduzirá um dado significativo.

A próxima etapa da análise de conteúdo diz respeito à categorização, ou seja, “à operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente estabelecidos” (Bardin, 1995, p.117). As categorias poderão ser descritas como rubricas ou assuntos significativos que permitirão classificar as unidades de registo sob um título genérico.

Segundo Bardin (1995) a categorização é um processo que comporta duas etapas: (i) o inventário, através do qual se isolam os elementos e (ii) a classificação, em que se procura repartir os elementos impondo uma organização das mensagens. Para este autor, a construção da categorização pode ser feita por dois processos inversos:

(i) Categorias definidas *a priori*: em que é fornecido um sistema de categorias e repartem-se os elementos à medida que estes vão sendo encontrados no *corpus*.

(ii) Categorias definidas *a posteriori*: em que o sistema de categorias não é fornecido, pelo que, a classificação é feita progressivamente, definindo-se apenas no final o título conceptual de cada categoria.

Neste contexto, a presente investigação definirá as categorias *a priori*, pois os objectivos e os pressupostos teóricos assim nos orientam à sua elaboração. Durante este processo procuraremos cumprir um conjunto de princípios indicados por Grawitz (1984) e Bardin (1995), de forma a identificar, ordenar e atribuir um sentido à mensagem, sendo eles:

- (i) a exclusão mútua: cada elemento só deverá existir numa categoria;
- (ii) a homogeneidade: o principio anterior depende deste, pelo que, refere que cada categoria só poderá funcionar com um registo e uma unidade de análise;
- (iii) a pertinência: cada categoria terá de estar adaptada ao material de análise escolhido e pertencer ao quadro teórico definido;
- (iv) a objectividade: as variáveis deverão ser claramente definidas e os índices que determinarão a entrada de um elemento numa categoria deverão ser igualmente precisos; e
- (v) a produtividade: um conjunto de categorias só será produtivo quando permite resultados férteis.

Não esquecendo, porém, que sendo um dos objectivos deste estudo, verificar se se regista alguma evolução na mediatização do Desporto para Deficientes, um outro método terá de nos acompanhar. Falamos obviamente do método de estudo comparado, onde encontraremos quatro operações importantes (Seabra, 1995):

- (i) a descrição: refere-se à colheita de dados e à indicação dos mesmos, resultando na sua catalogação (e.g. tabelas ou quadros);
- (ii) a interpretação: consistirá na aplicação de métodos de outras ciências para análise dos dados recolhidos, aproximando-se dos conhecimentos históricos, sociológicos, filosóficos, económicos, políticos, etc. O material a apresentar, de forma descritiva, será entendido no seu amplo significado em termos de sociedade. Estará em causa, não só avaliar os acontecimentos, mas também as suas causas e relações.
- (iii) a justaposição: os dados dos diferentes anos serão confrontados para se estabelecer o quadro comparativo.
- (iv) a comparação: efectuaremos uma análise simultânea dos factos estudados nos diferentes anos, com o objectivo de se confirmar a hipótese formulada.

2. As categorias

A escolha da categoria NACIONALISMO recairá sobre o seu significado que, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), está relacionado com o patriotismo, isto é, com a preferência pelo que é próprio da nação a que se pertence. Tendo em conta esta interpretação, aglutinaremos nesta categoria todos os aspectos relativos à nação, pois de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), esta é o conjunto dos indivíduos que constituem ou constituíram uma sociedade política autónoma (Estado) ou que, pelo menos, estão ligados por uma comunhão de cultura e de tradições (em que a identidade da língua, de religião ou de raça são importantes, mas não imprescindíveis) que condicionam ou fazem desejar essa autonomia; é a raça; o povo; a pátria e a naturalidade.

Sendo a cultura o conjunto de costumes, de instituições e de obras que constituem a herança social de uma comunidade ou grupo de comunidades (Dicionário da Língua Portuguesa, 1999), agruparemos todos esses aspectos numa categoria intitulada de CULTURAL. Olin (1999) refere que a cultura diz

respeito aos valores, atitudes, hábitos, comportamentos, tal como o modo de vida de uma população dentro de uma área geográfica específica

Paralelamente a todos estes costumes, aglutinaremos numa mesma categoria, todos os símbolos que dizem respeito ao fenómeno paralímpico e olímpico, intitulando-a de SIMBOLOGIA. De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (1999) a simbologia é o estudo dos símbolos, constituindo-se estes um sinal particular com que se reconhecem; um sinal representativo; emblema; imagem ou objecto que representa uma realidade visível.

Sendo a IDENTIFICAÇÃO o acto ou efeito de identificar ou identificar-se; o reconhecimento de uma coisa ou de um indivíduo (Dicionário da Língua Portuguesa, 1999), dividiremos esta categoria em duas subcategorias intituladas de identidade (e.g. identidade do atleta e identidade de outros elementos) que, traduzem o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa (e.g. nome, idade, sexo, estado civil, filiação, etc.).

Uma vez que o nosso estudo é realizado no âmbito do DESPORTO PARA DEFICIENTES, parece-nos conveniente que surja uma categoria com o mesmo nome. Se recordarmos o quadro conceptual desta vertente desportiva, verificamos que a mesma é uma gama completa de actividades físicas adaptadas às capacidades de cada indivíduo (Potter, 1987). Contudo, para Silva (1991), o facto destes Indivíduos (devido à sua deficiência) apresentarem incapacidades de participação em actividades desportivas sem algumas modificações, não retiram deste desporto o carácter competitivo, organizado, institucionalizado e regulamentado.

Neste quadro conceptual, agruparemos nesta categoria as Instituições Desportivas, a Classificação Médico-desportiva, a Qualificação Desportiva, as Deficiências e as Modalidades, pois sendo o mundo desportivo para atletas com deficiência demasiado complexo, diferindo em alguns aspectos do «outro» sistema desportivo, torna-se necessário esta divisão e consequente interpretação dos termos usados.

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), uma Instituição é uma organização; uma fundação ou um estabelecimento de utilidade pública. Quando transportamos este conceito para o fenómeno desportivo para pessoas com deficiência observamos que as suas actividades se encontram sobre a responsabilidade de associações de deficiência ou (em menor número) em «clubes comuns» (Varela, 1991).

A Classificação Desportiva dos atletas com deficiência é, sem dúvida, um aspecto extremamente importante, pois permite que as provas se realizem em circunstâncias de igualdade. Para o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), a classificação é o acto, efeito ou processo de classificar; é a distribuição por classes. Mas a FPDD (1998) revela que a Classificação Médico-desportiva é um processo de avaliação funcional e de categorização desportiva dos vários tipos e graus de deficiência, segundo perfis funcionais homogéneos designados por classes que, se destina a atletas com deficiência.

Sendo a Qualificação o acto ou efeito de qualificar ou qualificar-se (Dicionário da Língua Portuguesa, 1999) e constituindo-se os Jogos Paralímpicos o nível de competição mais elevado do mundo para atletas com deficiência, é necessário critérios justos e equitativos que deverão conduzir os países no processo de selecção e qualificação dos atletas. Desta forma, a Qualificação Desportiva no Desporto para Deficientes é baseado em quotas por desporto, em substituição por país, com o objectivo de garantir que os Jogos Paralímpicos reflectam e promovam a qualidade, a quantidade e a universalidade (Carvalho, 1999).

Se nos parece lógico existir uma categoria com o nome de Desporto para Deficientes, poderemos considerar igualmente óbvio a existência de uma subcategoria que faça referência aos vários tipos de deficiências. Segundo a OMS (1989), a Deficiência é uma alteração na estrutura ou no funcionamento do corpo humano que, pode ser ou não evidente (e.g. amputação do membro inferior). Tendo em consideração a definição dada por esta entidade, iremos agrupar nesta categoria todas as deficiências retratadas no conteúdo da informação.

A definição de Modalidade, no contexto desportivo, dada pelo Dicionário da Língua Portuguesa (1999), significa cada uma das actividades desportivas distribuídas por atletismo, ginástica e jogos. Contudo, quando reflectimos sobre este conceito no âmbito do Desporto para Deficientes, verificamos que apesar de englobar um conjunto de práticas semelhantes à do desporto em geral, existem, no entanto, outras actividades, mas desta feita, específicas para determinada deficiência. Para Winnick (1990) as modalidades desportivas para pessoas com deficiência são todo o conjunto de experiências desportivas modificadas ou especialmente concebidas para estes mesmos indivíduos.

A categoria do ENQUADRAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL englobará os aspectos Geográficos (e.g. países, cidades, naturalidade) do fenómeno desportivo, a sua Dimensão (e.g. mundial, europeu), bem como alguns dados Cronológicos (datas históricas e sucessão de acontecimentos). Esta nossa catalogação surgirá em consequência da definição de enquadramento dada pelo Dicionário da Língua Portuguesa (1999), ou seja, este é o acto ou efeito de enquadrar; relativo a um lugar; parte da duração ocupada por acontecimentos ou momento próprio.

A RECREAÇÃO é divertimento, é passatempo, é alegria. Para Afonso (1997, p.110), a recreação é “a prática livre que tem como base a alegria, o convívio e a festa; a procura de bem-estar e saúde; a obtenção de boa forma física e psicológica; a não-obrigatoriedade; a participação (amadorismo); a liberdade de acções e a livre exteriorização”. Perante a opinião desta autora, iremos agrupar nesta categoria todos os aspectos referentes às subcategorias:

(i) do Espectáculo que, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), engloba “tudo o que atrai o nosso olhar e a nossa atenção; contemplação; representação teatral; cena (...)”.

(ii) do Lazer que, é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo se pode entregar de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver a sua informação ou formação desinteressada, a sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade

criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Afonso, 1997).

(iii) do Amadorismo que, no contexto desportivo pressupõe uma participação numa determinada actividade sem remuneração (Dicionário da Língua Portuguesa, 1999).

A definição de RENDIMENTO dada pelo Dicionário da Língua Portuguesa (1999) pressupõe receita, lucro e proveito. Sendo o rendimento o princípio-base da sociedade industrial, concordamos com Costa (1993a) quando refere que o sistema desportivo moderno é considerado uma representação simbólica dessa sociedade que funciona na lógica da concorrência, da produção, da maior eficácia e do progresso. Tendo em conta esta perspectiva dividiremos esta categoria em subcategorias, onde encontraremos:

(i) os Resultados (prémio) que, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), é tudo aquilo que resulta de um acto ou de um facto, definindo ainda Prémio, como uma recompensa, remuneração, galardão ou distinção conferida por certos trabalhos ou méritos.

(ii) o Triunfo, onde a vitória e o êxito são imperativos inerentes ao seu conceito, bem como aos objectivos da prática desportiva de alta competição. Segundo Garcia (s/db), a superação é uma condição humana que o desporto exprime e reflecte, pois o atleta aspira em ir mais longe, ser mais rápido e pretende ser o mais forte. Nesta perspectiva, concordamos ainda com este autor, que a exaltação do vencedor é uma atitude natural, pois superar as dificuldades constitui-se, verdadeiramente, numa condição humana.

(iii) o Negócio, em que destacamos todas as transacções comerciais subjacentes ao fenómeno desportivo. De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), o negócio é algo que se pode comprar ou vender, promover ou agir, em conformidade com um projecto definido para obter determinado acordo. Com o crescente desenvolvimento e aceitação do fenómeno desportivo na sociedade, ninguém nega que o desporto seja usado com fins comerciais. Verificamos, então, que os apoios, o dinheiro, os patrocínios, os contratos-programa, entre outros, são factos que, cada vez mais, fazem parte do mundo de negócios onde o desporto se insere.

(iv) o Profissionalismo que, pressupõe as acções de um indivíduo numa determinada actividade, encarando-a como carreira profissional. O desporto, particularmente o de alta competição, reflecte muito bem este carácter profissional (e.g. trabalho, dedicação, prestação, etc.), pois segundo Afonso (1997), existe uma concorrência social generalizada, uma busca sistemática do rendimento, a sua constante medida e a contínua tendência para ser cada vez melhor.

(v) a Política que, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1999) é a “orientação administrativa de um governo; princípios directores da acção de um governo; arte de dirigir as relações de um Estado com outro; conjunto dos princípios e dos objectivos que servem de guia a tomadas de decisão; modo se relacionar em qualquer assunto particular para obter o que se deseja”. Após esta conceptualização terminológica e concordando com o importante espaço ocupado pelo desporto na sociedade, parece-nos óbvio que a política se insira, igualmente, no mundo desportivo, como forma de expressar as suas ideologias.

(vi) o Quadro Competitivo que, traduz todas as etapas da competição. Esta categoria apesar de não ser exclusiva do fenómeno desportivo de alta competição, reflecte não só o carácter organizado do fenómeno, como também as etapas (ou «dificuldades») às quais os atletas terão de apresentar provas de superação para alcançar a máxima: *citius, altius, fortius*.

(vii) o Treino Desportivo que, segundo Carvalho (1987), é um processo que procura promover o desenvolvimento de cada um dos factores que condicionam o rendimento desportivo. Este autor, para além dos factores exógenos, aponta como factores endógenos: os factores condicionais (da condição física), os factores técnico-coordenativos, os factores tácticos, os factores psicológicos e os factores constitucionais. Podemos, então, afirmar que, treino desportivo é o conjunto de processos que, através de variadas formas de exercício, visam preparar o atleta a nível físico, técnico-táctico e psicológico, no sentido da obtenção de uma boa prestação desportiva.

Constituindo a REABILITAÇÃO a génese do Desporto para Deficientes, torna-se necessário criar uma categoria que englobe este processo. Assim, de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), a reabilitação é o “acto

ou efeito de reabilitar; recuperação total ou parcial da saúde física ou moral, perdida ou comprometida, e consequente reintegração no meio familiar, profissional e social”. Mas tendo em conta que falamos de uma população específica, o SNR (1995) apresenta o seu conceito de reabilitação como um processo que tem como objectivo permitir, às pessoas com deficiência, atingir e manter um óptimo nível funcional, físico, sensorial, intelectual, psíquico e/ou social, dotando-as dos meios necessários para a conquista de uma maior independência. Este processo, compreende, assim, diversas medidas de acção que podem ir desde a reabilitação básica até actividades orientadas para objectivos concretos, tal como a reabilitação profissional. Neste contexto, surgem as subcategorias da:

(i) Saúde, onde aglutinaremos o estado de saúde, bem como todos os cuidados de saúde para pessoas com deficiência, pois concordamos com o SNR (1995) que a saúde destes indivíduos poderá ser melhorada ou mantida se os mesmos beneficiarem do tratamento e medicamentos que lhe são necessários.

(ii) Educação que, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), é o processo que visa o desenvolvimento harmónico do homem nos seus aspectos intelectuais, moral e físico e a sua inserção na sociedade. As «Normas para a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência» referem que os Estados devem garantir que a educação das pessoas com deficiência seja parte integrante do planeamento educativo nacional (SNR, 1995). Nesta perspectiva, iremos encontrar nesta subcategoria referências à formação ou educação dos indivíduos.

(iii) Sócio-profissional que, diz respeito à sociedade e à profissão, isto é, deve-se reconhecer o princípio segundo o qual as pessoas com deficiência têm de poder exercer os seus direitos fundamentais, particularmente no domínio do emprego e da sua integração na sociedade. Neste contexto, iremos apresentar todas as referências subordinadas a estas temáticas.

(iv) Acessibilidade que, corresponde ao conjunto de medidas tomadas pelos Estados, reconhecendo a importância global das condições de acesso, como forma de se alcançar a igualdade de oportunidades em todas as esferas da vida social (SNR, 1995). Este acesso será entendido não só nas acções que visem tornar acessível o meio físico, como também nas medidas que

asseguem o acesso à informação e comunicação. A acessibilidade torna-se, assim, uma condição necessária para que as pessoas com deficiências desfrutem de oportunidades sociais equiparáveis às de qualquer outro cidadão, a que inegavelmente têm direito, permitindo uma participação, sem entraves externos, nas diferentes manifestações e âmbitos da vida colectiva.

Consistindo a organização na coordenação e articulação de várias estruturas, instituições e funções de modo a permitir o bom funcionamento de um sistema, a ORGANIZAÇÃO DESPORTIVA será o modo como se estruturam as diferentes variáveis que compõem o sistema desportivo (Constantino, s/d). Desta forma, esta categoria será composta por subcategorias como as organizações e instituições que, fazem parte desse sistema, bem como o modelo organizativo usado, a logística e a hierarquia. Sendo o modelo um esquema teórico em matéria científica, representativo de um comportamento, de um fenómeno ou conjunto de fenómenos (Dicionário da Língua Portuguesa, 1999), o modelo olímpico traduz esse quadro de referência a que os Jogos Paralímpicos se submeteram. Mas o sistema desportivo de alta competição baseia-se sobre a ideia de uma hierarquia, onde o poder está distribuído de forma ordenada e com graduação de diferentes categorias de funcionários, isto é, de acordo com Costa (1993a, p.45), “o sistema desportivo é um imenso aparelho rigorosamente hierarquizado onde, segundo o ideal tecnocrático da sociedade moderna, todas as coisas e todos os indivíduos estão no seu verdadeiro e justo lugar”. Contudo, para que todo este sistema funcione de forma a permitir a realização de qualquer evento, é necessário a logística que, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), é estudo da organização e do funcionamento dos diferentes serviços (material, saúde, transportes, etc.) com os quais se dá satisfação a todas as necessidades dos indivíduos.

A IDEOLOGIA consiste num sistema mais ou menos coerente de ideias que um grupo social apresenta como uma exigência da razão, mas cujo fundamento se encontra nas aspirações desse grupo social (Dicionário da Língua Portuguesa, 1999). É neste contexto que iremos dividir esta categoria em:

(i) Olimpismo que, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), é tudo o que diz respeito ao movimento Olímpico em geral. Contudo, para Constantino (1984b, p.VI) o olimpismo "(...) é uma grande festa da juventude, do desporto, do corpo e da arte, que se assume aos olhos de todo o mundo como um dos mais marcantes acontecimentos culturais da história contemporânea e que asseguram nos dias de hoje um significativo papel na aproximação dos povos, na aquisição da «consciência de cidadania no mundo»(...)". Podemos afirmar, então, que o olimpismo é um estilo de vida onde o equilíbrio do corpo, da vontade e da mente são valores a ter em conta, e aos quais Afonso (1997) acrescenta a alegria no esforço, o valor educativo do bom exemplo e o respeito pelos princípios éticos fundamentais universais.

(ii) Paralimpismo que, dizendo respeito ao movimento Paralímpico, para além de apresentar a mesma ideologia que o olimpismo (pois desde cedo demonstraram uma certa aproximação), representa um marco muito importante não só no Desporto para Deficientes, mas também no modo como é encarado o indivíduo com deficiência, como cidadão de pleno direito. As palavras do Papa João XXIII após a realização dos Jogos de Roma, em 1960, exprime a filosofia por detrás do paralimpismo: «Vocês são um exemplo vivo do milagre da vontade. Para nós são um modelo inequívoco que devemos realçar porque pode constituir, para todos nós, uma ajuda. Na verdade vocês acabam de nos demonstrar o que um espírito enérgico pode realizar, mesmo quando os obstáculos físicos pareçam quase intransponíveis» (Guttmann, 1977).

(iii) Regulamentação que, de certa forma caracteriza o desporto organizado e institucionalizado. Ou seja, de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (1999) a regulamentação é todo o conjunto de regras, normas ou leis de uma comunidade; constitui os estatutos de uma associação.

(iv) Capacidades que, o Dicionário da Língua Portuguesa (1999) define como sendo a qualidade de capaz, aptidão e talento. No contexto desportivo, as capacidades são pressupostos necessários para a aprendizagem e realização de acções motoras, não só desportivas como do quotidiano, das mais simples às mais complexas. Na opinião de Romão e Pais (1999), as capacidades motoras baseiam-se, assim, em predisposições genéticas que se desenvolvem com o treino e que se dividem em dois grupos: as condicionais (força,

velocidade, resistência e flexibilidade) e coordenativas (orientação espacial, diferenciação cinestésica, reacção e ritmo).

(v) Religião que, o Dicionário da Língua Portuguesa (1999) define como culto prestado à divindade; conjunto de preceitos e práticas pelas quais se comunica com um ser ou seres superiores; reverência ou respeito às coisas sagradas; doutrina ou crença religiosa, observância dos preceitos religiosos.

(vi) Ética que, é a ciência que tem por objecto o juízo de apreciação com vista à distinção entre o bem e o mal (Dicionário da Língua Portuguesa, 1999).

(vii) Estética que, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), é a ciência cujo objectivo é o juízo de apreciação concernente à distinção entre o belo e o feio.

(viii) Paz que, significa ausência de guerra e que o Dicionário da Língua Portuguesa (1999) define como tranquilidade; silêncio; harmonia.

(ix) Moral, constituindo-se como o conjunto dos costumes e opiniões de um indivíduo ou de um grupo social respeitantes a comportamento; conjunto de normas de conduta consideradas mais ou menos absoluta e universalmente válidas (Dicionário da Língua Portuguesa, 1999).

Na categoria do SENSACIONALISMO explanaremos os termos que, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), revelam a tendência para produzir grande impacto na sensibilidade dos outros, através de notícias ou atitudes espectaculares. Neste contexto, iremos dividir esta categoria nas seguintes subcategorias:

(i) Personalidades, isto é, todos os indivíduos que gozam de certo prestígio pessoal, moral ou social (Dicionário da Língua Portuguesa, 1999).

(ii) Corrupção/fraude que, o Dicionário da Língua Portuguesa (1999) define como acto ou efeito de corromper, perversão, desmoralização, prevaricação, adulteração, suborno; burla, engano, logração.

(iii) Desordem que, engloba todos os termos que fazem referência à falta de ordem e à confusão, definições estas dada no Dicionário da Língua Portuguesa (1999). Tendo em conta esta definição, iremos catalogar todas as situações de desordem verificada no âmbito da organização do evento.

(iv) Violência que, é definida pelo Dicionário da Língua Portuguesa (1999), como o acto ou estado de que é violento; força empregada contra o direito

natural de outrem; crueldade; tirania. Apesar de todos termos consciência que a violência simbólica é instituída e regulamentada no fenómeno desportivo, na nossa análise iremos agrupar nesta subcategoria, apenas a violência real, seja ela originada por factores intrínsecos ou extrínsecos à competição, visíveis ou apenas sentidos.

(v) Guerra que, é a forma de resolução de um conflito, por meio de coacção política, económica, psicológica ou militar; oposição; concorrência; luta (Dicionário da Língua Portuguesa, 1999). Ao contrário do que acontece com a violência, esta subcategoria irá representar simbolicamente o carácter bélico inerente às competições desportivas. Segundo Costa (1993a), os encontros desportivos são organizados para instaurar a luta e o combate, mas esta é uma violência simbólica, pois celebra-se a morte, mas só ritualmente; bate-se no adversário (e.g. boxe), mas isto faz parte das leis do jogo com que todos estão de acordo.

(vi) Estigmas/Estereótipos que, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1999), significa uma censura, uma marca infamante, uma opinião preconcebida e comum que se impõe aos membros de uma colectividade. No caso particular do nosso estudo que, envolve uma população específica, a história revela-nos que desde sempre as pessoas com deficiência foram alvo de estigmas e estereótipos, acabando por prejudicar a sua imagem na sociedade (Silva, 1991 e Pereira, 1984). Nesta perspectiva, somos da opinião que este tratamento dado à pessoa com deficiência, onde a incapacidade se sobrepõe ao Homem, não pode ser desprezado, pois o mesmo impede a integração social destes indivíduos.

IV – Apresentação e discussão dos resultados

IV – Apresentação e discussão dos resultados

1. Considerações gerais

Antes de iniciarmos a apresentação e discussão dos resultados, julgamos importante tecer algumas considerações no âmbito da realização do nosso estudo. Vários foram os investigadores, entre os quais destacamos Casado; Duncan; Gracilazo (1990), Elliott e Byrd (1982 e 1984) e Yoshida; Wasilowski; Friedman (1990), que estudaram a importância dos *media* na integração social dos cidadãos com deficiência. Contudo, observamos uma quase inexistência de estudos sistematizados sobre o Desporto para Deficientes e os meios de comunicação social, constituindo, de certo modo, uma limitação à realização deste trabalho.

Como consequência, as nossas referências bibliográficas, para além dos autores referidos anteriormente, centram-se em investigações realizadas no campo da Sociologia do Desporto, bem como nos aspectos sociais da deficiência e nas relações existentes entre o desporto em geral e os *media*.

Perante todo este panorama, acreditamos que, apesar do seu carácter exploratório, este estudo poderá contribuir, de alguma forma, para um melhor conhecimento da realidade da mediatização do Desporto para Deficientes, no nosso país. O presente trabalho poderá ainda vir a ser válido para, no futuro, servir de termo de comparação a outros estudos na mesma linha de investigação.

2. Análise quantitativa da informação

Antes de apresentarmos os dados qualitativos obtidos da análise de conteúdo do nosso *corpus* de estudo, torna-se importante indicar outros resultados de carácter mais quantitativo, mas que em nosso entender se revelam igualmente importantes para a nossa investigação. Assim, o Quadro 5 é representativo da

quantidade de artigos publicados em cada jornal, bem como a sua distribuição ao longo de cada ano pesquisado.

Quadro 5 - Distribuição anual do número de ocorrências de artigos por jornal

Ano	1988				1992				1996			
Data dos J.P.	De 15 a 24/10				De 3 a 22/09				De 12 a 27/8			
	"A Bola"	"Record"	"Jornal de Notícias"	"Diário de Notícias"	"A Bola"	"Record"	"Jornal de Notícias"	"Diário de Notícias"	"A Bola"	"Record"	"Jornal de Notícias"	"Diário de Notícias"
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Junho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Julho	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6	2	1
Agosto	-	-	-	-	-	2	3	-	21	10	6	6
Setembro	-	-	-	-	-	26	2	2	-	2	-	-
Outubro	-	-	4	7	-	-	-	-	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total/jornal	0	0	4	7	0	28	5	2	23	19	8	7
Total/ano	11				35				57			
Total geral	103											

Dos 3656 jornais pesquisados ao longo dos três anos, verificamos, de uma forma muito geral, que:

1. a maior ocorrência dos artigos manifesta-se com a proximidade do evento;
2. detecta-se um aumento no que concerne à ocorrência do número de artigos fazendo referência aos Jogos Paralímpicos (1988 = 11; 1992 = 35 e 1996 = 57);
3. em 1988, apenas os jornais de informação geral – «Jornal de Notícias» e «Diário de Notícias» – divulgaram o fenómeno paralímpico;
4. em 1992 o jornal de carácter desportivo - «Record» - apresenta o maior número de artigos publicados;
5. em 1996 ambos os jornais desportivos – «Record» e «A Bola» – revelam-se como os principais mediatizadores do paralimpismo.

Não ficamos surpreendidos quando, ao analisarmos a distribuição das notícias pelo ano de investigação, verificamos que o maior número concentra-se

durante o período competitivo, pois este dado acaba por reflectir o que igualmente se passa no «outro» cenário olímpico internacional. Sobre este assunto, Caldas (1989) refere que, salvo raras excepções, os órgãos de comunicação social só se preocupam com as «coisas» olímpicas em vésperas dos Jogos Olímpicos. De facto, se aquele que é o expoente máximo mundial do fenómeno desportivo sente os mesmos problemas de ausência de mediatização fora do período competitivo, porque razão os Jogos Paralímpicos, que «interessam» a uma «minoria», deveriam ter um tratamento diferente?

Em etapas anteriores deste trabalho já nos consciencializámos para a importância do desporto e seus consequentes benefícios nos diferentes aspectos da vida dos cidadãos com deficiência, o que nos leva a poder avançar com uma possível resposta à questão colocada. Como é do conhecimento de todos nós, o paralimpismo, à semelhança do olimpismo, não são só os Jogos, mas sim uma grande manifestação que mobiliza durante um certo período de tempo uma grande massa de indivíduos oriundos de vários países, tornando-se assim o corolário de quatro anos de actividades e o fecho de mais um ciclo Paralímpico. Todo o trabalho existente até ao momento da realização da competição, que será continuo e sistemático, não interessa apenas à tal «minoria» abordada.

Senão vejamos, este assunto da projecção de questões relacionadas com a deficiência, adquire uma dimensão qualitativa que se relaciona com os aspectos morais e (in)formativos. Porém, de acordo com o RPPAPM (1989), para estes assuntos serem considerados temas de interesse mediático, terão de afectar pelos menos 20% do colectivo total. Nesta perspectiva, e tendo em conta que a problemática da deficiência envolve não só os indivíduos que a possuem, como todos os seus familiares e amigos próximos, a tão requisitada dimensão quantitativa é automaticamente ultrapassada, o que em nosso entender, é motivo suficiente para que a mediatização do Desporto para Deficientes comece a receber um tratamento diferente.

Detectamos, então, que a divulgação de assuntos paralímpicos é muito «esquecida» ou muito raramente focada. Contudo, somos da opinião que

apesar desta escassa ou quase inexistente divulgação, em 1992 e mais concretamente em 1996, começaram a surgir alguns progressos, já que no antes e no pós período competitivo foram publicados artigos fazendo referência ao respectivo evento. Mesmo assim, o número de artigos publicados fora do período competitivo é manifestamente inferior aos restantes, o que uma vez mais nos leva a concordar com Caldas (1989), quando refere ser compreensível um certo alheamento a estes assuntos, porque ao grande público consumidor não interessa os porquês de todo o movimento, mas sim a notícia das marcas e *record's* obtidos, bem como informações sobre grandes acontecimentos, o que se verifica apenas durante a celebração dos jogos.

Apesar deste aumento do número de artigos publicados ao longo dos três períodos distintos, o Quadro 6 revela-nos que os resultados percentuais da ocorrência dos mesmo não são positivos (resultados totais: 1988 = 1,1%; 1992 = 3% e 1996 = 3,9%).

Quadro 6 - Percentagem anual de artigos por jornal

	1988		1992		1996	
	Nº artigos	% artigos	Nº artigos	% artigos	Nº artigos	% artigos
A Bola	0	0,0	0	0,0	23	6,3
Record	0	0,0	28	13,5	19	5,2
Jornal de Notícias	4	1,1	5	1,4	8	2,2
Diário de Notícias	7	1,9	2	0,5	7	1,9
Jornais Desportivos	0	0,0	28	6,7	42	5,7
J. Informação Geral	11	1,5	7	1,0	15	2,0
Total	11	1,1	35	3,0	57	3,9

Segundo Vala (1986), a análise de ocorrências visa determinar o interesse da fonte por diferentes objectos ou conteúdos. O mesmo autor refere, ainda, que a hipótese implícita é a de quanto maior for o interesse do emissor por um dado objecto, maior será a frequência de ocorrência dos indicadores relativos a esse mesmo objecto.

Nesta perspectiva parece-nos, sem dúvida, notória a reduzida importância que a imprensa dá ao Desporto para Deficientes, e no caso particular do nosso estudo, aos Paralímpicos. Por outras palavras, apesar de se manifestar uma pequena evolução desde 1988, as percentagens de notícias existentes nos Paralímpicos de 1992 e de 1996 não são nada significativas, tendo em conta a totalidade de periódicos publicados nesses anos (v. Anexo 3, p.IV).

Estes dados alcançados corroboram outros estudos efectuados por outros autores, em outras áreas sociais (que não somente a desportiva), nomeadamente as investigações de Gutiérrez e Borrego (1993), Lachal (1990 e 1991) e Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990). Assim, sendo o desporto um subsistema da sociedade, reflectindo as suas estruturas, as suas formas e maneiras de pensar e agir, rapidamente detectamos algumas semelhanças entre os nossos resultados e os obtidos pelos autores anteriormente mencionados. De facto, todos nós somos da opinião que a imprensa aborda esporadicamente os temas relacionados com a deficiência e quando o faz coincide muitas das vezes com a realização de determinado acontecimento, como é o caso dos Jogos Paralímpicos.

Dentro do quadro desportivo e na ausência de estudos realizados na área do Desporto para Deficientes e sua mediatização, resta-nos apenas concordar com Miragaia (1989), quando alega existir um desequilíbrio entre a realidade do fenómeno desportivo, a todos os níveis, e a informação produzida, isto é, os *media* encontram-se pouco sensibilizados para algumas formas de estar no desporto como, por exemplo, o desporto perspectivado para atletas com deficiência e que os nossos resultados vieram confirmar.

Um outro dado importante relaciona-se com o facto de em 1988 terem sido apenas os jornais de informação geral a publicar os respectivos artigos sobre os paralímpicos, verificando-se grandes transformações nos anos consequentes, isto é, em 1992 e 1996 são os jornais de carácter exclusivamente desportivo que revelam um maior número de publicações sobre esta matéria (cf. c/ Quadro 6, p.103). Estamos realmente na presença de um aumento significativo de artigos entre os três anos paralímpicos, no que diz

respeito aos jornais de índole desportiva (1988 = 0; 1992 = 28 e 1996 = 42). Contudo, a percentagem de ocorrência diminuiu entre 1992 e 1996 (1988 = 0%; 1992 = 6,7% e 1996 = 5,7%). A justificação para este resultado está relacionado com a periodicidade do jornal, isto é, tanto a «A Bola» como o «Record» passaram de quadrissemanários a diários.

O facto dos jornais desportivos apresentarem mais publicações do que os jornais de informação geral é, em nosso entender, consequência de objectivos de existência distintos, ou seja, os primeiros têm no desporto o objectivo que leva a elaboração e divulgação da notícia, enquanto que os segundos ao abrangerem um campo mais vasto da sociedade, terão de se tornar mais selectivos nos temas a tratar, tendo sempre em conta o interesse dos principais consumidores.

O interesse torna-se aqui num critério bastante complexo, pois se recordarmos a opinião de Gaillard (1971) este não está apenas ligado ao próprio acontecimento em si mesmo, mas à atitude que o público terá em relação a ele, particularmente aquele para o qual trabalha o jornalista. Teremos, então, de ser realistas e questionarmo-nos porque razão os Paralímpicos não suscitam a mesma atenção que suscitam os Jogos Olímpicos?

Aliado ao interesse por determinado acontecimento, encontramos um outro aspecto que se relaciona com a emotividade do público e a sua propensão para se identificar com os heróis desse mesmo acontecimento. Nesta perspectiva, resta-nos apenas concordar com Castro e Garcia (1998) quando se questionam se haverá alguém que se quererá identificar com um amputado, com um deficiente visual, (...), enfim com alguém que se encontra à margem do que a sociedade define como padrão «normal»? Esta é uma questão bastante pertinente, pois na verdade, gostaríamos que este processo de identificação do público para com os atletas não se baseasse em questões estéticas, nem tão pouco nas *performances* imediatas, mas sim na identificação do Homem e da marca como percepção do esforço e da superação alcançada.

Parece-nos, então, claro que, o interesse assume-se como um aspecto importante, pois o facto de vivermos numa sociedade de consumo leva a que os *media*, embora persistindo em reivindicar o estatuto de bem público, se torne sobretudo num negócio, pelo que como todos os negócios a imprensa também se encontre submetida aos imperativos do mercado da concorrência (Constantino, 1992). Esta é uma realidade que não podemos ignorar, pois quando se forma uma empresa de Comunicação Social, ela tem como finalidade obter rendimento através da venda de um produto que agrada a uma maioria. Daí que também, e de acordo com os resultados obtidos da investigação, a divulgação dos Jogos Paralímpicos seja condicionada. Neste aspecto, a imprensa desportiva não difere da imprensa de informação geral, pois os objectivos dos editores são os mesmos e definem-se essencialmente pelas melhores fontes de difusão e a rentabilização do capital investido.

Mas mesmo que o aumento do número de artigos não seja significativo, subsiste, porém, uma mudança de atitudes face a este assunto da mediatização do paralimpismo, pelo que outra questão poderá ser levantada. Que transformações se verificaram nos jornais de índole desportiva, para passarem de uma situação de ausência de publicações, para uma situação de relevo na divulgação das mesmas?

Em nosso entender, se a imprensa mudou foi em função das necessidades e condicionalismo da época. De facto, a evolução social traduz-se igualmente num aumento do nível de instrução dos cidadãos pelo que, estes apresentam uma melhor maturação cívica comparativamente com as épocas em que à deficiência e aos indivíduos que a possuíssem era-lhes atribuído estigmas e estereótipos encarando-os com um certo cepticismo e transtorno social. Uma das conquistas do desporto da actualidade é o lugar ocupado por ele nos diferentes órgãos de comunicação social. Ao constituir-se matéria privilegiada dos grandes *media*, ao ponto de ser utilizado como objecto de abertura das edições de televisão ou acontecimento de primeira página na imprensa de informação geral, requer por parte dos jornalistas uma informação de qualidade.

A imprensa de hoje ao focar o Desporto para Deficientes confirma a opinião de Gaillard (1971) quando refere que os leitores esperam do jornal informações sérias e completas em todos os domínios do interesse humano. A corroborar ainda este autor, citamos Araújo (1986) quando adverte que os *media* constituem, na actualidade, o único veículo de transmissão da cultura para milhares de seres humanos. Nesta perspectiva, e tendo em conta a Declaração Universal dos Direitos do Homem quando afirma que «toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade», percebemos que a efectiva democratização cultural passa pela abordagem de assuntos que interessem não só as «maiorias», como também as «minorias».

Estas transformações não são exclusivas no aumento do número de artigos publicados sobre o parolimpismo, mas também na extensão dos mesmos. O Quadro 7 é representativo da análise efectuada à dimensão dos textos publicados, tendo sido feita uma divisão em duas categorias (< de 300 palavras e > de 300 palavras). Concordamos que esta separação demonstra a tendência evolutiva dos redactores, ao diminuírem a ocorrência de artigos de coluna, cujo conteúdo informativo é bastante reduzido (Rio, 1989).

Quadro 7 – Percentagem anual da extensão dos artigos por jornal

	1988				1992				1996			
	<300	%	>300	%	<300	%	>300	%	<300	%	>300	%
A Bola	-	-	-	-	-	-	-	-	6	26	17	74
Record	-	-	-	-	9	32	19	68	9	47	10	53
Jornal de Notícias	3	75	1	25	5	100	-	-	2	25	6	75
Diário de Notícias	7	100	-	-	2	100	-	-	6	86	1	14
J. Desportivos	-	-	-	-	9	32	19	68	15	36	27	64
J. Informação Geral	10	90,9	1	9,1	7	100	-	-	8	53	7	47
Total	10	90,9	1	9,1	16	45,7	19	54,3	23	40,4	34	59,6

A confirmar esta tendência em aumentar a extensão dos artigos, apresentamos os resultados obtidos, onde se manifesta uma notória diferença entre o ano de 1988 e os dois consequentes anos paralímpicos (ver resultados totais do Quadro 7). Os textos são realmente mais longos, de modo a que a notícia seja mais detalhada e completa, informando melhor o seu público leitor, pois nunca

poderemos ignorar o seu poder pedagógico e cultural referenciado por Andrade (1995) e acima de tudo, o direito à informação proferida por Araújo (1986) e Gaillard (1971).

Os títulos (Quadro 8) tornam-se elementos fundamentais para qualquer notícia, pois devem despertar a curiosidade do leitor «convidando-o» a ler o artigo. Sobre este assunto Manha (1989) refere mesmo que muitas notícias jornalísticas não são lidas, a menos que nas «gordas» se transmita algo contundente e/ou polémico.

Quadro 8 – Percentagem anual da ocorrência dos títulos por jornal

	1988				1992				1996			
	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%
A Bola	-	-	-	-	-	-	-	-	22	96	1	4
Record	-	-	-	-	27	96	1	4	19	100	0	0
Jornal de Notícias	4	100	0	0	5	100	0	0	8	100	0	0
Diário de Notícias	7	100	0	0	2	100	0	0	7	100	0	0
J. Desportivos	-	-	-	-	27	96	1	4	41	98	1	2
J. Informação Geral	11	100	0	0	7	100	0	0	15	100	0	0
Total	11	100	0	0	34	97,1	1	2,9	56	98,2	1	1,8

A importância do título vê-se assim reflectida nos resultados obtidos com a nossa análise quantitativa, pois regista-se uma elevadíssima percentagem de ocorrências nos três anos (resultados totais: 1988 = 100%; 1992 = 97,1% e 1996 = 98,2%).

Uma análise mais detalhada ao conteúdo dos títulos revela-nos que os assuntos utilizados para atrair o leitor levando-o a comprar o jornal, relacionam-se com aspectos ligados ao sensacionalismo, ao nacionalismo, à ideologia e ao rendimento (v. Anexo 4.1, p.V). Na imprensa o que vende são os casos polémicos (Caldas, 1989 e Costa; Marques; Mendonça, 1980), pois é o que o público quer e deseja. No caso específico da população do nosso estudo, desde sempre que os *media* utilizam a deficiência como forma de causar sensação, justificando assim os resultados obtidos, particularmente em 1988 (22,22%). Quanto à ideologia, ao nacionalismo e ao rendimento, não nos resta

qualquer dúvida que, o facto de serem os assuntos com maior projecção nos títulos, manifestam uma relação óbvia com a sociedade e a época em que o estudo se refere. Por outras palavras, estando, desde longa data, o nacionalismo e a ideologia associados ao fenómeno desportivo e, vivendo-se numa época onde o rendimento é pré-requisito fundamental, nada nos surpreende que estes sejam os temas usados pelos *media* como forma de atrair o público.

À semelhança da importância dos títulos, o *Lead* (Quadro 9) reveste-se de um papel igualmente preponderante, ao efectuar uma síntese da informação (RPPAPM, 1989).

Quadro 9 - Percentagem anual da ocorrência de *Lead's* por jornal

	1988				1992				1996			
	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%
A Bola	-	-	-	-	-	-	-	-	15	65	8	35
Record	-	-	-	-	14	50	14	50	11	58	8	42
Jornal de Notícias	1	25	3	75	0	0	5	100	4	50	4	50
Diário de Notícias	0	0	7	100	0	0	2	100	1	14	6	86
J. Desportivos	-	-	-	-	14	50	14	50	26	62	16	38
J. Informação Geral	1	9	10	91	0	0	7	100	5	33	10	67
Total	1	9	10	91	14	40,0	21	60	31	54,4	26	45,6

A análise de ocorrências, realizada a este elemento clássico da notícia, revela-nos um aumento significativo ao longo dos três anos, particularmente entre 1988 e 1992 (resultados totais: 1988 = 9%; 1992 = 40%; 1996 = 54,4%). Na nossa opinião, este facto poderá estar relacionado com um outro aspecto, já analisado, e que se associa ao aumento da extensão dos artigos, sendo necessário uma elaboração de um resumo de forma a enquadrar e atrair o leitor para o texto propriamente dito.

O Quadro 10 demonstra que o aparecimento de tabelas fazendo análise às actuações dos nossos representantes e dos outros países, como por exemplo as estatísticas de classificações e as medalhas conquistadas, surgem somente em 1996.

Quadro 10 - Percentagem anual da ocorrência de tabelas nos artigos

	1988				1992				1996			
	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%
A Bola	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	22	96
Record	-	-	-	-	0	0	28	100	2	11	17	89
Jornal de Notícias	0	0	4	100	0	0	5	100	0	0	8	100
Diário de Notícias	0	0	7	100	0	0	2	100	0	0	7	100
J. Desportivos	-	-	-	-	0	0	28	100	3	7	39	93
J. Informação Geral	0	0	11	100	0	0	7	100	0	0	15	100
Total	0	0	11	100	0	0,0	35	100	3	5,3	54	94,7

A ocorrência deste facto, ainda que em número muito reduzido (resultados totais: 1996 = 5,3%), está, na nossa opinião, relacionada com a necessidade do jornalista divulgar notícias mais completas, fazendo-o, no entanto, de uma forma mais atractiva, o que permite inclusivamente uma fácil compreensão e consulta da mesma por parte do leitor. A corroborar esta nossa perspectiva, citamos Caldas (1989) quando alega que todos nós somos atraídos por comodismo a comprar o artigo com menor dificuldade de absorção e com mais relação com o momento exacto do acontecimento, pelo que as tabelas ao realizarem-nos o balanço da competição, fazem-no para que o acedemos de uma forma mais fácil e rápida.

Paralelamente às tabelas, mas com maiores índices de ocorrência, encontramos as fotografias (Quadro 11).

Quadro 11 - Percentagem anual da ocorrência de fotografias

	1988				1992				1996			
	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%
A Bola	-	-	-	-	-	-	-	-	19	83	4	17
Record	-	-	-	-	12	43	16	57	15	79	4	21
Jornal de Notícias	0	0	4	100	2	40	3	60	2	25	6	75
Diário de Notícias	0	0	7	100	0	0	2	100	4	57	3	43
J. Desportivos	-	-	-	-	12	43	16	57	34	81	8	19
J. Informação Geral	0	0,0	11	100	2	29	5	71	6	40	9	60
Total	0	0,0	11	100	14	40,0	21	60,0	40	70,2	17	29,8

Assiste-se, de facto, ao longo dos três anos estudados, a um aumento gradual e significativo de fotografias no corpo da notícia (resultados totais: 1988 = 0%; 1992 = 40% e 1996 = 70,2%). Este dado produz um certo efeito na informação, tornando-a mais atraente e concreta (Lachal, 1990). Constantino (1992) refere mesmo que a imprensa sofreu alterações, pois a cor e a fotografia estabeleceram o império da forma sobre o conteúdo, pelo que a imagem jornalística atractiva dominará. Ainda outro autor, Graça (1989) enfatiza que as fotografias valem mais que todas as palavras que se possa escrever.

Contudo, nem sempre as imagens captadas representam apenas pessoas com deficiência (Quadro 12), ou seja, apesar da maior percentagem de ocorrência das fotografias pertencerem a este grupo específico da população (1988 = 0%; 1992 = 85,7% e 1996 = 69,8%), as mesmas por vezes são preteridas em função da utilização de imagens de indivíduos ditos «normais» (1988 = 0%; 1992 = 7,1% e 1996 = 22,6%).

Quadro 12 - Percentagem anual do tipo de imagens fotografadas

	1988		1992		1996	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pessoas c/ deficiências	-	-	12	85,7	37	69,8
Pessoas s/ deficiências	-	-	1	7,1	12	22,6
Pessoas c/ e s/ deficiênc.	-	-	1	7,1	4	7,5
Total	-	-	14	100	53	100

A utilização da imagem do indivíduo com deficiência começa assim a ser bastante usada, levando-nos a encarar esta situação como um facto positivo. A imprensa ao retratar os atletas com deficiência como membros activos, transmite essa mesma imagem para a sociedade, ou seja, ajuda a criar na opinião pública o sentimento de que estes cidadãos são igualmente importantes, produzindo e colaborando para o desenvolvimento social.

Sobre este assunto, o RPPAPM (1989) refere que deveremos apresentar as pessoas com deficiência da mesma forma multidimensional que representamos os ditos «normais», ou seja, as imagens destes indivíduos devem captá-lo em

situações de trabalho, de estudo, de lazer e no caso particular da nossa investigação, nos treinos e nas competições desportivas.

3. Análise ao conteúdo da informação

Apesar da análise quantitativa revelar-nos uma pequena evolução entre os anos paralímpicos estudados, convém efectuar uma análise pormenorizada ao conteúdo da notícia, de modo a compreendermos todo o processo que envolve a mediatização do Desporto para Deficientes e dos seus principais intervenientes.

A informação pode ser um instrumento precioso para ajudar a completar a inserção dos atletas com deficiência, vencendo preconceitos e quebrando estereótipos sociais, contribuindo assim para uma boa consciência colectiva sobre todas as pessoas com estas características. Sobre este assunto relembramos Lachal (1990) e Figueira (1995), quando referem que a terminologia utilizada para retratar um grupo humano e sua evolução, não é gratuita nem neutra. Concordamos então, que através das designações usadas a sociedade reflecte e clarifica um juízo acerca deste grupo e do seu lugar na comunidade. Por outras palavras, e no que diz respeito às pessoas com deficiência, a terminologia reveste-se de uma importância extrema, pois para além de orientar, exprime a visão dominante que existe na sociedade (Lachal, 1990).

Numa análise rápida e generalista aos resultados globais obtidos (Quadro 13), ficamos com a percepção de que poucas foram as transformações verificadas entre os três períodos paralímpicos. Assim, detecta-se que:

1. a categoria do rendimento é aquela que apresenta maior percentagem de ocorrência nos três anos paralímpicos (1988 = 32,19%; 1992 = 26,3% e 1996 = 32,96%);
2. a componente reabilitativa da competição, apesar de apresentar um aumento de referências entre 1988 e 1992, decai em 1996, verificando-se, de

um modo geral, que este é um assunto com um lugar de pouco relevo na imprensa (1988 = 0,65%; 1992 = 4,14% e 1996 =2,67%);

3. os aspectos culturais e simbólicos que envolvem o fenómeno paralímpico são muito raramente mencionados (1988 = 0% e 0,82%; 1992 = 0,40% e 1,50% e 1996 = 0,24% e 0,73%);

4. o sensacionalismo é um fenómeno presente e relativamente constante nos anos paralímpicos analisados (1988 = 8,33%; 1992 = 8,53% e 1996 =7,91%).

Quadro 13 - Tabela de resultados globais da análise de conteúdo⁷

Categorias	1988		1992		1996		Triénio	
	n = 612		n = 5054		n = 7103		n = 12769	
	nº presenças	%	nº presenças	%	nº presenças	%	nº presenças	%
NACIONALISMO	25	4,08	221	4,37	345	4,86	591	4,63
CULTURAL	0	0,00	20	0,40	17	0,24	37	0,29
SIMBOLOGIA	5	0,82	76	1,50	52	0,73	133	1,04
IDENTIFICAÇÃO PESSOAL	33	5,39	443	8,77	576	8,11	1052	8,24
DESPORTO PARA DEFICIENTES	67	10,95	618	12,23	809	11,39	1494	11,70
ENQUADRAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL	100	16,34	430	8,51	678	9,55	1208	9,46
RECREAÇÃO	23	3,76	256	5,07	232	3,27	511	4,00
RENDIMENTO	197	32,19	1329	26,30	2341	32,96	3867	30,28
REABILITAÇÃO	4	0,65	209	4,14	190	2,67	403	3,16
ORGANIZAÇÃO DESPORTIVA	53	8,66	542	10,72	666	9,38	1261	9,88
IDEOLOGIA	54	8,82	479	9,48	635	8,94	1168	9,15
SENSACIONALISMO	51	8,33	431	8,53	562	7,91	1044	8,18
TOTAL	612	100	5054	100	7103	100	12769	100

Quando concordámos com Constantino (1992) alegando que o desporto ao reflectir as estruturas da sociedade, forçosamente os jornais desportivos teriam de exprimir essas mesmas determinantes, fizemo-lo com a consciência de que o nosso estudo iria corroborar a opinião deste mesmo autor.

Sendo o rendimento o princípio-base da sociedade actual, podemos afirmar que este mesmo princípio constitui o motor e a alma do sistema desportivo moderno (Costa, 1993a). De facto, se recordarmos que vivemos numa sociedade onde a superação, o progresso e os valores económicos assumem uma posição fundamental, nada nos surpreende que a categoria do rendimento seja aquela cujas percentagens de ocorrência apresentem índices mais elevados, nos três anos paralímpicos.

⁷ Os resultados globais da análise de conteúdo correspondem ao somatório dos resultados da análise efectuada aos títulos e subtítulos, aos *Lead's* e ao corpo da notícia.

Numa análise mais detalhada a esta categoria verifica-se que a imprensa dá bastante relevo aos RESULTADOS (PRÉMIO) obtidos na competição, apesar de se verificar uma diminuição da percentagem de ocorrência (1988 = 21,42%; 1992 = 9,81% e 1996 = 14,62%). Esta importância dada aos resultados competitivos tem como pano de fundo todos os valores impostos pela actual sociedade de rendimento. A USJDF (1976) e Costa (1993b) explicam ainda que, pela sua própria natureza, a competição desportiva e os seus resultados dispõem de uma mesma escala de valores em qualquer parte do mundo. Com esta perspectiva universal dos resultados desportivos à luz da lógica da sociedade de rendimento, compreendemos, então, a importância que a imprensa dá ao *record*, às medalhas e ao tipo de material de que são feitas, bem como aos resultados e marcas obtidos. Contudo, o facto de se registar uma diminuição da percentagem de referências, os resultados não serão igualmente uma prova efectiva de que algo está a mudar na sociedade? Não estará a sociedade a encarar o Desporto para Deficientes de uma forma diferente, não interessando os resultados e as marcas obtidas, mas sim todo o contexto em que os mesmos são alcançados?

Se nos lembrarmos do significado antropológico do *record*, referido por Costa (1993b), em que o mesmo se torna elemento indissociável da superação e do progresso, facilmente entendemos porque é que os dados obtidos na subcategoria do QUADRO COMPETITIVO revelaram que as finais das competições são mais vezes tratadas pelos órgãos de informação, comparativamente com as restantes etapas das mesmas (v. Anexo 5.8, p.XIV). A sociedade ao exigir rendimento, superação e progresso, o desporto de alto nível e consequentemente a imprensa desportiva, terá necessariamente de reflectir essas mesmas exigências, constituindo-se as finais das competições o momento alto da celebração de todo o processo competitivo.

A USJDF (1976) revela que o desporto utilizado como simples elemento de prestígio, sem ser indicado como factor importante em outras áreas (e.g. educação, saúde, etc.), favorece a exaltação das vitórias e a tristeza das derrotas. Vinte e cinco anos depois desta afirmação encontramos ainda, no

discurso desportivo jornalístico, ênfase ao TRIUNFO dos atletas (1988 = 4,60%; 1992 = 3,27% e 1996 = 4,41%). Por outras palavras, aceitando-se os Jogos Paralímpicos como um fenómeno desportivo onde a competição e a confrontação é permanente e que, segundo Bento (1993c) as pessoas se opõem umas às outras com o objectivo de obter vitórias e infligir derrotas, parece-nos lógico que a imprensa relate obrigatoriamente todos os êxitos, triunfos e conquistas dos atletas com deficiência.

Um outro dado importante diz respeito às unidades de registo da subcategoria do PROFISSIONALISMO DESPORTIVO de que o Desporto para Deficientes é alvo. Ao longo dos três anos analisados verificamos um aumento gradual deste item, o que na nossa opinião, reflecte a evolução que este fenómeno tem vindo a apresentar na sociedade (1988 = 5,66%; 1992 = 7,7% e 1996 = 8,24%). Sobre este assunto, Castro (1998) refere que o Desporto para Deficientes começa a ter um grande desenvolvimento, como poderão demonstrar, não só o elevado número de países e atletas participantes nos Jogos Paralímpicos, como também os resultados cada vez mais altos, obtidos nas competições.

Parece-nos cada vez mais real que a prática desportiva dos atletas com deficiência, com objectivos essencialmente reabilitativos, encontra-se verdadeiramente ultrapassada, pois os resultados obtidos na categoria do rendimento assim o confirmaram. Esta situação verificada no desporto para estes atletas demonstra o carácter profissional com que esta vertente é tratada, sendo as investigações e evoluções técnicas e científicas a prova desta intencionalidade, pois para além de encontrarmos na nossa análise uma expansão geral da sua prática a homens e mulheres atribuindo-lhes o estatuto de atletas, surgem igualmente referências a termos como carreira, dedicação, objectivos, planificação, etc.

A corroborar esta nossa opinião, indicamos, ainda, o aumento da ocorrência de aspectos relacionados com o TREINO DESPORTIVO (1988 = 0%; 1992 = 0,76 e 1996 = 0,25%), pois as estratégias, as técnicas e táticas desportivas começam a ser mencionadas a partir de 1992, apesar de se verificar uma diminuição em 1996. Como refere Costa (1993a, p.43) “o desporto moderno de

alta competição é, de facto, uma espécie de forma abstracta da tecnologia corporal centrada sobre o rendimento” e no caso particular do nosso estudo, o Desporto para Deficientes não ficou alheio a esta «mutação axiológica», pois a quantidade de recordes mencionados na imprensa, testemunham essa mesma mudança (1988 = 4; 1992 = 44 e 1996 = 38). A «factura a pagar» com esta transformação no Desporto para Deficientes, aproximando-se da actual condição do desporto de alto rendimento dos ditos «normais», é, sem dúvida, o aparecimento de exigências a nível dos resultados e o profissionalismo que lhe está inerente, e inclusivamente, todo o NEGÓCIO que daí advém, como por exemplo o facto dos paralímpicos estabelecerem, igualmente, um preço nos bilhetes de acesso às cerimónias e actividades desportivas (1988 = 0%; 1992 = 1,33% e 1996 = 2%).

Actualmente ninguém nega a importância dos patrocínios no desenvolvimento e na organização das actividades desportivas, particularmente no Desporto para Deficientes, pois este perante as necessidades particulares (e.g. vigilância médica, ajudas técnicas, adaptação do material, etc.) dos seus atletas, representam um custo de participação mais elevado. Contudo, existe um interesse comum em colher os benefícios resultantes do patrocínio, quer por parte das empresas patrocinadoras, quer por parte das organizações desportivas patrocinadas. Para Silva (1999, p.30) “o desporto aparece naturalmente como veículo privilegiado para fazer passar mensagens para públicos específicos, usufruindo para isso, de apoios que cada vez mais determinam a sua própria capacidade de desenvolvimento”. Este, é um facto que justifica os resultados obtidos com a nossa análise, pois observa-se um aumento gradual, embora muito pouco significativo, nos três anos estudados (1988 = 0%; 1992 = 0,04% e 1996 = 0,08%).

Na nossa opinião, o escasso interesse revelado, pelos patrocinadores, no apoio ao Desporto para Deficientes deve-se, acima de tudo, ao impacto que a sua imagem provoca na sociedade. Sobre este assunto, Castro (1998) refere que o indivíduo com deficiência pode originar sentimentos de ameaça, conflito e rejeição e uma vez que faz parte da natureza humana evitar estímulos negativos, as pessoas podem ter tendência para evitar relações mais próximas

com estas pessoas. No seguimento da linha de pensamento deste autor, citamos Silva (1999), ao reconhecer a grande influência nos consumidores, quando a cobertura mediática provoca emoções positivas no público. Nesta perspectiva, parece-nos real que os patrocinadores não encarem de uma forma positiva, a associação do nome das suas empresas com o Desporto para Deficientes (a menos que obtenham benefícios fiscais).

Porém, se nos lembrarmos que um dos objectivos da publicidade é atingir um determinado público alvo, temos razão para achar que as empresas deveriam apoiar o Desporto para Deficientes, pois não devemos ignorar a existência, a nível mundial, do elevado número de indivíduos com necessidades especiais apresentado pelo Conselho da Europa (1988). Pretendemos com isto salientar que apesar de todos apresentarmos diferenças em termos de idade, raça, sexo ou condição de vida, algo temos em comum no mundo comercial, ou seja, todos nós somos possíveis consumidores!

Ainda neste âmbito da economia e do negócio, observamos realmente que é a partir de 1992 que se começa a mediatizar esta problemática do financiamento do desporto para deficientes, pois se considerarmos que muitos dos atletas com deficiência são provenientes de um meio socio-económico baixo (Conselho da Europa, 1988), é óbvio que terão muitas dificuldades em suportar os encargos de uma prática desportiva que requer, por vezes, inúmeras adaptações de materiais. Daí que o uso de terminologias contextualizadas a estas dificuldades, como por exemplo, os subsídios, as verbas e os encargos comecem a ser abordadas nas notícias, até porque é uma forma de confrontar o panorama real, com o que o governo estipula no plano legislativo.

Senão vejamos, os estudos efectuados por Lachal, (1990) e Yoshida; Wasilewski; Friedman, (1990) na área dos *media*, detectaram, com alguma frequência, referências às dificuldades económicas dos indivíduos com deficiência, bem como a responsabilização do Estado na resolução destes problemas. No caso particular do nosso estudo, achamos interessante que seja a partir do momento em que o nosso governo toma medidas importantes no

campo legislativo e político na área do Desporto para Deficientes⁸, que se comecem a tratar mediaticamente os assuntos relativos aos seus encargos, verbas, financiamentos, contratos-programa, etc. Mas se por um lado esta adopção de medidas influenciou a imprensa, de modo a demonstrar uma preocupação na cobertura de acontecimentos relativos à deficiência, facto este comprovado no estudo efectuado por Byrd (1997), por outro lado não estaremos igualmente na presença de uma influência dos *media* na mudança das atitudes dos governantes, perante a publicação dos problemas que os atletas com deficiência enfrentam na prática desportiva?

Estudos como os de Corbett e Ralph (1995); Elliott e Byrd (1982, 1984); Kolucki (1990) e Mugridge (1986), demonstram que a aparição mediática de assuntos relacionados com a problemática da deficiência têm consequências sobre o público, levando-os a mudar a sua atitude face a estas pessoas com necessidades especiais. Parece-nos, então, lógico que os responsáveis governamentais repensem e tomem atitudes, visando a edificação dos direitos dos cidadãos com deficiência na prática do desporto⁹, e quando se verifica o incumprimento da lei, a imprensa surge como voz de consciência, alertando para as injustiças de que estes cidadãos são alvo e de que são exemplo alguns dos artigos analisados em 1992 e 1996.

O desporto na sociedade actual é um elemento fundamental enquanto actividade social. Esta valorização dada ao fenómeno desportivo atingiu uma dimensão de tal ordem que as suas actividades chegaram a converter-se, em numerosas ocasiões, em manifestações estritamente políticas¹⁰ (Essinagne, 1974 e Esteves, 1999). Este reconhecimento dado ao desporto justifica, na nossa opinião, que cada vez mais as figuras públicas governamentais façam

⁸ Em 1991 foi aprovada a Lei de Bases do Sistema Desportivo que explicitamente reconhece e confere direitos e deveres à organização do Desporto para Deficientes em torno de uma Federação.

⁹ Em 1995 é reconhecida à Federação Portuguesa do Desporto para Deficientes o Estatuto de Utilidade Pública Desportiva (Desp.60/95 de 21 de Outubro) e é revogada a legislação sobre a Alta Competição tornando-a extensível a cidadãos com deficiência (Decreto-lei nº125/95 de 31 de Maio).

¹⁰ De como são exemplos os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, para o Nazismo e a inauguração do Estádio Nacional, em 1944, para Salazar.

questão que os *media* os associem a eventos desportivos de relevo. Numa competição de alto nível internacionalmente reconhecida, como é o caso dos Jogos Paralímpicos, a política terá necessariamente de marcar presença; pois a corroborar esta nossa opinião, verificamos o aumento progressivo da percentagem de ocorrências deste item nos artigos publicados ao longo dos três anos (1988 = 0,18%; 1992 = 0,32% e 1996 = 1,40%).

Parece-nos então, que à semelhança do que já se passava no «outro» cenário desportivo olímpico, os Jogos Paralímpicos começam a ser igualmente utilizados como instrumento da política. Sobre esta instrumentalização desportiva a nível da política nacional ou internacional, Sappänen (1987) refere que o desporto pode ser facilmente usado para uma variedade de finalidades. Como consequência desta intenção de projecção ideológica ou pessoal, o paralimpismo também já apresenta provas da «má utilização» do seu movimento com fins políticos. Falamos obviamente dos movimentos activistas e das deserções que podem, por vezes, resultar em actos de violência ou de terrorismo, detectados e analisados em artigos de 1996. Mas acerca destas manifestações negativas, Seppänen (1987) alega que elas demonstram claramente a forma implacável de como as olimpíadas têm sido utilizadas como um peão no jogo da política, pois acabam, também, por reflectir a situação e a estrutura internacional entre as nações, às quais os paralímpicos já não se encontram neutros.

Torna-se então evidente que todo este interesse demonstrado na exaltação dos resultados competitivos não seja gratuito, pois o mesmo participa fatalmente no desenvolvimento do espírito nacionalista. Não nos podemos esquecer que à semelhança do que acontece nos Jogos Olímpicos, o atleta paralímpico é um representante de um país, o que nos leva a concordar com Seppänen (1987, p.8) quando refere que o “papel de uma equipa nacional e da nação como tal, predomina sobre o papel do indivíduo”. Este é um facto que, de certa forma, se pode observar no nosso estudo, pois em todos os anos analisados o atleta é declarado como representante de uma nação, sendo esta uma situação que tem vindo a aumentar ao longo dos três períodos (1988 = 3,54%; 1992 = 4,20% e 1996 = 4,44%).

Contudo, se compararmos os resultados obtidos nesta categoria com os resultados obtidos na subcategoria da identidade do atleta, verificamos que este último item apresenta valores mais elevados (1988 = 5,84%; 1992 = 7,87% e 1996 = 7,71%). Ao confrontarmos este dado com a teoria de que o desporto oferece à maioria do público uma possibilidade, excepcionalmente boa, para a identificação nacional, através dos atletas que representam a sua própria nacionalidade (Seppänen 1987), não estaremos nós então, perante uma situação de rejeição de identificação para com atletas com deficiências?

Ainda sobre esta utilização das actividades desportivas, de carácter internacional, com finalidades nacionalistas, Seppänen (1987) alega que enquanto os defensores do olimpismo estabeleceram a participação universal com objectivos humanos, os países do mundo interpretaram a sua participação nos jogos como uma oportunidade de exprimir interesses e sentimentos nacionalistas. No seguimento da linha de pensamento deste autor, não nos parece de todo erróneo afirmar que o nacionalismo levado ao exagero é gerador de manifestações negativas, como por exemplo o chauvinismo. Esta atitude acaba por se reflectir no comportamento de todos os que, directa ou indirectamente, participam na competição, sendo por vezes desviados de uma das suas missões, que é a de contribuir para o entendimento e compreensão entre os povos.

Verifica-se, então, que a moral inerente a esta missão desvaneceu e deu lugar a acções que acabam por a contrariar, originando as alegadas corrupções, as atitudes anti-desportivas, as fraudes, etc. No Desporto para Deficientes e nomeadamente nos Jogos Paralímpicos, começam a aparecer os casos dos atletas com deficiências, que mais tarde se prova que as não têm, ou de atletas cujo grau de deficiência que possuem não é a que lhes foi atribuída! E tudo isto para quê? Em prol de um lugar de destaque e da elevação da bandeira nacional acompanhado do hino da nação? Onde se encontram os valores para os quais este desporto foi desenvolvido?

O desporto de alto rendimento para atletas com deficiência ao reclamar direitos iguais aos do «outro» fenómeno desportivo de alto nível, não poderia fugir à regra ditada pela sociedade, justificando, desta forma, a importância dada à categoria do rendimento. Porém, convém lembrar que este facto acabou por se contrapor com os motivos que levaram à origem do próprio desporto para deficientes. Senão vejamos, a acessibilidade surge como uma das primeiras preocupações na área da deficiência, seguida pelas questões referentes à formação e ao emprego (Constantino, 2000). Estes aspectos são uma espécie de pré-requisitos para que os indivíduos com deficiência possam exercer os seus direitos como cidadãos. Sendo eles um pressuposto do princípio de igualdade de oportunidades (SNR, 1995), como é que se justifica que a categoria da REABILITAÇÃO apresente ao longo dos três anos estudados, uma das percentagens de ocorrência mais baixas (1988 = 0,71%; 1992 = 4,3% e 1996 = 2,83)?

A acompanhar este possível desaparecimento dos valores reabilitativos encontramos, igualmente, os aspectos CULTURAIS e SIMBÓLICOS que envolvem o fenómeno paralímpico, pois, os resultados obtidos nestas categorias indicam-nos que as mesmas raramente são mencionadas (1988 = 0,1% e 0,82%; 1992 = 0,40% e 1,50%; 1996 = 0,24% e 0,73%). Ainda no âmbito dos valores que movem qualquer fenómeno desportivo mundial, como os Jogos Paralímpicos, encontramos a categoria da IDEOLOGIA que, apesar de não apresentar resultados idênticos às das categorias referidas anteriormente, a percentagem de ocorrência da mesma não é significativa, tendo em conta a sua importância no seio do movimento paralímpico (1988 = 9,38%; 1992 = 9,47% e 1996 = 8,54%).

Vários são os autores, como por exemplo Antonio (1993), Caldas (1989), Constantino (1984b), Esteves (1999) e Seppänen (1987), que realçam o ideário olímpico/paralímpico. Porém, o que se verifica na realidade é que existe uma rara divulgação do mesmo, isto é, de acordo com Caldas (1989) durante os Jogos Olímpicos existem inúmeros assuntos que mereciam uma divulgação mais cuidada e um estudo mais aprofundado (o que raramente acontece),

procurando-se levar junto do público a razão de atitudes e as questões de ética.

Se recordarmos as opiniões de alguns dos autores referenciados no capítulo da revisão da literatura, como por exemplo Byrd (1997), Byrd; McDaniel; Rhoden (1980), Casado; Duncan; Garcilazo (1990), Lachal (1990 e 1991), Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990), entre outros, no que confere à importância da mediatização adequada de assuntos relativos à deficiência e a eles associarmos os benefícios que os indivíduos com estas características usufruem através da prática desportiva, podemos afirmar sem receio que a imprensa deveria divulgar mais vezes as questões ideológicas, culturais, simbólicas e reabilitativas do Desporto para Deficientes. Na nossa opinião, se assuntos relativos à profissão, à educação, à saúde, à acessibilidade e à integração ou inclusão social, fossem mais vezes «discutidos» publicamente, talvez se minimizassem as dificuldades que os cidadãos com deficiência apresentam nestas áreas, pois não deveremos olvidar o papel que os *media* apresentam na influência e mudança de atitudes sociais (Corbett e Ralph, 1990, Elliott e Byrd, 1982 e 1984, Kolucki, 1990 e Mugridge, 1986).

Dentro da componente ideológica analisada, achamos importante salientar alguns aspectos. O paralimpismo é sem dúvida a subcategoria mais focada na notícia (1988 = 2,65%; 1992 = 1,73% e 1996 = 2,88%), contudo, observamos um dado que achamos interessante, embora não seja de todo estranho, e que se refere ao facto do olimpismo marcar presença no meio deste cenário desportivo para indivíduos com deficiências (1988 = 3,36%; 1992 = 0,8% e 1996 = 1,43%). De facto, desde a origem do Desporto para Deficientes que o paralimpismo se encontra associado ao olimpismo, pois não podemos esquecer que os «I Jogos de Stoke Mandeville» coincidiram com a realização, em 1948, dos XIV Jogos Olímpicos de Londres (FPDD, 1996e). Por este motivo há que relembrar, que à semelhança do lema do olimpismo, que é um apelo ao rendimento (*citius, altius, fortius*), é natural que o paralimpismo acabe por reflectir esse mesmo desejo.

Contudo, a ocorrência da ligação entre estes dois fenómenos desportivos, poderá conduzir-nos a uma discussão segundo um duplo ponto de vista, isto é, se por um lado a presença do olimpismo proporcionará ao paralimpismo uma igual condição de fenómeno socialmente importante, por outro lado poderá significar que o mesmo necessite do primeiro para «sobreviver». Por outras palavras, a realização dos Jogos Paralímpicos, ao obedecerem ao mesmo ciclo quadrienal dos Jogos Olímpicos e ao realizarem-se no mesmo lugar utilizando as mesmas infra-estruturas desportivas e logísticas (Carvalho, 1999), catalogam-no não só como um acontecimento de massas mundialmente importante, como traduz a implementação efectiva dos direitos de igualdade para atletas com deficiência. Porém, terminologias como *Jogos Olímpicos*, *olímpico* e *olimpíadas* não ajudarão, igualmente, o leitor a enquadrar e aceitar o fenómeno paralímpico à semelhança dos Jogos Olímpicos?

Se transportarmos esta situação para a realidade, verificamos que o paralimpismo não tem a mesma consideração social do olimpismo, daí que os jornalistas usem os Jogos Olímpicos como forma de chamar à atenção do público para a igual importância deste acontecimento. De facto, torna-se complicado para o público encarar estes dois fenómenos de igual forma, tendo em conta que estas duas competições se realizam em separado, quando actualmente os Jogos Olímpicos e Paralímpicos partilham a mesma organização responsável pela realização dos eventos. Não seria humana e economicamente mais útil que ambos os jogos fossem realizados em simultâneo? Não estaríamos assim a caminhar para a verdadeira integração social dos indivíduos com deficiência, aceitando-os da mesma forma que aceitamos os «outros» atletas?

Numa das nossas experiências pedagógicas, um dos alunos afirmava num trabalho de investigação que paralimpismo era a fusão do termo «paralelo» com «olimpismo». Apesar do desconhecimento demonstrado e da nossa indignação perante tal facto, será que não tem razão? Afinal de contas, hermenêutica e geometricamente falando, não serão os Jogos Paralímpicos uns jogos análogos aos Jogos Olímpicos que, embora se realizem no mesmo espaço, nunca se interceptam, mantendo uma distância social óbvia? Contudo,

se nos recordarmos que uma das manifestações da estrutura social dos Helenos, era a realização em separado dos Jogos Olímpicos dos homens e das mulheres (Esteves, 1999), talvez neste caso, possamos «sonhar» que também um dia o Desporto para Deficientes será reconhecido de forma a ser integrado no mesmo calendário dos jogos dos atletas ditos «normais».

A MORAL é outra subcategoria referenciada no nosso estudo e que, desde 1988 se observa um aumento de ocorrências (1988 = 0,53%; 1992 = 2,17% e 1996 = 2,17%). Presenciamos, então, uma evolução nas pré-concepções existentes na sociedade, face à deficiência, pois de acordo com Pereira (1984) houve épocas em que a mesma constituía um perigo, estando forçosamente ligada à depravação moral. As transformações sociais manifestadas até aos dias de hoje, contribuíram igualmente, para que os indivíduos com deficiência sejam encarados como pessoas que para além de direitos, têm também deveres (Ferreira e Rodrigues, 1997), sendo o dever moral um dos aspectos essenciais não só no âmbito desportivo como também em todas as outras áreas da sociedade. A imprensa, ao divulgar esta faceta de cidadão cumpridor dos seus deveres, está a contribuir para uma mudança efectiva das atitudes do público face à deficiência, o que em nosso entender vem reforçar a opinião de Casado; Duncan; Garcilazo (1990) e do RPPAPM (1989), quando referem que os *media* ao transmitirem imagens positivas das pessoas com deficiência estão a contribuir para a melhoria dessa mesma imagem na sociedade e consequentemente a favorecer a plena integração destes indivíduos.

Associado às questões morais encontramos a PAZ e a ÉTICA. Sendo a Paz uma preocupação central que caracteriza a vida dos povos (Constantino, 1984b) e verificando-se uma diferente hierarquia de valores éticos, parece-nos óbvio que os paralímpicos não ficassem alheios a estas temáticas, acabando por as reflectir, pois verifica-se um aumento de ocorrência destes assuntos desde 1988 (1988 = 0% e 0%; 1992 = 0,36% e 0,93%; 1996 = 0,3% e 0,31%). Mas à semelhança do que acontece com a divulgação dos aspectos morais, estas questões, quando positivamente associadas à deficiência, traduzem-se em efeitos igualmente positivos. Porém, observamos que a ocorrência

percentual destes assuntos são muito raramente focados no fenómeno desportivo de atletas com necessidades especiais.

Castro e Garcia (1998) alegam que, no contexto desportivo, atributos negativos à volta do atleta com deficiência suscitam algumas dúvidas, pois ao fazê-lo estamos a humilhar seres humanos já de si carentes. Tendo em conta a opinião destes autores, pensamos estar perante uma justificação dos motivos que levam a imprensa a usar com maior frequência, uma terminologia moralmente positiva, como por exemplo «bom» e «bem», em detrimento daquela que tem uma carga mais negativa, como «mal» e «mau». Estaremos nós, então, na presença de mais uma evolução nas atitudes sociais ou será que quando pensamos em Paz associamos logo a guerra, o que no caso do indivíduo com deficiência nos parece socialmente inaceitável?

Como já foi referido anteriormente o desporto, independentemente de quem o pratica, reflecte e faz parte das estruturas sociais onde se encontra inserido. Sendo o Desporto para Deficientes um conjunto de actividades desportivas que mantêm o carácter competitivo, organizado, institucionalizado e regulamentado (Silva, 1991), parece-nos lógico, que a imprensa projecte todo o sistema e conjunto de normas e condutas que caracterizam este desporto. Ao fazê-lo reforçam a nossa opinião, já anteriormente transparecida, de que o atleta com deficiência, à semelhança do atleta dito «normal», para além de direitos possui deveres que devem ser cumpridos (e devidamente projectados), ajudando-nos a criar uma imagem e, conseqüentemente, atitudes positivas perante estas populações.

A subcategoria das CAPACIDADES talvez seja, em nosso entender, aquela que deveria ter aumentado ao longo dos três anos analisados, pois se tal acontecesse intensificava a ideia de que os atletas com deficiência, apesar das limitações, têm potencialidades muitas das vezes subaproveitadas (1988 = 0,53%; 1992 = 1,79% e 1996 = 0,68%). Sobre este assunto, o RPPAPM (1989) alega que em matéria de deficiência a informação tende a enfatizar as incapacidades, omitindo muitas das vezes as capacidades. No Desporto para Deficientes, e em particular nos Jogos Paralímpicos, os atletas preparam-se

para participar numa competição de alto nível, objectivando resultados cada vez mais altos, onde todas as capacidades do atleta estão em evidência, tal como acontece com os atletas dos Jogos Olímpicos (Antonio, 1993). Nesta perspectiva e tendo em conta muitas das pré-concepções que existem à volta da deficiência, parece-nos correcto afirmar e concordar com diversos autores, como Figueira (1995) e Casado; Duncan; Garcilazo (1990), alegando que os *media* deveriam de focar as potencialidades dos indivíduos com deficiência, de modo a transmitir ao público uma imagem de cidadãos capazes e válidos à sociedade.

A ideologia e a cultura desportiva sempre associaram o desporto à RELIGIÃO. No entanto, sempre que esta era relacionada à deficiência nem sempre era feita da forma mais positiva, criando estigmas e estereótipos à volta do indivíduo com deficiência (Pereira, 1984 e Silva, 1991). No seio do discurso desportivo jornalístico encontramos, com frequência, termos como «sagrado», «milagre», «salvação», «fé», entre outras, colocando os atletas ao lado de Deus, reflectindo assim o sentido que o desporto tem para o Homem. De acordo com Costa (1994), este é um fenómeno que se desenrola num cenário perfeitamente mítico, tratando um universo povoado de heróis, vistos ora como deuses ora como super-homens.

No contexto desportivo para atletas com deficiência, qualificar estes homens e mulheres como deuses ou heróis não nos parece ser prejudicial, contrariando assim as teorias de Belarmino (1999), Casado; Duncan; Garcilazo (1990), Elliott; Byrd; Byrd (1983), Hulek (1987). A corroborar a nossa opinião, citamos Hendriks (1995), quando refere que o princípio da igualdade reside em tratar assuntos semelhantes de maneira idêntica e os assuntos desiguais, de forma diferente. Nesta linha de pensamento, não estamos de todo errado se afirmarmos que os atletas com deficiência devem receber a mesma projecção por parte dos *media*, pois tratá-los de uma maneira diferente num contexto semelhante é marcar de uma forma negativa a sua diferença.

Mas o herói é um modelo carregado de virtudes, pois não envelhece, não adocece e o seu aspecto exterior é deveras sedutor (Castro e Garcia, 1998).

Esta é a nossa cultura corporal que foi transformada numa mercadoria vendida diariamente pelos meios de comunicação social e onde o corpo do atleta com deficiência não tem lugar. Na nossa opinião, este facto justifica a fraca ocorrência de assuntos relativos ao universo mítico-religioso (1988 = 0%; 1992 = 0,08% e 1996 = 0,17%), pois também ele se relaciona com o processo de identificação numa sociedade que idealiza a beleza e a harmonia das formas como aspiração divina.

Estas questões ESTÉTICAS tornam-se bastante pertinentes num mundo mediatizado como o nosso, sendo, na nossa perspectiva, a explicação para muitas das atitudes mediáticas face à deficiência e ao desporto perspectivado para os indivíduos que a possuem. “O desporto conta uma história onde a beleza plástica é tão importante como o resultado” (Castro e Garcia, 1998, p.208). Como já foi referido em capítulos anteriores, a nossa cultura mediática «educa-nos» através de um determinado conceito de «belo» e «perfeito», desprezando tudo o que se encontra à margem do que a sociedade dita como regra. No nosso estudo a ocorrência de elementos estéticos positivos raramente são focados, pois a noção do «belo», culturalmente, não se associa à imagem do indivíduo com deficiência, muito pelo contrário, este é muitas das vezes usado como exemplo do que socialmente é considerado monstruoso e marginal. Este é sem dúvida um dos aspectos que ainda não conseguimos ultrapassar, pois apesar de se registar um aumento de ocorrências de termos estéticos, este encontra-se longe de ser significativo (1988 = 0%; 1992 = 0,15% e 1996 = 0,06%).

O aumento percentual da ocorrência de dados relativos à IDENTIFICAÇÃO do atleta (ou de outros elementos), nomeadamente, nome, idade e outras características pessoais, revela-nos uma mudança de atitude mediática face a estes indivíduos no contexto desportivo (1988 = 5,84%; 1992 = 8,93% e 1996 = 8,57%). Esta situação, para além de corroborar a teoria de Gaillard (1971) quando alega que os *media* começam a revelar um interesse em divulgar notícias mais concretas e completas, de forma a informar melhor o leitor, afasta-se das que tradicionalmente enfatizavam a deficiência - «Deficientes

asseguram mais ouro»¹¹ - em vez do indivíduo - «Carlos Amaral conquista bronze em Atlanta»¹².

Mas ainda sobre esta necessidade de se divulgar notícias mais detalhadas de modo a informar melhor o público leitor, encontramos no ENQUADRAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL do fenómeno paralímpico alguns dados que corroboram esta nossa opinião. As referências ao local do evento, de que parte do mundo pertence determinado atleta (1988 = 66; 1992 = 321 e 1996 = 418) e as datas de determinados acontecimentos (1988 = 17; 1992 = 32 e 1996 = 74), para além dos objectivos nacionalistas indicados por Seppänen (1987), demonstram o profissionalismo existente na cobertura do evento, dando resposta às questões jornalísticas fundamentais.

Aliada a estas unidades de registo temos a subcategoria da dimensão do fenómeno caracterizada por um aumento de ocorrências (1988 = 26; 1992 = 97 e 1996 = 128), o que na nossa perspectiva é um dado positivo, pois demonstra a expansão, manifestada por Castro (1998), do paralimpismo, e mais concretamente do Desporto para Deficientes, a todos os países e culturas. Por exemplo, os nossos resultados indicam que em 1988 não foi feita nenhuma referência a países, cidades ou naturais de África (0%), no entanto, em 1992 (0,08%) e, com maior frequência, em 1996 (0,28%) já se verificam ocorrências a este continente. As dificuldades sociais, económicas e políticas que a maioria dos países africanos enfrentam, e frequentemente divulgada pelos *media*, tiveram graves repercussões sobre o desporto, particularmente para o perspectivado para indivíduos com deficiência, não tendo acompanhado o desenvolvimento verificado em outras zonas do planeta. Em sociedades subdesenvolvidas como as de África, as questões relativas à prática desportiva surgem, habitualmente, numa linha de preocupações mais recuada. Contudo, sendo certo que as más condições internas desses países originaram um elevado número de indivíduos que requerem necessidades especiais, e

¹¹ Título do artigo publicado no «Diário de Notícias» de 22 de Outubro de 1988.

¹² Título do artigo publicado no jornal «A Bola» de 19 de Agosto de 1996.

reconhecendo-se os benefícios que estes obtêm da prática de actividades desportivas, aceita-se que se unam esforços internos e externos, para tentar colmatar as dificuldades existentes, sendo utilizado o desporto como uma forma de projecção para o mundo, “um campo de verdadeiro desenvolvimento individual e social” (Hasse, 1998, p.124).

A RECREAÇÃO encontra-se igualmente presente no paralimpismo, mas à semelhança do que acontece com a componente reabilitativa, também esta categoria não apresenta ocorrências suficientemente relevantes (1988 = 3,89%; 1992 = 5,11% e 1996 = 3,18%). A pouca importância atribuída a este assunto, reflecte, uma vez mais, o que se passa na realidade e que Marques (2000) corrobora, isto é, toda a sociedade demonstra incapacidade ou desmotivação na promoção e apoio da prática sistemática, durável e frequente de actividades físicas de carácter recreativo. Por outro lado, quando se fala de desporto de alto rendimento para todo e qualquer indivíduo, pensamos não ser de todo erróneo afirmar, que quem está usufruir do verdadeiro momento de lazer é o público, justificando assim os valores obtidos na subcategoria do espectáculo (Triénio = 2,86%); em vez do atleta, pois os dados do lazer inerentes à própria competição e seus principais intervenientes são bem menores (Triénio = 0,19%).

Este assunto do espectáculo encaminha-nos para outra questão que se relaciona com os motivos que levam, ou não, o público a dirigir-se ao estádio paralímpico. O Conselho da Europa (1988) refere que grande parte das disciplinas desportivas para atletas com deficiência, são por si só apreciáveis para atrair um público cativado pelo desporto. Mais tarde Antonio (1993) reforça esta opinião ao alegar que o desporto paralímpico para além de despertar emoção, desperta espectáculo, beleza, esforço e vontade de superação, sendo estes os mesmos factores que determinam o interesse que provocam os Jogos Olímpicos. Perante a convicção destes autores, não nos resta qualquer dúvida que o Desporto para Deficientes pode ser igualmente considerado espectáculo, pois a corroborar esta teoria indicamos o aumento do somatório das unidades de registo que compõem esta categoria (1988 = 15; 1992 = 177 e 1996 = 141).

Contudo, entre os anos de 1992 e 1996, apesar do número de artigos ter aumentado (cf. c/ Quadro 6, p.103), observa-se uma diminuição de ocorrência desta categoria, o que nos leva a questionar se o espectáculo existente é realmente suficiente para movimentar o tão desejado número de pessoas a assistir às provas competitivas? Se, por um lado, concordamos com Antonio (1993) quando refere que nas competições paralímpicas encontramos emoção, esforço e superação, por outro lado, temos de nos conformar que actualmente as questões estéticas tornam-se tão importantes quanto o resultado alcançado. Sobre este assunto, Castro e Garcia (1998) referem que se tentarmos compreender a estética do desporto pelo lado do belo, o que na nossa opinião acontece com grande parte da sociedade, teremos «naturalmente» uma quase rejeição pela prática desportiva dos atletas com deficiência.

Os Jogos Paralímpicos ao constituírem o expoente máximo do fenómeno desportivo para indivíduos com deficiência, justifica que a categoria do DESPORTO PARA DEFICIENTES seja aquela que apresenta uma percentagem de ocorrência mais constante durante os anos estados (1988 = 11,15%; 1992 = 12,22%; 1996 = 11,69%). Contudo, as suas subcategorias revelam-nos dados interessantes que iremos abordar de uma forma mais pormenorizada, pois, para além de reflectir, esclarecer-nos a situação social desta vertente competitiva no nosso país.

As INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS representadas com maior frequência são as associações de deficiência (Triénio = 65), como por exemplo a ACAPO, a APPC, entre outras, registando-se valores mais baixos nos clubes inicialmente fundados para a prática desportiva dos ditos «normais» (Triénio = 47), como por exemplo o FC do Porto. Este facto poderá ser explicado com a própria origem do Desporto para Deficientes que, à semelhança do quadro internacional, teve o seu berço em Centros Hospitalares e de Reabilitação (FPDD, 1996d). Para além da génese desta vertente desportiva, poderemos ainda indicar como justificação para o facto analisado, o próprio sistema organizacional do Desporto para Deficientes, isto é, de acordo com a FPDD, (1996d) as estruturas locais de fomento directo da prática desportiva para as

peças com deficiência, caracterizam-se desde clubes tradicionais, a organismos de e para indivíduos com deficiência e Instituições Particulares de Solidariedade Social, todos eles estruturados por áreas de deficiência.

Mas se os resultados da análise revelam que as associações responsáveis pelas deficiências são as que têm maior representação nos paralímpicos, os mesmos demonstram uma expansão desta vertente desportiva a clubes como o FC do Porto e o Sporting CP, entre outros. Sobre este assunto, Varela (1991, p.56) refere que “no nosso país o Desporto para Deficientes continua ligado prioritariamente à estrutura reabilitativa, contudo existem um número cada vez maior de «clubes comuns»”. Este é um dado que se revela bastante positivo, pois, na nossa opinião, constitui um indicador do desenvolvimento deste fenómeno em Portugal.

Marques (1997) afirma que o Desporto para Deficientes em Portugal tem vindo a atingir níveis de expansão muito importantes, contudo, somos da opinião que aliado à consequência das mudanças das atitudes sociais face a indivíduos com características «diferentes das normais», encontramos ainda todo o suporte legislativo, particularmente aquele que visa o financiamento do Desporto para Deficientes com consequentes benefícios fiscais aos clubes que o fomentam.

Como foi referido no capítulo da revisão da literatura, o sistema de classificação desportiva utilizado para atletas com deficiência é baseado numa CLASSIFICAÇÃO MÉDICO-FUNCIONAL, que é muito diferente da do «outro» sistema desportivo que o público está habituado. O jornalista, ao mencionar as classes, acaba por exercer a tal função pedagógica e cultural referida por Andrade (1995), Graça (1989) e Oliveira; Vieira; Palma (1997), entre outros, informando o leitor que a classificação é feita de acordo com o grau de deficiência do indivíduo. Na nossa opinião, estas situações deveriam ser mais reforçadas (1988 = 1,95%; 1992 = 1,81% e 1996 = 0,30%), pois talvez assim, se começasse a perceber o desporto de alto rendimento dos indivíduos com deficiência numa outra perspectiva, onde os resultados imediatos deixam de ter lugar para passarmos a perceber todo o contexto que o mesmo envolve.

A subcategoria intitulada de DEFICIÊNCIA é o reflexo do processo de evolução da participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos, ou seja, o facto da imprensa, em 1988, fazer referências somente (i) à Paralisia Cerebral, (ii) a indivíduos em cadeira de rodas e à (iii) deficiência/*handicap* em geral e, em 1992 e 1996 já abranger um campo mais vasto dos diversos tipos de deficiência, poderemos afirmar, com alguma convicção, que é fruto da nossa participação paralímpica (v. Anexo 6, p.XXI). Nesta perspectiva, parece-nos compreensível que a imprensa portuguesa relate acontecimentos relativos às categorias em que os nossos atletas se encontram a competir. Este facto não deixa de ser mais uma manifestação do nacionalismo existente, pois acima de tudo, o que interessa aos leitores portugueses, são os acontecimentos dos seus atletas, e a comprová-lo temos a quantidade de espaço jornalístico dedicado ao desporto nacional, comparativamente com o desporto internacional.

Ainda dentro desta subcategoria, gostaríamos de realçar o facto da deficiência motora ser aquela que apresenta maior representação mediática ao longo dos três anos (v. Anexo 5.5, p.IX) Esta situação foi igualmente observada nos estudos realizados por Lachal (1990) e Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990), e que os autores justificam com a existência, na sociedade, do elevado número de indivíduos que possuem esta deficiência, comparativamente com as restantes. Por outro lado, concordamos ainda com Lachal (1990), quando explica que associada à percentagem de indivíduos que possuem uma deficiência motora, encontramos o impacto que a mesma causa no público. De facto, não nos podemos esquecer que a visibilidade imediata de um paraplégico, tetraplégico ou amputado é bem maior que a visibilidade de um indivíduo que tem uma deficiência sensorial, o que apresenta uma maior carga de sensacionalismo ao explorar os sentimentos e reacções provocadas pela condição da pessoa.

Um outro aspecto observado e analisado no nosso estudo relaciona-se com a ocorrência de referências a deficiências não específicas (1988 = 0,18%; 1992 = 0,30% e 1996 = 0,17%). Sobre este assunto, Lachal (1990) e Yoshida;

Wasilewski; Friedman (1990), alegam que a ocorrência de uma terminologia generalista sobre a deficiência está dependente da atenção ou cuidado que os redactores apresentam na transmissão de informações, mais ou menos, concretas e precisas acerca da problemática da deficiência. No caso particular do nosso estudo, é necessário que a notícia seja o mais concreta possível, pois estando o Desporto para Deficientes organizado por grupos de deficiência com características etiológicas semelhantes, e não por modalidades desportivas como no desporto em geral, torna-se imperioso passar essa mesma informação para a sociedade.

Ao termos consciência que o atleta com deficiência gosta de ser conhecido pelas suas características individuais, achamos importante que a sua prestação seja avaliada e comentada de acordo com a área e classe de deficiência em que compete, pois apesar de não alcançar marcas, de natureza quantitativa, iguais às dos atletas «normais», a qualidade do seu feito pode igualar ou mesmo ultrapassar a de outros atletas. Neste âmbito, a imprensa como *opinion former* (Graça, 1989) assume um papel preponderante na alteração e formação da opinião pública sobre o Desporto para Deficientes, permitindo que este ocupe um espaço social equivalente e tão próximo quanto possível do desporto em geral.

Se a crescente presença de diferentes tipos de deficiência justifica a evolução do conteúdo da informação inerente a esta temática, a mesma participação portuguesa nas diferentes modalidades desportivas, explica, de igual forma, o aumento da diversidade de actividades desportivas paralímpicas mediatizadas (v. Anexo 5.5, p.IX-X). Este facto, reflecte, ainda, o desenvolvimento e expansão que o paralimpismo tem vindo a apresentar, quer a nível nacional, quer a nível internacional (Castro, 1998), pois a análise comparativa nos três anos, revela-nos que a abordagem diversificada das modalidades tem vindo a aumentar. Ainda sobre este assunto do desenvolvimento do Desporto para Deficientes, Varela (1991) revela que algumas federações estimulam constantemente a criação de desportos que permitam a participação de todos os indivíduos com deficiência. Mas para que isto aconteça, isto é, para que haja uma adaptação das actividades desportivas de modo a promover a sua

prática mesmo nos casos mais severos, é necessário que a ciência e a tecnologia contribuam com os «produtos» provenientes das suas investigações mais recentes. Neste caso, não estará o Desporto para Deficientes a perder a sua identidade? Por outras palavras, a ciência e a tecnologia ao permitirem que os atletas, com deficiências graves, executem tarefas para além das suas capacidades, não estarão a retirar a espectacularidade e a ideologia deste fenómeno desportivo, transformando-o na realidade num enorme *show* do progresso científico?

Federações como a ISOD discordam desta política de desenvolvimento e estipulam um nível mínimo de funcionalidade para que os atletas possam competir (Varela, 1991). De certa forma, não podemos deixar de concordar com esta teoria, pois, na nossa opinião, ao permitirmos profundas adaptações, com as consequentes alterações, em determinadas actividades desportivas estamos a afastar este desporto do alegado fenómeno espectáculo. Por outro lado, temos de aceitar que estas adaptações exprimem a ideia presente no princípio da igualdade de oportunidade, pois a sociedade deve utilizar todos os recursos de forma a garantir a cada indivíduo uma igual oportunidade de participação. Neste ponto de vista, torna-se urgente tomar decisões sobre o caminho que o Desporto para Deficientes deve levar, pois cada vez mais, parece-nos óbvio que o desenvolvimento deste fenómeno desportivo de forma a abranger os graus de deficiências mais severas, retira um dos valores que determinam a sua mediatização: o espectáculo!

Não obstante o seu desenvolvimento, o fenómeno desportivo para atletas com deficiência, continua a ser uma realidade pouco entendida pela população em geral (Varela, 1991). Perante este facto, somos da opinião que as ocorrências a actividades desportivas específicas (e.g. *boccia* e *goalball*) manifestadas na subcategoria das modalidades, torna a notícia, do paralimpismo, mais rica e completa, corroborando a hipótese anteriormente defendida, de uma informação com carácter pedagógico e cultural. A confirmar este dado, detectamos, em 1996, no *corpus* da notícia, a presença de explicações sobre provas específicas, o que demonstram a evolução do profissionalismo

jornalístico que surge em torno do Desporto para Deficientes (v. Anexo 5.5, p.IX-X).

Quanto ao tipo de MODALIDADES (v. Anexo 5.5, p.IX-X) desportivas mencionadas nos três anos paralímpicos, verificamos uma maior percentagem de ocorrência naquelas que têm maior tradição em Portugal no âmbito da prática geral (e.g. atletismo e futebol) e em que o nosso país apresenta, tradicionalmente, bons resultados em provas internacionais para atletas com deficiência (e.g. *boccia* e natação). A tradição desportiva apresenta-se assim, como um dos factores que induz a mediatização de determinada actividade. Caso contrário, porque razão é que em Portugal os Jogos Olímpicos de Inverno não recebem o mesmo tratamento mediático que os Jogos Olímpicos de Verão?

Graça (1989, p.42) afirma com bastante convicção, que “o que impera no país é o futebol. (...). O futebol é o que o povo quer e lê (...)”. Este desejo social, patente no estudo de Costa; Marques; Mendonça (1980), origina o fatal ciclo vicioso que caracteriza a mediatização desportiva, ou seja, estando os *media* submetidos a imperativos económicos e sendo o futebol o que o leitor procura, é natural que este seja o desporto mais mediatizado. No caso particular do nosso estudo, este desporto não se apresenta como a modalidade mais referida, aliás, esta é até preterida em função de desportos como o atletismo, a natação e o *boccia*.

A razão para este facto reside, não só nos princípios que regem a nossa sociedade de rendimento (e que os *media* acabam por reflectir ao realçar as modalidades onde a eficácia, o rendimento e o progresso estão presentes), como também é resultado do desenvolvimento e da expansão do desporto a todas as áreas e graus de deficiência. Varela (1991) defende que uma das consequências imediatas da evolução das actividades desportivas para atletas com deficiência, é o aparecimento dum número cada vez maior de sistemas classificativos em relação a cada área de deficiência e em relação a cada prova desportiva. Nesta perspectiva, não nos parece de todo erróneo afirmar que modalidades como o atletismo e a natação, sejam aquelas que mais vezes são

referenciadas, pois reflecte verdadeiramente, a opinião defendida por Silva (1991), quando afirma que as modalidades olímpicas para atletas com deficiência, são em número mais elevado que as existentes para atletas ditos «normais». Pretendemos com isto dizer, que a imprensa ao transmitir, intencionalmente, informações completas, de modo a abranger o maior número de actividades competitivas (por área e grau de deficiência), as modalidades que por si só já apresentam mais disciplinas/provas (e.g. atletismo e natação) serão as que maior representação mediática terão.

A diversidade terminológica usada para designar o Desporto para Deficientes, (e.g. desporto adaptado) apenas se encontra em 1988, o que de certa forma nos elucida que os jornalistas desportivos apresentam um certo consenso quando abordam este fenómeno desportivo. Este acordo poderá, traduzir-se em efeitos positivos, pois permite uma melhor identificação do fenómeno por parte do leitor, não criando percepções duvidosas sobre os termos apresentados. Contudo, a presença da terminologia «Desporto para Surdos» (v. Anexo 5.5, p.X), fora do contexto da notícia, suscita-nos algumas dúvidas, isto é, ao concordarmos com a existência de um consenso terminológico que engloba a totalidade das deficiências, qual a razão da utilização do «Desporto para Surdos»?

Em capítulos anteriores afirmamos que os *media* erguem-se como voz de consciência, denunciando atitudes discriminatórias e apelando aos direitos dos cidadãos. Esta afirmação é corroborada por Andrade (1995) e confirmada com a aparição do termo «Desporto para Surdos», pois reflecte o desejo destes indivíduos em fundar uma Federação Portuguesa de Desporto para Surdos distinta da actual FPDD, uma vez que o próprio COI reconhece o CISS como uma organização separada do CIP¹³. Perante esta situação, compreendemos a divisão terminológica manifestada em artigos de 1992, pois ela é, na realidade, um reflexo do apelo à «independência» do «Desporto para Surdos».

¹³ Informação retirada do artigo publicado no jornal «Record» de 29 de Julho de 1996.

Na categoria do SENSACIONALISMO verificamos que apesar de se observar diferenças percentuais ao longo dos três anos, esta variação não é, em nosso entender, significativa (1988 = 7,43%; 1992 = 8,71% e 1996 = 8,10%). Estes valores corroboram as afirmações feitas por alguns autores, como por exemplo Casado; Duncan, Garcilazo (1990), RPPAPM (1989), Revista HELIOS (1990), quando alegam que os *media*, no que respeita à deficiência, têm tendência em divulgar os fenómenos mais notáveis e não os casos «normais». É certo que grande parte dos meios de comunicação social aproveitam-se das notícias sensacionalistas como forma de rentabilizar o capital investido, pois sendo a deficiência uma condição de vida que inspira emoções e sentimentos especiais para com as pessoas com deficiência (e.g. lástima, solidariedade, sentimento de culpa, piedade, curiosidade, etc.), certos meios de comunicação social adoptam orientações deliberadamente sensacionalistas, aproveitando a veia emotiva, para alcançar as audiências e o público leitor.

“(...) Rui Pedroso, o «benjamim» da equipa (...). Oriundo de uma família pobre, perdeu a mãe muito cedo e, já integrado numa vida marginal, fugiu do também mau ambiente que usufruía em casa (...). Durante a «aventura», levada a cabo com outro companheiro de pequenos delitos, aconteceu o infortúnio: uma noite, como muitas outras, sem ter onde pernoitar, deixou-se adormecer em cima de uma linha ferroviária, no Algarve, tendo despertado para o pesadelo de ter ficado sem as duas pernas (acima dos joelhos) e sem o braço esquerdo (acima do cotovelo), após, claro, a passagem de um comboio”¹⁴. Esta história termina com uma mensagem que a nossa cultura mediática já nos habituou, isto é, este é “(...) um daqueles casos em que o «mal» vem para «bem», pois malgrado não haver soluções quanto à recuperação física, o reequilíbrio psicológico e social do jovem foi uma verdadeira surpresa”.

Na nossa opinião, e tendo em conta que se trata de uma reportagem desportiva, não nos parece de todo correcto que a anamnese da deficiência do atleta surja na notícia, realçando, inclusivamente, atitudes que a própria

¹⁴ Texto retirado do artigo publicado no jornal «Record» de 15 de Setembro de 1992

sociedade penaliza, pois segundo o RPPAPM (1989), os *media* devem evitar mencionar estes assuntos da deficiência em reportagens cujas questões centrais não se relacionam com a história a contar. Esta pequena amostra de (des)informação, para além de se encontrar desenquadrada do contexto para o qual foi criada, apresenta-se, ainda, repleta de uma terminologia preconceituosa e, conseqüentemente, negativa, fazendo-nos recordar o pensamento existente na Idade Média (Silva, 1991) e mais tarde recuperado no Iluminismo (Pereira, 1984), de que existe uma relação de causalidade entre as atitudes anti-sociais e a deficiência.

Efectuando uma análise mais detalhada às diferentes subcategorias, que constituem o sensacionalismo, verificamos, então, que os ESTIGMAS e ESTEREÓTIPOS atribuídos aos atletas com deficiência são os que apresentam percentagens de ocorrência mais elevadas (v. Anexo 5.12 p.IXX-XX). Porém, este panorama, salientado na nossa investigação, não é exclusivo do Desporto para Deficientes nem tão pouco do nosso contexto nacional, pois outros autores, como Yoshida; Wasilewski; Friedman (1990) e Gutiérrez e Borrego (1993) observaram estas mesmas posturas em outras áreas da sociedade. Este facto é muito real, mas não compete responsabilizar os *media* para a sua existência, pois a sociedade recebeu como herança toda a cultura do passado que envolve a problemática da deficiência.

O desporto, acaba assim por reflectir, uma vez mais, os preconceitos que rodeiam o indivíduo com deficiência. No entanto, o lado positivo da análise, revela-nos que a tendência percentual desta subcategoria é de diminuir ao longo dos três anos (1988 = 4,42%; 1992 = 3,46% e 1996 = 2,67%). Para além deste dado, encontramos um outro, igualmente importante, que vem corroborar o estudo de Lachal (1990), no que diz respeito à tendência regressiva da sociedade em reduzir as pessoas com deficiência, à própria deficiência (1988= 3,9%; 1992=0,45% e 1996=0,55%). Na nossa opinião, ambas as investigações são representativas de uma evolução, pois os *media* ao minimizarem as tendências estereotipantes e estigmatizantes dos indivíduos com estas características, ajudam a modificar a sua imagem, socialmente deficitária, acabando por favorecer todo o processo de integração.

Mas, se por um lado detectamos uma evolução no reconhecimento social dos indivíduos com deficiência, como cidadãos com potencialidades, por outro lado, teremos de concordar com Lachal (1990) quando refere que essa mesma tendência evolutiva sai prejudicada, se as mensagens dos *media* continuarem a usar terminologias que criam no público a ideia da deficiência como símbolo da diferença e da necessidade. Ao defendermos esta hipótese, não nos resta qualquer dúvida, que apesar de se registar um decréscimo nos valores da subcategoria dos estereótipos e estigmas, estes revelam-se insuficientes perante a ocorrência de palavras que sublinham as dificuldades, a dependência, os sofrimentos físicos, psíquicos e morais, bem como as situações de marginalização, pois sempre que esta desinformação ocorre, acaba por reforçar as posturas preconceituosas já existentes na sociedade. Concordamos, então, com Figueira (1995), quando alega que a imagem da pessoa com deficiência deve ser deliberadamente construída, de uma maneira positiva, caso contrário a sociedade continuará a ver estes cidadãos de acordo com as suas pré-concepções negativas, não importando se isso é intencional ou não.

Mas, o que esperar dos *media*, quando as próprias associações de apoio e protecção à deficiência exibem ou enfatizam os aspectos negativos destes indivíduos, com o propósito de suscitar a compaixão e as dádivas? Se recordarmos o que Casado; Duncan; Garcilazo (1990) referiram acerca deste assunto, facilmente compreendemos porque é que os meios de comunicação social transmitem a imagem do indivíduo com deficiência como alguém que necessita da nossa ajuda para sobreviver. Esta é na realidade uma situação que agrada ambas as partes, isto é, se por um lado temos o interesse do público por questões sensacionalistas (Caldas, 1989 e Costa; Marques; Mendonça, 1980), provocando a sua exploração pelos *media*; por outro lado temos as entidades responsáveis pela deficiência a usarem esse mesmo interesse como forma de promover serviços, arranjar fundos ou melhorar a imagem da sua instituição (Casado; Duncan; Garcilazo, 1990).

Estamos sem dúvida perante um problema difícil de se ultrapassar, pois a nossa cultura do passado, face à problemática da deficiência, conduz-nos a «aceitar» a manipulação das atitudes e comportamentos negativos destes indivíduos, como forma de alcançar o apoio e a generosidade da sociedade.

A utilização, por parte dos *media*, de PERSONALIDADES desportivas¹⁵, artísticas¹⁶, entre outras, para além de promover a imagem dos mesmos, atrai o leitor à notícia, levando-o a comprar o jornal. Este é mais um jogo de *marketing* praticado entre o indivíduo que está a ser mediatizado e o próprio órgão de comunicação social, pois a promoção da imagem de uma pessoa solidária, referida por Casado; Duncan e Garcilazo (1990) e os consequentes benefícios que os *media* retiram dessa notícia sensação, são, em nosso entender, bastante óbvios. Mas se este facto justifica, em parte, o aumento do número de ocorrências de personalidades ao longo dos três anos (1988 = 42; 1992 = 413; 1996 = 970), temos de concordar com Lachal (1990), que o uso de individualidades públicas no âmbito da deficiência reforça positivamente, na sociedade, a ideia de que toda as acções que envolvem os indivíduos com necessidades especiais são de interesse humano, a nível mundial.

As referências ao vocabulário GUERREIRO são uma forma de aumentar o sensacionalismo em torno do fenómeno desportivo, uma vez que ele também se assume como uma actividade puramente simbólica. Contudo, os resultados alcançados corroboram a opinião de Castro e Garcia (1998), quando referem que no Desporto para Deficientes os jornalistas se encontram pouco reticentes na utilização de termos bélicos (1988 = 0,53%; 1992 = 2,41% e 1996 = 1,57%). Se efectuarmos uma análise à situação social actual, verificamos que a sociedade procura por meios legais e morais, reprimir e prevenir todas as formas de confronto e lutas, particularmente contra os grupos com necessidades especiais. Tendo em conta esta forma de pensar e agir, facilmente compreendemos porque é que os *media* não transparecem com

¹⁵ "Domingos Castro a dar apoio moral", in jornal «Record» de 4 de Setembro de 1992.

¹⁶ "O actor Christopher Reeve conhecido mundialmente por ter desempenhado o papel de Super-homem foi o «maestro» da cerimónia de abertura(...)", in jornal «Record» de 17 de Agosto de 1996.

tanta frequência, o carácter guerreiro do Desporto para Deficientes, pois socialmente considera-se inaceitável que estes cidadãos se envolvam em combates, infligindo, mesmo que simbolicamente, a «morte» a seres, seus semelhantes.

Mas se recordarmos, o que já referimos anteriormente, no que concerne ao tratamento idêntico perante assuntos semelhantes (Hendriks, 1995), somos da opinião que o desporto perspectivado para os atletas com deficiência deveria receber a mesma distinção mediática. Caso contrário, estamos a marcar de uma forma negativa a sua diferença, pois reforçamos no público a visão de que estes indivíduos são pessoas, cuja condição não lhes permite encarar a vida com o mesmo optimismo, esperança e entusiasmo, de forma a sentirem-se realizados.

Esta nossa opinião segue a hipótese de Costa (1994), quando refere que estes combates desportivos estabelecem um sistema de comunicação que parece ajudar o homem a sentir-se cada vez mais realizado como ser social e como membro de uma comunidade festiva, cujo destino é lutar até ao fim para alcançarem um triunfo colectivo. Neste panorama, e de acordo com os resultados obtidos da nossa análise, podemos alegar que se regista uma evolução no tratamento mediático do Desporto para Deficientes, pois o número de ocorrências a termos bélicos aumentou desde o primeiro ano estudado (1988 = 3; 1992 = 114; 1996 = 100).

O espaço físico onde se desenrolam todos os encontros desportivos é um espaço privilegiado à busca da «excitação» individual e colectiva, onde as lutas e os combates são permitidos e organizados. Sobre este assunto, Costa (1993a) afirma que o desporto inverte os valores da sociedade global, transformando-o numa actividade contra-social, onde a violência instituída é regulamentada e codificada. Mas se todo este jogo de explosão de fortes emoções é permitido, por outro lado temos de concordar com Esteves (1999), que se essas mesmas emoções ultrapassarem o campo do simbólico, aumentam os riscos de perturbação da ordem social.

No espaço desportivo dedicado a atletas com deficiência, e à semelhança do que referimos para a subcategoria da guerra, esta VIOLÊNCIA, simbólica ou não, constitui, em nosso entender, um acto inconcebível. Esta nossa opinião, justifica, em parte, a diminuição da frequência de ocorrências das unidades de registo que compõem esta subcategoria (1988 = 1,06%; 1992 = 0,61% e 1996 = 0,19%). Contudo, achamos importante realçar que também o parolimpismo começa a ser usado como instrumento da manifestação da violência real (e.g. boicotes e terrorismo), facto este que é rapidamente aproveitado pelos *media*, de forma a criar o sensacionalismo que leve o público a inteirar-se das situações que a sociedade recrimina.

Paralelamente à subcategoria da violência (real), poderemos afirmar com alguma convicção que, a ocorrência mediática da CORRUPÇÃO/FRAUDE e da DESORDEM são aceites, pois não nos poderemos esquecer que os *media* surgem como voz de consciência social, perante as violações dos direitos e deveres do Homem. Esta atitude é, na realidade, a concretização da função atribuída, por Andrade (1995), aos órgãos de comunicação social de sensibilização e responsabilização da sociedade face a certos acontecimentos.

Quem pensava que o parolimpismo era o espelho da moral e do verdadeiro ideário olímpico enganou-se, pois também ele está sujeito a estes «desvios», isto é, de acordo com Costa (1993a), o desporto ao reproduzir espontaneamente as estruturas sociais, aproveita todas as técnicas oferecidas, por essa mesma sociedade, de modo a reproduzir não só os aspectos positivos, como também os negativos. A confirmar esta hipótese, verificamos que a tão mediatizada corrupção e fraude do desporto de rendimento dos ditos «normais» começa a ser igualmente divulgada no Desporto para Deficientes, particularmente a partir de 1992 (v. Anexo 5.12, p.XIX). Parece-nos que este é, sem dúvida, o preço a pagar pela luta por um tratamento semelhante ao do «outro» cenário desportivo de alto rendimento, pois também ele passa a funcionar como o «bode expiatório» da sociedade. Mas a sua aparição mediática na área da deficiência levanta uma questão muito pertinente. Onde se encontram os valores inerentes à saúde do indivíduo, para os quais o Desporto para Deficientes foi criado?

Sobre o aparente aumento da desordem (1988 = 0%; 1992 = 0,19%; 1996 = 0,66%), apenas gostaríamos de referir que a mesma só foi divulgada a partir do momento em que a organização dos paralímpicos passou à responsabilidade do mesmo comité organizador dos Jogos Olímpicos (Carvalho, 1999). No entanto, este facto suscita algumas dúvidas, pois na nossa opinião, as polémicas que envolvem o fenómeno desportivo para atletas com deficiência sempre existiram, o que nos leva a colocar a seguinte questão: não será mais fácil alvejar uma organização internacionalmente reconhecida do que uma com menos poder?

V - Conclusões

V - Conclusões

O bom funcionamento entre os Homens passa impreterivelmente por uma boa comunicação, estando esta intrinsecamente dependente de uma informação transmitida na quantidade e na qualidade adequada. No caso particular da nossa investigação, e de acordo com os resultados obtidos, esta afirmação constitui um pré-requisito fundamental, levando-nos a tecer as seguintes conclusões:

1. Para além de escassa, a divulgação de assuntos sobre o parolimpismo só acontece com a aproximação da realização do evento, o que nos leva a concluir que os *media* não se encontram sensibilizados para este fenómeno, demonstrando esse desinteresse na exígua cobertura mediática do respectivo acontecimento.
2. Apesar de toda esta abnegação podemos afirmar que se manifesta um certo progresso, no tratamento mediático do Desporto para Deficientes, nomeadamente:
 - a) Verifica-se, ao longo dos anos analisados, um aumento do número de artigos fazendo referência aos Jogos Paralímpicos;
 - b) Comparativamente com os jornais de informação geral, os jornais desportivos assumem, actualmente, um papel preponderante na divulgação do fenómeno paralímpico.
 - c) A notícia sobre o parolimpismo começa a ser mais completa e detalhada, registando-se, consequentemente, um aumento na extensão dos artigos com a diminuição da ocorrência de textos de coluna, de pouco conteúdo informativo.
 - d) Os redactores começam a apresentar uma preocupação na elaboração dos artigos, tornando-os mais atraentes e de fácil consulta para o público, pois a ocorrência de títulos que reflectem os interesses dos leitores, a presença de fotografias e dos *Lead's* e a ocorrência de tabelas e quadros descritivos, têm vindo a aumentar ao longo dos três anos estudados.
 - e) Verifica-se uma mudança na atitude mediática face aos indivíduos com deficiência, pois para além do interesse manifestado na divulgação de notícias

referências às provas específicas e ao sistema de classificação), o seu conteúdo informativo começa a afastar-se daqueles que tradicionalmente enfatizam a deficiência em vez do indivíduo.

f) Os jornalistas apresentam um consenso terminológico quando abordam o fenómeno paralímpico, demonstrando o profissionalismo utilizado de forma a evitar, no leitor, a concepção de percepções duvidosas sobre todo este movimento desportivo.

g) Presencia-se uma evolução no reconhecimento social dos indivíduos com deficiência, pois a diminuição das ocorrências das unidades de registo que constituem a subcategoria dos estigmas e estereótipos, levam-nos a esta nossa conclusão.

3. Apesar desta evolução estar patente nos resultados obtidos com a nossa investigação, esta torna-se insuficiente tendo em conta a sua exígua ocorrência, o que nos permite concluir que o tratamento mediático dado ao paralimpismo, confere ao Desporto para Deficientes uma consideração social diferente, com consequentes prejuízos ao desenvolvimento do mesmo, bem como à integração das populações com necessidades especiais. Contudo, não podemos dramatizar nem tão pouco responsabilizar a imprensa pela escassa mediatização destes assuntos, pois ela actua como um espelho da sociedade, cujas mensagens são, na realidade, o produto e reflexo de todo o sistema social, suas formas de pensar e agir, seus defeitos e virtudes. Senão vejamos:

a) A representação mediática do Desporto para Deficientes e, em particular, das pessoas para o qual ele foi perspectivado, ainda se encontra influenciado por uma antiga visão do mundo que os demarca, onde os «defeitos» físicos são a punição pelos pecados cometidos, ou o sofrimento e o infortúnio formam pessoas melhores.

b) A sociedade actual encara o desporto de alto nível, para atletas com deficiência, à luz da lógica do «rendimento», onde os resultados e marcas obtidos sobrepõem-se a todo o contexto em que os mesmos foram alcançados. Neste panorama, podemos concluir que o paralimpismo é igualmente uma representação das exigências sociais, onde o rendimento a superação e o progresso são pré-requisitos fundamentais, ao ponto deste fenómeno se constituir um verdadeiro apelo à máxima *citius, altius, fortius*.

c) No paralimpismo, o interesse manifestado pelos aspectos do rendimento desportivo quando comparados com a indiferença demonstrada pelas questões culturais, simbólicas e ideológicas, reflectem a mudança na escala de valores que se tem vindo a observar no mundo moderno.

d) A sociedade interpreta o Desporto para Deficientes baseando-se em questões performativas e estéticas, provenientes do modelo desportivo dos atletas ditos «normais», em que o resultado imediato é valorizado e onde a beleza não se coaduna com o atleta com deficiência. Caso contrário como se justificariam as elevadas ocorrências a aspectos relacionados com o rendimento desportivo, comparativamente com a escassa presença dos elementos estéticos da competição paralímpica? Este facto traduz inúmeros prejuízos, pois nem os resultados são iguais, nem a beleza estética do movimento ou do atleta é o que a sociedade aceita.

e) O desenvolvimento do desporto de alto rendimento para indivíduos com deficiência apresenta uma evolução de tal ordem, ao ponto de assumir características semelhantes às do «outro» fenómeno desportivo, isto é, o profissionalismo e os interesses nacionais, políticos, e económicos, já são parte integrante do paralimpismo.

f) Ainda à semelhança do que se passa no desporto em geral, concluímos que no Desporto para Deficientes quando os interesses económicos, políticos e nacionalistas são levados ao exagero, são geradores de manifestações negativas, como por exemplo, os casos de *doping*, o chauvinismo e a mediatizada corrupção e fraude e a violência real.

g) Todas as manifestações negativas exteriorizadas no Desporto para Deficientes (de alto nível) são a prova concludente que os valores e motivos que conduziram à sua origem estão a desaparecer. Senão qual a conclusão que se deveria retirar, quando um atleta «apanhado» no controlo anti-dopagem ou envolvido em fraudes, o que é que se encontra a reabilitar, enquanto a sua saúde (física ou psíquica) e a sua imagem social estão a ser destruídas!

4. O nosso estudo permite-nos concluir que os *media* constituem um veículo, por excelência, de divulgação de informação, dando e formando opiniões sobre determinados assuntos, ao ponto de lhes atribuirmos um papel de extrema importância na mudança das atitudes sociais face à problemática da

deficiência. Caso contrário como se explicaria a adopção de medidas políticas e legislativas, no âmbito do Desporto para Deficientes, após a divulgação dos problemas que os atletas com deficiência enfrentam na prática de actividades desportivas? Não será este, então, um elemento precioso que nos permite concluir que, os órgãos de informação deveriam de apresentar com maior regularidade os assuntos relacionados com o Desporto para Deficientes, de forma a influenciar a opinião pública, ao ponto de mudar as atitudes face a estes indivíduos, contribuindo assim para uma melhor integração social dos mesmos?

5. As actividades desportivas para atletas com deficiência recebem um tratamento diferente, no que concerne à utilização de termos bélicos na descrição e caracterização das competições. Por outras palavras, apesar de se assistir a um aumento de referências a termos guerreiros, a sua presença revela-se ainda insuficiente, pois no contexto desportivo qualificar estes homens e mulheres como deuses ou heróis, sem fazer ênfase à deficiência, não traduz qualquer prejuízo uma vez que constitui a efectivação do princípio da igualdade.

6. A mediatização dos Jogos Paralímpicos encontra-se submetida a imperativos de ordem económica e social, isto é, os jornais desportivos ou de informação geral, para além de constituírem uma instituição de utilidade pública são, acima de tudo, uma empresa cujo objectivo é a rentabilização do capital investido. Por exemplo, no caso particular da população envolvida no nosso estudo, concluímos que:

a) Apesar da cobertura mediática ser escassa, a imprensa ao presenciar o crescente desenvolvimento e expansão do Desporto para Deficientes, começa a preocupar-se com as notícias a divulgar, fazendo-o de forma a captar a atenção, pelo menos, desse grupo populacional.

b) No que respeita à deficiência, continua-se a verificar que os *media* têm tendência para divulgarem os fenómenos mais notáveis e não os casos «normais». Estas orientações, deliberadamente sensacionalistas, têm como único objectivo alcançar as audiências e o público leitor, o que causa,

obviamente, prejuízos ao processo de integração das pessoas com deficiência na sociedade.

c) Os valores estéticos, que o nosso estudo revelou estarem (quase) ausentes nos Jogos Paralímpicos, influenciam a cobertura dos acontecimentos desportivos para atletas com deficiência, pois socialmente reconhece-se que a imagem mediática destes indivíduos não constitui uma figura «atraente».

Após estas ilações gostaríamos de apresentar algumas recomendações que poderão trazer alguns benefícios ao desenvolvimento do Desporto para Deficientes, bem como à integração das pessoas com deficiência na sociedade:

1. Não faz sentido reabilitar física, intelectual e profissionalmente o indivíduo com deficiência, se a própria sociedade não participar nesse processo de reabilitação, não só como agente que proporciona as medidas reabilitativas, mas também como elemento alvo de todo esse processo.
2. Numa sociedade de consumo como a nossa, torna-se importante realçar o facto da população com deficiência constituir um grupo de potenciais consumidores.
3. É necessário uma democratização cultural que passe por uma abordagem sistemática de assuntos que interessem todos os indivíduos atingidos pela problemática da deficiência.
4. Com o crescente desenvolvimento do fenómeno desportivo de alto nível, perspectivado para os atletas com deficiência, torna-se importante que a imprensa esclareça todo o contexto que conduz à obtenção das marcas, enviando para a sociedade mensagens completas e sistemáticas.
5. Os atletas com deficiência requerem o mesmo tratamento e projecção mediática dos atletas ditos «normais», quando se encontram num contexto semelhante e um tratamento diferenciado quando as suas necessidades assim o exigem.
6. A interpretação do Desporto para Deficientes não se pode basear nas questões estéticas institucionalizadas, nem tão pouco nas *performances* imediatas, mas sim na interpretação do Homem e da marca como percepção do esforço e da superação alcançada.

7. A prestação do atleta deve ser avaliada e comentada de acordo com a área e classe de deficiência em que compete, pois apesar das marcas alcançadas não serem iguais às dos atletas «normais», a qualidade do seu feito pode igualar ou mesmo ultrapassar a de outros atletas.
8. Os *media* devem reforçar todo o contexto que envolve a competição desportiva para atletas com deficiência (e.g. sistema de classificação, organização desportiva, etc.) levando a opinião pública a perceber este desporto segundo uma perspectiva onde os resultados imediatos não devem ser valorizados. Mas para que isto aconteça é necessário que as instituições e associações responsáveis pelo Desporto para Deficientes colaborem com os órgãos de informação.
9. Os assuntos relacionados com os aspectos reabilitativos, recreativos culturais, simbólicos e ideológicos do desporto devem ser estudados e tratados de uma forma mais cuidada e aprofundada, ajudando a criar na sociedade uma imagem positiva das pessoas com deficiência, favorecendo, desta forma, a plena integração social destes indivíduos.
10. Devemos retratar os atletas com deficiência como membros activos, transmitindo essa imagem para a sociedade, de forma a criar na opinião pública o sentimento de que estes cidadãos são igualmente importantes, produzindo e colaborando para o desenvolvimento social.
11. Os *media* devem focar as potencialidades dos atletas com deficiência, transmitindo-nos a imagem de cidadãos capazes e válidos à sociedade, pois estes indivíduos apesar de limitações apresentam capacidades muitas das vezes subaproveitadas.
12. Os *media* devem evitar mencionar os assuntos relativos à deficiência cujas questões centrais não se relacionam com a história a contar, particularmente aqueles de carácter estereotipante e estigmatizante, pois só assim ajudarão a modificar a sua imagem.
13. A imagem da «diferença» deve ser deliberadamente construída de uma maneira positiva, caso contrário a sociedade continuará a ver estes cidadãos de acordo com as suas pré-concepções negativas, atrasando o processo de integração e o consequente desenvolvimento social.
14. Para se alcançar a tão desejada mediatização do Desporto para Deficientes, é necessário que se tomem medidas urgentes, sendo uma delas

intrínsecas ao próprio fenómeno, isto é, qual o caminho a tomar pelo desporto de alto rendimento para atletas com deficiência? Aquele que garante a igualdade de oportunidades de acesso a todos os graus e tipos de deficiência ou o que «discrimina» alguns em prol do espectáculo desportivo?

Para finalizar, gostaríamos de deixar algumas sugestões, para futuros estudos, que poderão servir para um melhor entendimento de todo o processo de mediatização da deficiência e do desporto perspectivado para ele:

- Tendo em conta a importância dos meios de comunicação social na divulgação e sensibilização de e para determinados assuntos sociais, e verificando-se o crescente desenvolvimento manifestado no Desporto para Deficientes, achamos importante a realização de estudos sistemáticos que relacionem estas áreas.
- Dado que este estudo constitui uma investigação de carácter exploratório, em consequência da quase inexistência de estudos (em Portugal) no âmbito do Desporto para Deficientes e dos *media*, torna-se necessário uma actualização, pois o facto de a análise se restringir aos anos de 1988, 1992 e 1996, poderá apresentar uma limitação nos resultados, uma vez que já se realizaram os Jogos Paralímpicos de 2000, que poderão constituir-se como elemento revelador de novas tendências ou simplesmente corroborar as já indicadas na nossa pesquisa.
- Sendo a televisão um poderoso instrumento de divulgação e transmissão de actividades desportivas, torna-se imperioso que se realizem estudos, com objectivos idênticos aos nossos, não só nos canais gerais como também nos temáticos.
- À semelhança da importância de se realizarem estudos sobre a quantidade e o modo como a informação é divulgada, torna-se igualmente necessário efectuar investigações que confrontem os resultados obtidos, em experiências como a nossa, com as opiniões de todos os intervenientes do processo de mediatização: jornalistas, órgãos de comunicação social, atletas/pessoas com deficiência e instituições e seus principais responsáveis pelas áreas da deficiência.

VI - Bibliografia

1. Afonso, A. (1997). *Análise dos valores olímpicos – na escola e na imprensa desportiva*. Dissertação apresentada com vista à obtenção de grau de Mestre no âmbito do Mestrado em Ciências do Desporto, área de especialização de Desporto para Crianças e Jovens, da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. FCDEF-UP. Porto.
2. Almeida, J. (1988). 8^{os} Jogos Para-olímpicos de Seul. In *Reabilitação – Revista do Secretariado Nacional de Reabilitação*, 2^a Série, nº2, Dezembro. pp.25-29.
3. Almeida, M. (1995). Pessoas excepcionais – o estigma da diferença. In *Integrar*, nº6, Dez.-Mar. pp.10-15.
4. Alves, F. (1994). Os cegos e a prática desportiva. In *Integrar*, nº3, Dez.-Mar. pp.42-45.
5. Alves, F. (2000). Painel: alternativas à competição, novos desafios. In *A recreação e lazer da população com necessidades especiais – Actas*. pp.57-63. FCDEF-UP. Câmara Municipal do Porto. Porto.
6. Andrade, P. (1995). A imprensa – a procura da verdade. In *A imprensa, a rádio e a televisão na escola*. Org. J. Abrantes; C. Coimbra; T. Fonseca. s/l. pp.49-51.
7. António, B. (1993). Olimpíadas/Paraolimpíadas. In *Minusval – Revista del Servicio Social de Minusválidos*, ano XX, nº82, Jan./Fev. pp.98-100.
8. Araújo, L. (1986). *A deontologia da comunicação social*. Lisboa

9. Araújo, J. (1997). Educação física, desportos e desenvolvimento regional. In *Horizonte – Revista de Educação Física e Desporto*, vol. XIV, nº79, Set./Out. pp.35-39.
10. Axelson, P. (1986). Facilitation of integrated recreation. In C. Sherrill (Ed.), *Sport and disabled athletes*, vol.9. Human Kinetics Publishers, Inc. pp.81-89.
11. Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Edições 70. Lisboa.
12. Belarmino, J. (1999). A cegueira como discurso: a reapropriação do estigma pela cultura mediática. In *Luís Braille - revista oficial da ACAPO*, ano IX, nº33, Abr./Mai./Jun. pp.13-15.
13. Bento, J. (1990). À procura de referências para uma Ética do Desporto. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *Desporto. Ética. Sociedade – Actas do forum*. FCDEF-UP. Porto. pp.23-39.
14. Bento, J. (1991). Introdução ao tema Desporto, Saúde e Bem-estar. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *Desporto. Saúde. Bem-estar – Actas das jornadas científicas*. FCDEF-UP. Porto. p.17-26.
15. Bento, J. (1993a). O lugar do corpo – aspectos do tema na pedagogia do desporto. In *Revista «a Razão»*, ano V, nº35, Abr./Mai./Jun. pp.58-61.
16. Bento, J. (1993b). Acerca da necessidade de revitalizar o lema do «desporto para todos». A cidade desportiva. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *A Ciência do Desporto, A Cultura e o Homem*. FCDEF-UP. Câmara Municipal do Porto. Porto. pp.113-121.
17. Bento, J. (1993c). Da cultura lusíada à cultura desportiva. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *A Ciência do Desporto, A Cultura e o Homem*. FCDEF-UP. Câmara Municipal do Porto. Porto. pp.17-30.

18. Bento, J. (1993d). Desporto e reabilitação. In *Integrar*, nº2, Ago.-Nov. p.34.
19. Betti, M. (1993). Cultura corporal e cultura esportiva. In *Revista Paulista de Educação Física*, vol.7, nº2, Jul./Dez. pp.44-51.
20. Boa Forma (2000). Nade bem com o melhor equipamento. In *Revista Viva Melhor em Boa Forma*, ano VI, nº66, Agosto, pp.96-97.
21. Borgoño, J. (1989). Proyecto sobre los discapacitados y el impacto de la comunicación. *Comunicação apresentada no IV Seminario sobre discapacidad e informacion*. RPPAPM. Ministerio dos Assuntos Sociales. Madrid.
22. Byrd, E. (1990). A comparison of characters in feature films who are disabled na able bodied. In *Internacional Journal of Rehabilitation Research*, vol.13, nº3. pp.262-264.
23. Byrd, E. (1997). Television news reports related to disability. In *Internacional Journal of Rehabilitation Research*, vol.20, nº1, Março. pp.81-84.
24. Byrd, E.; McDaniel, S.; Rhoden, R. (1980). Television programming and disability: a ten year span. In *Internacional Journal of Rehabilitation Research*, vol.3, nº3. pp.321-326.
25. Cabezas, G. (1983). La información, instrumento de participación. In *Minusval – Revista del Servicio Social de Minusválidos*, nº41, Julho. p.11.
26. Caldas, L. (1989). O olimpismo e a comunicação social. In *Seminário Desporto e Comunicação Social, Desporto e Sociedade - Antologia de Textos*, nº114. Ministério da Educação. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa. pp.29-36.
27. Calvo, A. (1997). *Desporto para deficientes e a imprensa escrita – análise da evolução dada aos paralímpicos em 4 periódicos nacionais*. Monografia

de licenciatura apresentada na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. Porto. (não publicada).

28. Capinussú, J. (1991). A influência da indústria cultural sobre o desporto. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *As Ciências do Desporto e a Prática Desportiva (vol. II), Desporto de Rendimento, Desporto de Recreação e Tempos Livres – Actas do II Congresso de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa*. FCDEF-UP. Porto. pp.541-550.
29. Cartaxana, R. (1989). Desporto e comunicação social: uma experiência. In *Seminário Desporto e Comunicação Social, Desporto e Sociedade - Antologia de Textos*, nº114. Ministério da Educação. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa. pp.87-94.
30. Carvalho, A. (1985). A função social do campeão. In *Horizonte – Revista de Educação Física e Desporto*, Caderno Especial nº1, Maio. pp.7-10.
31. Carvalho, A. (1987). Capacidades motoras. In *Treino Desportivo*, IIª série, Setembro. pp.24-31.
32. Carvalho, J. (1999). Preparação da Missão Paralímpica Sydney 2000. *Comunicação apresentada no Illrd International Sports Seminar*. ANDDEM. Estoril.
33. Carvalho, J.; Cândido, R.; Almeida, A. (1995). Classificação médico-desportiva. In *FPDD – informação*, nº10. p23.
34. Casado, D. (1995). Comunicación social em discapacidad - posibilidades y exigencias éticas y técnicas de las distintas modalidades de comunicación social. In *Boletín del Real Patronato*, nº31, Agosto. pp.7-11.
35. Casado, D.; Duncan, B.; Garcilazo, H. (1990). Discapacidad e información. *Comunicação apresentada no II Seminario sobre Discapacidad e Información*. RPPAPM. Ministerio dos Assuntos Sociales. Madrid.

36. Castro, J. (1995). Acessibilidade desportiva. In *Integrar*, nº8, Dez.-Mar. pp.44-50.
37. Castro, J. e Garcia, R. (1998). O Desporto, a performance e a estética do corpo diferente. In A. Marques; A. Prista; A. Junior (Eds.), *Educação Física: Contexto e Inovação (vol. I) - Actas do V Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa*. FCDEF-UP. FCEFD-UPM. pp.203-213.
38. Castro, J. (1998). Análise de alguns aspectos da prática desportiva por pessoas deficientes. In *SOBAMA – Revista da Sociedade Brasileira de Atividades Motoras Adaptadas*, vol.3, nº3, Dezembro, pp.31-34.
39. Conselho da Europa (1988). Carta Europeia do Desporto para todos: as pessoas deficientes. In *Desporto e Sociedade – Antologia de Textos*, nº105. Ministério da Educação. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa.
40. Constantino, J. (s/d). Organização e gestão em Desporto – glossário de termos básicos. Documento apresentado na disciplina de Organização e Gestão Desportiva do 3º ano da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. Porto.
41. Constantino, J. (1984a). Los Angeles 84. In *Horizonte – Revista de Educação Física e Desporto*, vol. I, nº2, Jul./Ago. pp.II-III.
42. Constantino, J. (1984b). O olimpismo e a luta pela Paz. In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol.I, nº2, Jul./Ago. pp.V-VIII.
43. Constantino, J. (1990). O valor cultural e ético do espectáculo desportivo na sociedade contemporânea. In J. Bento e A. Marques, *Desporto. Ética. Sociedade – Actas do forum*. FCDEF-UP. Porto. pp.77-86.

44. Constantino, J. (1992). O desporto e a comunicação social. In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol.VIII, nº48, Mar./Abr. pp.203-207.
45. Constantino, J. (2000). O papel das autarquias. In *A recreação e lazer da população com necessidades especiais – Actas*. FCDEF-UP. Câmara Municipal do Porto. Porto. pp.97-99.
46. Corbett, J. e Ralph, S. (1995). The image of charity advertising. In *British Journal of Special Education*, vol.22, nº4, Dezembro. pp.155-160.
47. Costa, A.; Marques, F.; Mendonça, I. (1980). A imprensa desportiva: estudo do trissemanário «A Bola». In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol. IV, nº3, Abr./Jun. pp.47-51.
48. Costa, A. (1990). Repensar a questão ética à luz do fenómeno desportivo moderno. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *Desporto. Ética. Sociedade – Actas do forum*. FCDEF-UP. Porto. pp.60-68.
49. Costa, A. (1991). Saúde, violência e desporto. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *Desporto. Saúde. Bem-estar – Actas das jornadas científicas*. FCDEF-UP. Porto. pp.61-74.
50. Costa, A. (1993a). Cultura desportiva e cultura industrial. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *A Ciência do Desporto, A Cultura e o Homem*. FCDEF-UP. Câmara Municipal do Porto. Porto. pp.41-49.
51. Costa, A. (1993b). A simbólica do recorde na lógica desportiva. In J. Bento e A. Marques, *A Ciência do Desporto a Cultura e o Homem*. FCDEF-UP. Câmara Municipal do Porto. Porto. pp.123-130.
52. Costa, A. (1994). Actividade desportiva e sua força simbólica para a 3ª idade. In A. Marques; A. Gaya; J. Constantino (Eds.), *Physical activity and*

health in the elderly. FCDEF-UP. EGREPA. Câmara Municipal de Oeiras. Oeiras. pp. 521-527

53. Costa, O. (1991). Desporto e qualidade de vida. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *Desporto. Saúde. Bem-estar – Actas das jornadas científicas*. FCDEF-UP. Porto. pp.53-59.
54. Coyer, X. (1995). Desporto e turismo para todos. In *Helioscope*, nº4. pp.12-13.
55. Crespo, J. (1998). O corpo na sociedade actual. In *Anatomias Contemporâneas – O corpo ña arte portuguesa dos anos 90*. Câmara Municipal de Oeiras. Oeiras. pp.14-18.
56. Cruz, P. (1989). Discapacidad en la prensa escrita. *Comunicação apresentada no IV Seminario sobre discapacidad e informacion*. RPPAPM. Ministerio dos Assuntos Sociales. Madrid.
57. Dias, E. (1995). Estudo da organização de um gabinete de apoio ao deficientes na Câmara Municipal do Porto e na dependência do Pelouro do Fomento Desportivo. Monografia de licenciatura apresentada na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. Porto. (não publicada)
58. Dicionário da Língua Portuguesa (1999). Dicionário da Língua Portuguesa. Porto Editora. Porto.
59. Duncan, B. (1989). Una década de cambio: la imagen de las personas com discapacidad em los medios de comunicación durante los años 80. *Comunicação apresentada no IV Seminario sobre discapacidad e informacion*. RPPAPM. Ministerio dos Assuntos Sociales. Madrid.
60. Eco, U. (1995). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Editorial Presença. Lisboa.

61. Elliott, T. (1983). Celluloid images of disability. In *American Rehabilitation*, vol.9, nº4, Out./Nov./Dez. pp.12-15.
62. Elliott, T. e Byrd, E. (1982). Media and disability. In *Rehabilitation Literature*, vol.43, nº11-12, Nov./Dez. pp.348-355.
63. Elliott, T. e Byrd, E. (1984). Video depictions of blindness and attitudes toward media and disability. In *Journal of Rehabilitation*, vol.50, nº1, Jan./Fev./Mar. pp.49-52.
64. Elliott, T.; Byrd, E.; Byrd, P. (1983). An examination of disability as depicted on prime-time television programming. In *Journal of Rehabilitation*, vol.49, nº3, Jul./Agosto/Set., pp.39-42.
65. Esteves, M. (1997). *Estudo da integração da pessoa portadora de deficiência nos ginásios e academias da cidade do Porto*. Monografia de licenciatura apresentada na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. Porto. (não publicada)
66. Esteves, J. (1999). *O desporto e as estruturas sociais – um ensaio sobre a interpretação do fenómeno desportivo*. Edições Universitárias Lusófonas, Lda. Lisboa.
67. Essinague, P. (1974). Relações entre desporto e política. In *Cultura e Desporto*, nº2. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa.
68. FPDD (1996a). Breve história do desporto para deficientes a nível mundial. In *FPDD – informação*, nº15, Julho. pp.11.
69. FPDD (1996b). Organização desportiva mundial para deficientes. In *FPDD – informação*, nº15, Julho. pp.12-14.

- 70.FPDD (1996c). Génese e evolução histórica em Portugal. In *FPDD – informação*, nº15, Julho. pp.15-16.
- 71.FPDD (1996d). Organização do desporto para deficientes em Portugal. In *FPDD – informação*, nº15, Julho. pp.17-18.
- 72.FPDD (1996e). A história dos Jogos Paralímpicos. In *FPDD – informação*, nº15, Julho. pp.19-20.
- 73.FPDD (1996f). Participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos. In *FPDD – informação*, nº15, Julho. pp.21-22.
- 74.FPDD (1996g). X Jogos Paralímpicos Atlanta '96. In *FPDD – informação*, nº15, Julho. p.23.
- 75.FPDD (1996h). Modalidades Paralímpicas. In *FPDD – informação*, nº15, Julho. pp.24-25.
- 76.FPDD (1997). Sydney '2000. In *FPDD – informação*, nº20, Nov/Dez. pp.18-19.
- 77.FPDD (1998). A classificação desportiva como pré-requisito para a competição. In *FPDD – informação*, nº24, Julho. p.7.
- 78.Fernandes, A. (1993a). Comunicar em reabilitação – dos riscos da banalização aos desafios da inovação. In *Integrar*, nº1, Abr.-Jul. pp.9-11.
- 79.Fernandes, A. (1993b). As práticas comunicativas e os desafios da reabilitação. Novas oportunidades ou novos obstáculos?. In *Integrar*, nº2, Ago.-Nov. pp.5-7.
- 80.Fernández, R. (1989). La discapacidad em la prensa escrita: un medio para un fin. *Comunicação apresentada no IV Seminario sobre discapacidad e informacion*. RPPAPM. Ministerio dos Assuntos Sociales. Madrid.

81. Ferreira, A.; Rodrigues, J. (1997). Integração: um caminho de mão dupla. In *SOBAMA – Revista da Sociedade Brasileira de Atividades Motoras Adaptadas*, vol.2, nº2, Novembro. pp.1-3.
82. Ferreira, L. (1993). Desporto para Todos/Desporto Adaptado. In *Integrar*, nº1, Abr.-Jul. pp.42-45.
83. Ferreira, J. (1999). Socialização através da prática desportiva adaptada e motivos de participação em atletas portadores de deficiência mental ligeira. *Comunicação apresentada no IIIrd International Sports Seminar*. ANDDEM. Estoril.
84. Figueira, E. (1995). A imagem do portador de deficiência mental na sociedade e nos meios de comunicação. In *Integração - revista do Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial*, ano 6, nº15. pp.31-33.
85. Fundación ONCE (1993). *Paralimpics '92*. Ed. Enciclopèdia Catalana, S.A. Barcelona.
86. Garcia, R. (s/da). *Desporto para pessoas portadoras de deficiência – uma perspectiva ética*. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. Porto. (não publicado).
87. Garcia, R. (s/db). *Para um desporto referenciado à cultura*. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. Porto. (não publicado)
88. Garcia, R. (2000). Contributo para a conceptualização do tempo livre para pessoas portadoras de deficiências. In *A recreação e lazer da população com necessidades especiais - Actas*. FCDEF-UP. Câmara Municipal do Porto. Porto. pp.49-55.

89. Gaillard, P. (1971). *O jornalismo*. Publicações Europa-América. Mem Martins.
90. Getreces, G. (1983). Deporte y olimpismo? Dos conceptos en crisis? In *Minusport*, nº53. Publicación de la FEDM. pp.43-45.
91. Getreces, G. (1984). Nuestros deporte y la «Tele». In *Minusport*, nº58. Publicación de la FEDM. p.21.
92. Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Celta Editora. Oeiras.
93. Graça, L. (1989). A informação como poder. In *Seminário Desporto e Comunicação Social, Desporto e Sociedade - Antologia de Textos*, nº114, Ministério da Educação. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa. pp.37-44.
94. Grande, N. (1990). Investigação, Desporto e Ética. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *Desporto. Ética. Sociedade – Actas do forum*. FCDEF-UP. Porto. pp.17-22.
95. Grande, N. (1998). O corpo no fim do século. In *Anatomias Contemporâneas – O corpo na arte portuguesa dos anos 90*. Câmara Municipal de Oeiras. Oeiras. pp.18-21.
96. Gravier, G. (1974). O apolitismo da imprensa desportiva. In *Cultura e Desporto*, nº17, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar. Direcção-Geral dos Desportos. pp.5-19.
97. Grawitz, M. (1984). *Métodos y técnicas de las ciencias sociales*. vol. II. Editia Mexicana, S.A. México.
98. Grawitz, M. (1993). *Méthodes des sciences sociales*. Précis Dalloz

99. Guisado, J. (1984). «Minusval», la actualidad hecha información. In *Minusval – Revista del Servicio Social de Minusválidos*, ano XI, nº44, Maio. pp.9-11
100. Guttmann, L. (1977). O desporto para deficientes físicos. In *Antologia Desportiva*, nº7. Ministério da Educação e Investigação Científica. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa.
101. Gutiérrez, A. e Borrego, A. (1993). «Enanos» en la prensa. In *Minusval – Revista del Servicio Social de Minusválidos*, ano XX, nº82, Jan./Fev. pp.102-104.
102. Hatje, M. (1994). O ser psico-social e psico-biológico no processo interdisciplinar entre a educação física e a comunicação social. In *Kinesis*, nº14, Jul./Dez. UFSM. Centro de Educação Física e Desportos. pp.17-26.
103. Hasse, M. (1998). Portugal e o desenvolvimento do desporto em Moçambique. In A. Marques; A. Prista; A. Júnior (Eds.), *Educação Física: contexto e inovação – Actas do V Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa*. FCDEF-UP. FCEFD-UPM. pp. 117-123.
104. Hendriks, A. (1995). Igualdade e integração social de pessoas com «diferentes capacidades». In *Helioscope*, nº4, pp.18-19.
105. Homem, F. (1998). O regresso do corpo no desenvolvimento das práticas desportivo-motoras. In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol. XIV, nº81, Jan./Fev. pp.3-7.
106. Hulek, A. (1987). *The role of mass media in rehabilitation of the disabled*. Documento apresentado ao Centro de Documentação e Informação Técnica do Secretariado Nacional de Reabilitação.

107. INSERSO (1992). *Jornadas de minusvalia y medios de comunicación*. Ministerio dos Assuntos Sociais. Instituto Nacional de Servicios Sociales Madrid.
108. Kirk, S. e Gallagher, J. (1991). *Educação da criança excepcional*. Martins Fontes. São Paulo.
109. Kokaska, C. (1984). Disabled superheroes in comic books. In *Rehabilitation Literature*, vol.45, nº9-10, Set./Out. pp.286-288.
110. Kolucki, B. (1990). Sharing the street – integrating disability awareness into children's television. In *Rehabilitation Digest*, vol.20, nº4. pp.3-7.
111. Koogan Larousse Selecções (1981). Dicionário Enciclopédico. vol II. Selecções do Reader's Digest. Lisboa.
112. Kruse, C. (1991). Educação da saúde como tarefa da actuação pedagógica no desporto. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *Desporto. Saúde. Bem-estar – Actas das jornadas científicas*. FCDEF-UP. Porto. pp.97-110.
113. Lachal, R. (1990). Les personnes handicapées vues par la presse régionale française: constantes et évolutions de 1977 à 1988. In *Handicaps et Inadaptations – Les Cahiers du CTNERHI*, nº51-52, Jul./Dez. pp.1-29.
114. Lachal, R. (1991) Les medias et les handicaps: une enquête dans le sud-est auprès d'associations concernées. In *Handicaps et Inadaptations – Les Cahiers du CTNERHI*, Nº54, Abr.-Jun. pp.65-75.
115. Lannem, A.; Scholtes, V.; Verbessem, P.; Westphal, I. (1999). Integration and inclusion – Reversed integration or minimal disability? In *EUROPC News*, nº4, Jan-Mar. pp.5-7.

116. Lima, T. (1974). O desporto e o seu universo. In *Cultura e Desporto*, nº18, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa.
117. Lindström, H. (1986). Philosophy of sport for the disabled. In A. Vermeer (Ed.), *Sport for the Disabled – RESPO 86*. Arnhem, Netherlands. pp.89-100.
118. Lopes, M. (1993). Do corpo sem retoques. In *Revista da Educação Física*, vol.4, nº1. Universidade Estadual de Maringá. pp.14-18.
119. Lorenzetto, L. (1991). O corpo que joga. O jogo do corpo. In J. Bento e A. Marques (Eds.), *As ciências do Desporto e a Prática Desportiva (vol II), Desporto de Rendimento, Desporto de Recreação e Tempos Livres – Actas do II Congresso de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa*. FCDEF-UP. Porto. pp.531-539.
120. Malveiro, O. (1997). O desporto adaptado. Conceito, evolução e organização internacional. In *Integrar*, nº14, Dez.-Mar. pp.18-20.
121. Manha, J. (1989). Jornalismo (dito) desportivo, a especialização contra a especulação. In *Seminário Desporto e Comunicação Social, Desporto e Sociedade - Antologia de Textos*, nº114, Ministério da Educação. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa. pp.21-28.
122. Marivoet, S. (1998a). Tempos e espaços de realização humana no contexto das novas necessidades sociais. In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol. XIV, nº81. pp.8-11.
123. Marivoet, S. (1998b). *Aspectos sociológicos do desporto*. Livros Horizonte. Lisboa.
124. Marqués, J. (1989). El periodista y la normalización de las deficiencias en los medios de información. *Comunicação apresentada no IV Seminario*

sobre discapacidad e informacion. RPPAPM. Ministerio dos Assuntos Sociales. Madrid.

125. Marques, A. (1993). Desporto, arte e estética. Fronteiras e espaços comuns. In J. Bento e A. Marques (Eds.) *A Ciência do Desporto, A Cultura e o Homem*. FCDEF-UP. Porto. pp.31-39.
126. Marques, A. (1997). Repensar o desporto. In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol. XIII, nº75. pp.3-9.
127. Marques, U. (1998). A exclusão social e a actividade física. In A. Marques; A. Prista; A. Junior (Eds.), *Educação Física: Contexto e Inovação (vol. I) - Actas do V Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa*. FCDEF-UP. FCEFD-UPM. pp.161-176.
128. Marques, U. (2000). Recreação e lazer de populações com necessidades especiais. In *A recreação e lazer da população com necessidades especiais – Actas*. FCDEF-UP. Câmara Municipal do Porto. Porto. pp.27-38.
129. Márquez, N. (1994). *Tú puedes (la azarosa história de los minusvalidos en el deporte)*. Ediciones Morata, S.L. Madrid.
130. Mateev, D. (1975). O movimento olímpico e seu alcance social. In *Cultura e Desporto*, nº24. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa.
131. Maza, J. (1983). El deporte del minusvalido. In *Minusport*, nº49. Publicación de la FEDM. pp.24-25
132. Mcloughlin, B. (1987). Rehabilitation and public mind. In *Rehabilitation Digest*, vol.18, nº1, pp.3-5.

133. Melro, F. (1993). Igualdade e diferença – a pessoa com deficiência e a actividade profissional. In *Integrar*, nº1, Abr.-Jul. pp.30-34.
134. Miragaia, E. (1984). Jogos Olímpicos e desporto na escola. In *Horizonte .- Revista de Educação Física e Desporto*, vol. I, nº2, Jul./Ago. pp.IV-V.
135. Miragaia, E. (1988). Jornalismo desportivo: o assalto do(s) poder(es). In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol. V, nº25, Mai./Jun. pp.6-8.
136. Miragaia, E. (1989). Não há jornalismo onde há dependência. In *Seminário Desporto e Comunicação Social, Desporto e Sociedade - Antologia de Textos*, nº114, Ministério da Educação – Direcção Geral dos Desportos. Lisboa. pp.5-10.
137. Moreira, C. (1984). Programa Olímpico que futuro? As tendências actuais após o Congresso de Baden-Baden. In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol. I, nº2, Jul./Ago. pp.VIII-XII.
138. Moreno, A. (1991). Desporto, saúde e bem-estar. In J. Bento e A. Marques, *Desporto. Saúde. Bem-estar – Actas das jornadas científicas*. FCDEF-UP. Porto. pp.33-40.
139. Mugridge, K. (1986). Broadcasting and disability – room for improvement. In *Radar Contact*, nº50. pp.29-30.
140. Nunes, M. (1999). Os grandes desafios da autarquia no âmbito do desporto. In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol. XV, nº89, Mai./Jun. pp.33-38.
141. Okuma, S. (1992). A prática da atividade física e sua relação com a publicidade de televisão. In *Revista Paulista de Educação Física*, vol.6, nº2, Jul./Dez. pp.29-36.

142. ONU (1981). *Programa mundial da acção relativo às pessoas deficientes*. Secretariado Nacional de Reabilitação. Lisboa.
143. Olin, K. (1999). Desporto, cultura, trabalho e tempos livres. In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol. XV, nº87. pp.37-39.
144. Oliveira, I.; Vieira, A.; Palma, B. (1997). *A integração dos media nas práticas educativas*. Instituto de Inovação Educacional. Lisboa.
145. OMS (1989). *Classificação internacional das deficiências, incapacidades e desvantagens (handicaps) – um manual de classificação das consequências das doenças*. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Secretariado Nacional de Reabilitação. Lisboa.
146. Pereira, L. (1984). Evolução do estatuto do deficiente na sociedade. In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol. I, nº4, Nov./Dez. pp.132-135.
147. Pereira, A. (1998). *Considerações acerca da relação corpo e desporto numa perspectiva ecológica*. Dissertação apresentada com vista à obtenção de grau de Mestre em Ciências do Desporto na área de especialização de Recreação e Lazer. FCDEF-UP. Porto.
148. Pólvora, F. (1989). A sociedade e a deficiência. In *Reabilitação – Revista do Secretariado Nacional de Reabilitação*, 2ª Série, nº5, 3º trimestre. pp.30-33.
149. Portano, L. (1989). *Campañas publicitárias relativos a la discapacidad. Comunicación apresentada no IV Seminario sobre discapacidad e informacion*. RPPAPM. Ministerio dos Assuntos Sociales. Madrid.

150. Portela-Carreiro, M. (1991). Jornadas sobre minusvalia y medios de comunicación. In *Minusval – Revista del Servicio Social de Minusválidos*, ano XVIII, nº72, Julho. pp.53-56.
151. Portocarrero, M.; Ferreira, F. (1999). Inclusão no desporto. *Comunicação apresentada no IIIrd International Sports Seminar*. ANDDEM. Estoril.
152. Potter, J. (1975). Activité motrices et fonctionelles et sports pour handicapés, In *Activités physiques et sportives pour infirmés moteurs cerebraux*. Université Libre de Bruxelles. Bruxelles.
153. Potter, J. (1985). Education Physiques et Sport pour les Handicapées. In *Handicaps et Inadaptations – Les Cahiers du CTNERHI*, nº30, p.3-16.
154. Potter, J. (1987). Desporto para deficientes. In *Desporto e Sociedade – antologia de textos*, nº57. Ministério da Educação. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa.
155. RPPAPM (1989). Discapacidad e medios de informacion. *Comunicação apresentada no IV Seminario sobre discapacidad e informacion*. RPPAPM. Ministerio dos Assuntos Sociales. Madrid.
156. (Revista) HELIOS (1989). Desporto para as pessoas deficientes! In *(Revista) HELIOS*, nº1. p.15.
157. (Revista) HELIOS (1990). Deficiência e os media: a imagem nem sempre é agradável de ver... In *(Revista) HELIOS*, nº5, 2ºano. pp.14.
158. Rios, C. (1974). O desporto na imprensa: uma epopeia em cada sete dias. In *Popularidade do Desporto, Cultura e Desporto*, nº9. Org. G. Magnane. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Estado dos Desportos e da Acção Social. Lisboa. pp.39-44.

159. Rio, P. (1989). Análisis del tratamiento de la discapacidad em los medios de información. *Comunicação apresentada no IV Seminario sobre discapacidad e informacion*. RPPAPM. Ministerio dos Assuntos Sociales. Madrid.
160. Romão, P. e Pais, S. (1999). *Desporto, Blocos I/II/III*. Porto Editora. Porto.
161. Ruffner, R. (1987a). Disability journalism. In *Rehabilitation Digest*, vol.18, nº3. pp.18-19.
162. Ruffner, R. (1987b). 504 and the media: legitimizing disability. In *American Rehabilitation*, vol.13, nº2, Abr./Jun. pp.4-7.
163. Saint-Martin, P.; Lachal, R. (1985). Les personnes handicapées vues par la presse régionale française. In *Handicaps et Inadaptation – les Cahiers du CTNERHI*, nº31, Jul/Sept. pp.3-17.
164. Seabra, A. (1995). *Estudos comparados*. Documento de apoio à disciplina de Estudos Comparados do 4º ano do Instituto Superior da Maia. ISMAI.
165. SNR (1995). Normas sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. In *Cadernos SNR*, nº3. Secretariado Nacional de Reabilitação. Lisboa.
166. SNRIPD (1997a). Educação - benefícios para pessoas com deficiência. In *Folhetos SNR*, nº14. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Lisboa
167. SNRIPD (1997b). Cultura, desporto e lazer – benefícios para pessoas com deficiência. In *Folhetos SNR*, nº15. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Lisboa

168. SNRIPD (1997c). Saúde – benefícios para pessoas com deficiência. In *Folhetos SNR*, nº17. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Lisboa
169. Selecções do Reader's Digest (1984). *Enciclopédia médica ilustrada para a saúde da família*. Lisboa.
170. Seppänen, P. (1987). As olimpíadas – uma perspectiva sociológica. In *Desporto e Sociedade – Antologia de textos*, nº9. Ministério da Educação. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa.
171. Serpa, V. (1989). Jornalismo desportivo, democracia e desenvolvimento. In *Seminário Desporto e Comunicação Social, Desporto e Sociedade - Antologia de Textos*, nº114, Ministério da Educação. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa. pp.95-103.
172. Silva, A. (1999). Patrocínio ao desporto – objectivos das empresas. In *Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto*, vol. XV, nº8, Jan./Fev. pp.28-36.
173. Silva, J. (1993). A educação para o corpo e a alma – interioridade e exterioridade. In *Revista «a Razão»*, ano V, nº36, Jul./Ago./Set.
174. Silva, M. (1991). *Desporto para deficientes – corolário de uma evolução conceptual*. Dissertação apresentada às Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto. FCDEF-UP. Porto.
175. Silva, M. (1992). *O Porto e o desporto – desporto para deficientes: uma análise da sua evolução*. Câmara Municipal do Porto. Porto.
176. Silva, M. (1993). Um meio privilegiado de integração social. In *Integrar*, nº2, Ago.-Nov. pp.35-39.

177. Silva, M. (2000). Reabilitação, educação especial e actividade física. In *A recreação e lazer da população com necessidades especiais - Actas*. FCDEF-UP. Câmara Municipal do Porto. Porto. p.39-46.

178. Simões, S. (1999). «Super-homens» à conquista de Sydney. In (*Revista*) *Desporto*, ano II, nº4, Abril. pp.20.

179. Tavares, G. (1995). Comunicação e informação – o embuste das novas tecnologias e a nova máscara do poder. In *Ludens*, vol.15, nº3, Jul.-Set., pp.18-23.

180. Titiev, M. (1992). *Introdução à antropologia cultural*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

181. USJDF (1976). As responsabilidades dos jornalistas - ensaio apresentado pela União Sindical dos Jornalistas Desportivos de França. In *Cultura e Desporto*, nº44. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Estado dos Desportos e da Acção Social. Direcção Geral dos Desportos. pp.5-49

182. Yoshida, R.; Wasilewski, L.; Friedman, D. (1990). Recent newspaper coverage about persons with disabilities. In *Exceptional Children, The Council for Exceptional Children*, vol.56, nº5, Feb. pp.418-423.

183. Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In *Metodologia das Ciências Sociais*. Org. A. Silva e J. Pinto. Edições Aportamento. Porto. pp.101-128

184. Varela, A. (1991). Desporto para as pessoas com deficiência, expressão distinta do desporto. In *Educação Especial e Reabilitação*, vol.1 nº5 e 6, Jun./Dez. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana. pp.53-62.

185. Vilela, A. (1999). Desporto – o «doping» veio para ficar. In *Notícias Magazine*, nº360, suplemento do Jornal de Notícias nº314/111.
186. Weiss, M.; Curtis, K. (1986). Controversies in medical classification of wheelchair athletes. In C. Sherrill (Ed.) *Sport and disabled athletes*, vol.9. Human Kinetics Publishers, Inc. pp.93-100.
187. Welky, D. (1998). Culture, media and sport: National Police Gazette and the creation of na american working-class world. In *Culture, Sport, Society*, vol.I, nº1, Maio. A Frank Cass Journal.pp.78-100.
188. Winnick, J. (1990). History, Legislation and professional resources. In J. Winnick (Ed.), *Adapted Physical Education and Sport*. Human Kinetics Books. Champaign, Illinois. pp.3-17.
189. Zeferino, J. (1989). Para um desporto novo, uma comunicação social nova. In *Seminário Desporto e Comunicação Social, Desporto e Sociedade - Antologia de Textos*, nº114. Ministério da Educação. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa. pp.11-20.

Periódicos

1. Diário de Notícias, 22/10/1988
2. Record, 04/09/1992
3. Record, 15/09/1992
4. Record, 29/07/1996
5. Record, 17/08/1996
6. A Bola, 19/08/1996

Outros

1. *Lei nº 9/89 de 2 Maio*, in *Diário da República*, Iª Série, nº 100, pp.1796-1799.
2. *Decreto-Lei nº 319/91 de 23 de Agosto*, in *Diário da República*, Iª Série – A, nº 193, pp. 4389-4393.
3. *Desp. 173/ME/91 de 23 de Outubro*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 244, p. 10602.
4. *Desp. Conj. 26/ME/MESS/95 de 7 de Abril*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 83, p. 3837.
5. *Decreto-Lei nº 125/95 de 31 de Maio*, in *Diário da República*, Iª Série - A, nº 126.
6. *Contrato-programa de 25 de Agosto de 1995*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 196, pp. 10220(42)- 10220(43).
7. *Contrato-programa de 25 de Agosto de 1995*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 196, pp. 10220(70)- 10220(71).
8. *Desp. 60/95 de 21 de Outubro*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 244, p. 12573.
9. *Contrato-programa de 1 de Março de 1996*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 52, pp. 3018(82)- 3018(84).
10. *Contratato-programa de 1 de Abril de 1996*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 78, p. 4056(71).

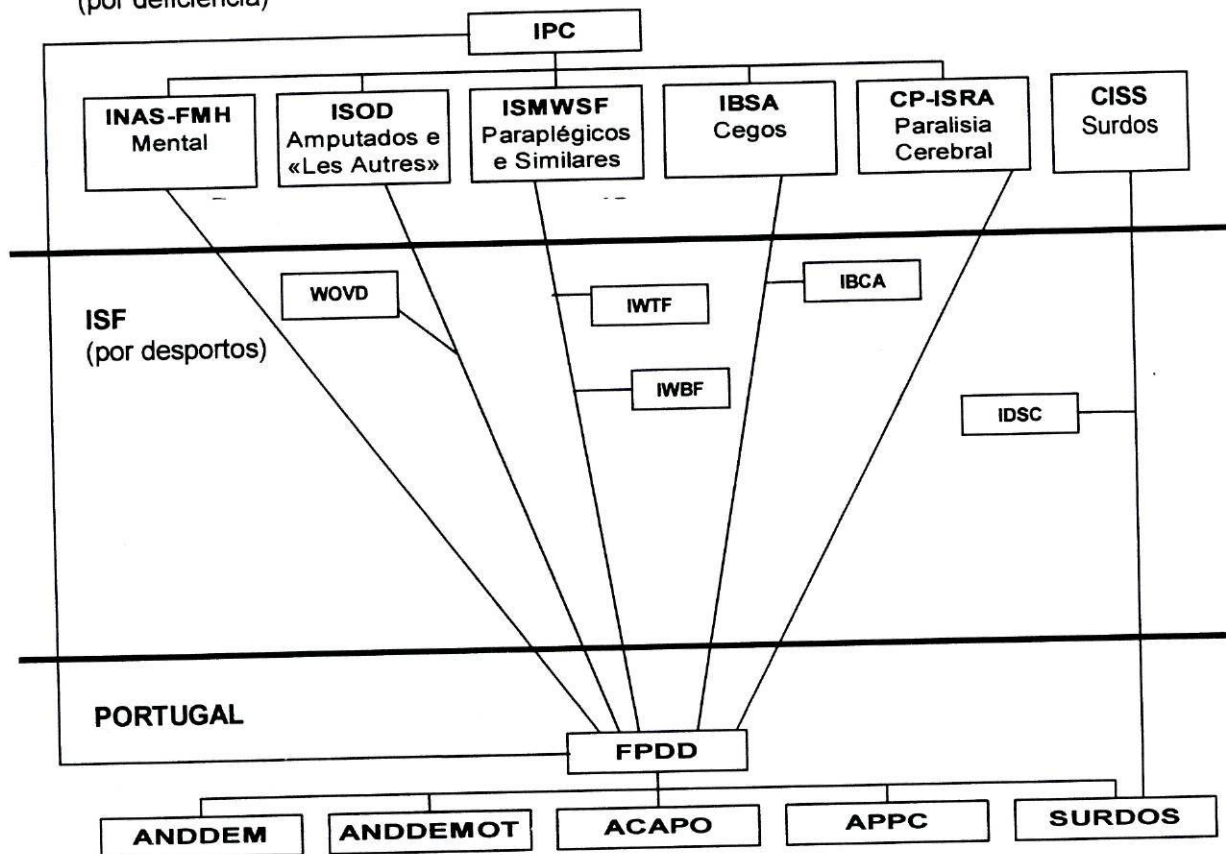
11. *Contratato-programa de 1 de Abril de 1996*, in Diário da República, IIª Série, nº 78, p. 4056(119).
12. *Contratato-programa de 1 de Abril de 1996*, in Diário da República, IIª Série, nº 78, p. 4056(123).
13. *Contratato-programa de 1 de Abril de 1996*, in Diário da República, IIª Série, nº 78, p. 4056(147).
14. *Contratato-programa de 1 de Abril de 1996*, in Diário da República, IIª Série, nº 78, pp. 4056(172)- 4056(173).
15. *Contratato-programa de 1 de Abril de 1996*, in Diário da República, IIª Série, nº 78, pp. 4056(206)-4056(207).
16. *Contratato-programa de 1 de Abril de 1996*, in Diário da República, IIª Série, nº 78, p. 4056(219).
17. *Contratato-programa de 1 de Abril de 1996*, in Diário da República, IIª Série, nº 78, pp. 4056(231)- 4056(232).
18. *Contratato-programa de 1 de Abril de 1996*, in Diário da República, IIª Série, nº 78, pp. 4056(245)- 4056(246).
19. *Contratato-programa de 1 de Abril de 1996*, in Diário da República, IIª Série, nº 78, pp. 4056(268)- 4056(269).
20. *Contratato-programa de 4 de Julho de 1996*, in Diário da República, IIª Série, nº 153, p. 8994(121).
21. *Contratato-programa de 4 de Fevereiro de 1997*, in Diário da República, IIª Série, nº 29, p. 1458(131).

22. *Contratato-programa de 4 de Fevereiro de 1997*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 29, pp. 1458(135)-1458(136).
23. *Portaria nº 393/97 de 17 de Junho*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 137, pp. 2923-2924.
24. *Despacho conjunto nº 486/97 de 27 de Novembro*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 275, pp. 14606
25. *Contrato nº 969-BG/97 de 29 de Dezembro*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 299, pp. 15810(52)-15810(53).
26. *Contrato nº 969-BJ/97 de 29 de Dezembro*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 299, pp. 15810(53)-15810(54).
27. *Contrato nº 337/98 de 26 de Março*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 299, pp. 3867-3868.
28. *Contrato nº 1066-BG/98 de 11 de Agosto*, in *Diário da República*, IIª Série, nº 299, p. 11422(36).

Organogramas do Desporto para Deficientes

Jogos Paralímpicos

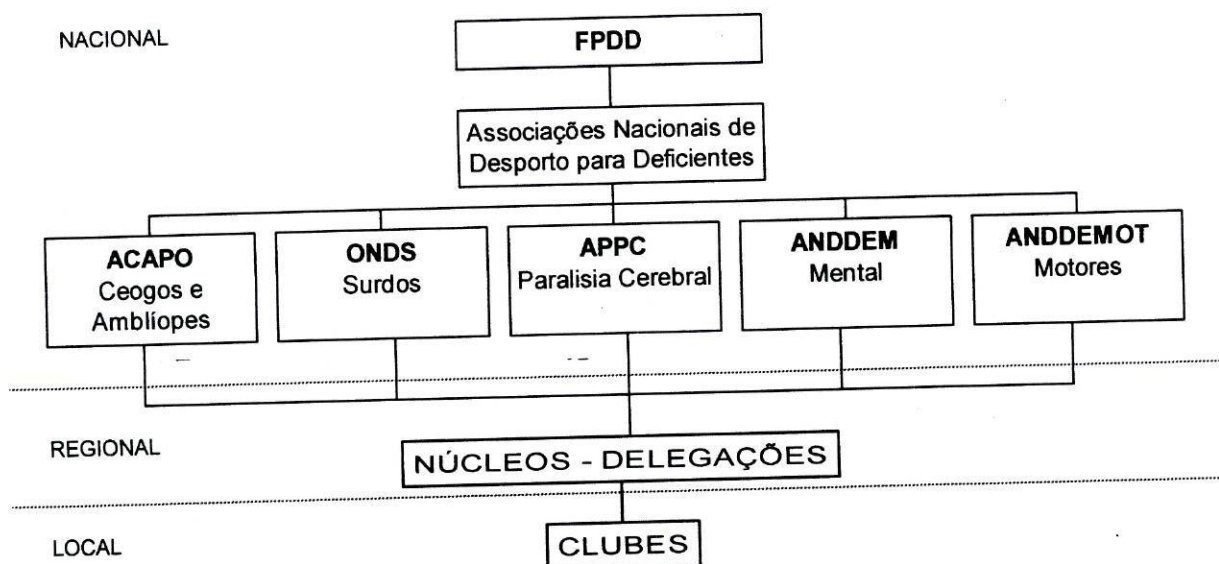
ISOD
(por deficiência)



IPC – International Paralympic Committee
INAS-FMH – Inter Sports Federations for Persons with Mental Retardation
ISOD – International Sports Organisation for Disabled
ISMWSF – International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation
IBSA – International Blind Sports Association
CP-ISRA –Cerebral Palsy International Sports Recreation Association
CISS – Comité International des Sports des Sourds
WOVD – World Organization Volleyball for Disabled
IWTF – International Wheelchair Tennis Federation

IBCA – International Blind Chess Association
IDSC – International Deaf Silent Chess
IWBF – International Wheelchair Basketball Federation
ISF – International Sport Federation
FPDD – Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes
ANDEMOT – Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Motora
ANDEM – Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Mental
ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal
APPC – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral

Anexo 1.2. Organograma nacional do Desporto para Deficientes (adaptado da FPDD, 1997)



Legenda:

FPDD – Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes
ONDS – Organismos Nacionais de Desporto para Surdos
APPC – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral
ANDDEM – Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Mental
ANDDEMOT – Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Motora

Anexo 2

Quadro das modalidades paralímpicas distribuídas por deficiência
(adaptado de Carvalho, 1999)

Modalidade	IBSA Cegos	ISMWSF Paraplégicos Tetraplégicos	ISOD Amputados Les Autres	CP-ISRA Paralisia Cerebral	INAS-FMH Mental
Atletismo	X	X	X	X	X
Basquetebol		X	X	X	X
<i>Boccia</i>				X	
Ciclismo	X	X	X	X	
Equitação		X	X	X	
Esgrima		X	X	X	
Futebol				X	
<i>Goalball</i>	X				
Halterofilia		X	X	X	
Judo	X				
Natação	X	X	X	X	X
Raguebi		X	X	X	
Ténis		X	X	X	
Ténis de Mesa		X	X	X	X
Tiro com Arco		X	X	X	
Tiro Olímpico		X	X	X	
Vela		X	X	X	
Voleibol		X	X	X	

Anexo 3

Número de periódicos publicados por ano

Periódicos	Ano		
	1988	1992	1996
A Bola	156	208	366
Record	156	208	366
Jornal de Notícias	366	366	366
Diário de Notícias	366	366	366
Total Jornais Desportivos	312	416	732
Total Jornais Inf. Geral	732	732	732
Total por ano	1044	1148	1464
Total pesquisado		3656	

Anexo 4

Tabelas dos resultados da análise de conteúdo

Anexo 4.1. Tabela dos resultados da análise de conteúdo dos títulos e sub-títulos

Categoria	1988		1992		1996		Triénio	
	n = 36		n = 155		n = 348		n = 539	
	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
NACIONALISMO	4	11,11	14	9,03	26	7,45	44	8,15
CULTURAL	0	0,00	0	0,00	2	0,57	2	0,37
SIMBOLOGIA	0	0,00	3	1,94	4	1,15	7	1,30
IDENTIFICAÇÃO PESSOAL	0	0,00	6	3,87	13	3,72	19	3,52
DESPORTO PARA DEFICIENTES	2	5,56	7	4,52	21	6,02	30	5,56
ENQUADRAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL	10	27,78	36	23,23	49	14,04	95	17,59
RECREAÇÃO	1	2,78	9	5,81	12	3,44	22	4,07
RENDIMENTO	10	27,78	43	27,74	113	32,38	166	30,74
REABILITAÇÃO	0	0,00	2	1,29	7	2,01	9	1,67
ORGANIZAÇÃO DESPORTIVA	0	0,00	8	5,16	23	6,59	31	5,74
IDEOLOGIA	1	2,78	22	14,19	50	14,33	73	13,52
SENSACIONALISMO	8	22,22	5	3,23	29	8,31	42	7,78
TOTAL	36	100	155	100	349	100	540	100

Anexo 4.2. Tabela dos resultados da análise de conteúdo dos Lead's

Categoria	1988		1992		1996		Triénio	
	n = 11		n = 160		n = 398		n = 569	
	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
NACIONALISMO	1	9,09	8	5,00	37	9,3	46	8,08
CULTURAL	0	0,00	0	0,00	5	1,26	5	0,88
SIMBOLOGIA	0	0,00	1	0,63	4	1,01	5	0,88
IDENTIFICAÇÃO PESSOAL	0	0,00	14	8,75	18	4,52	32	5,62
DESPORTO PARA DEFICIENTES	2	18,18	32	20	45	11,31	79	13,88
ENQUADRAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL	2	18,18	15	9,38	40	10,05	57	10,02
RECREAÇÃO	0	0,00	5	3,13	18	4,52	23	4,04
RENDIMENTO	4	36,36	49	30,63	126	31,66	179	31,46
REABILITAÇÃO	0	0,00	3	1,88	3	0,75	6	1,05
ORGANIZAÇÃO DESPORTIVA	1	9,09	12	7,5	42	10,55	55	9,67
IDEOLOGIA	0	0,00	8	5	42	10,55	50	8,79
SENSACIONALISMO	1	9,09	13	8,13	18	4,52	32	5,62
TOTAL	11	100	160	100	398	100	569	100

Anexo 4.3. Tabela dos resultados da análise de conteúdo do corpo dos artigos

Categoria	1988		1992		1996		Triénio	
	n = 565		n = 4739		n = 6356		n = 11660	
	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
NACIONALISMO	20	3,54	199	4,20	282	4,44	501	4,30
CULTURAL	0	0,00	20	0,42	10	0,16	30	0,26
SIMBOLOGIA	5	0,88	72	1,52	44	0,69	121	1,04
IDENTIFICAÇÃO PESSOAL	33	5,84	423	8,93	545	8,57	1001	8,58
DESPORTO PARA DEFICIENTES	63	11,15	579	12,22	743	11,69	1385	11,88
ENQUADRAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL	88	15,58	379	8,00	589	9,27	1056	9,06
RECREAÇÃO	22	3,89	242	5,11	202	3,18	466	4,00
RENDIMENTO	183	32,39	1237	26,1	2102	33,07	3522	30,21
REABILITAÇÃO	4	0,71	204	4,30	180	2,83	388	3,33
ORGANIZAÇÃO DESPORTIVA	52	9,20	522	11,01	601	9,46	1175	10,08
IDEOLOGIA	53	9,38	449	9,47	543	8,54	1045	8,96
SENSACIONALISMO	42	7,43	413	8,71	515	8,10	970	8,32
TOTAL	565	100	4739	100	6356	100	11660	100

Anexo 5

Resultados da análise de conteúdo ao corpo dos artigos

Anexo 5.1. Categoria do Nacionalismo

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
NACIONALISMO		20	3,54	199	4,20	282	4,44	501	4,30
	Nação	20	3,54	199	4,20	282	4,44	501	4,30
	Portugueses	15	2,65	86	1,81	124	1,95	225	1,93
	Portugal	3	0,53	48	1,01	90	1,42	141	1,21
	Nacional	1	0,18	33	0,70	57	0,90	91	0,78
	Lusitano	-	-	29	0,61	6	0,09	35	0,30
	Patriótico	1	0,18	1	0,02	3	0,05	5	0,04
	Quinas	-	-	2	0,04	-	-	2	0,02
	Povo	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Nação	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01

Anexo 5.2. Categoria do Cultural

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
CULTURAL		0	0,00	20	0,42	10	0,16	30	0,26
	Cultura	0	0	20	0,42	10	0,16	30	0,26
	Tradição	-	-	4	0,08	7	0,11	11	0,09
	Artesanato	-	-	8	0,17	-	-	8	0,07
	Gastronomia	-	-	6	0,13	-	-	6	0,05
	Ritual	-	-	2	0,04	-	-	2	0,02
	Coubertin	-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
	História	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01

Anexo 5.3. Categoria da Simbologia

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
SIMBOLOGIA		5	0,88	72	1,52	44	0,69	121	1,04
	Símbolos	5	0,88	72	1,52	44	0,69	121	1,04
	Estádio	2	0,35	23	0,49	13	0,20	38	0,33
	Aldeia Paralímpica	-	-	13	0,27	3	0,05	16	0,14
	Hino	1	0,18	8	0,17	6	0,09	15	0,13
	Bandeira	-	-	10	0,21	4	0,06	14	0,12
	Aldeia Olímpica	-	-	2	0,04	7	0,11	9	0,08
	Mascote	-	-	9	0,19	2	0,03	11	0,09
	Chama	1	0,18	3	0,06	2	0,03	6	0,05
	Símbolo	-	-	4	0,08	1	0,02	5	0,04
	Pira Olímpica	1	0,18	-	-	1	0,02	2	0,02
	Porta-estandarte	-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
	Traje Oficial	-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
	Facho	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01

Anexo 5.4. Categoria da Identificação

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
IDENTIFICAÇÃO		33	5,84	423	8,93	545	8,57	1001	8,58
	Identidade do atleta	33	5,84	373	7,87	490	7,71	896	7,68
	Identificação do atleta	33	5,84	346	7,30	459	7,22	838	7,19
	Idade do atleta	-	-	21	0,44	30	0,47	51	0,44
	Características do Atleta	-	-	6	0,13	-	-	6	0,05
	Estado Civil	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Identid. Outros elementos	0	0	50	1,06	55	0,87	105	0,90
	Elementos da delegação	-	-	49	1,03	55	0,87	104	0,89
	Membros da Organização	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01

Anexo 5.5. Categoria do Desporto para Deficientes

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
DESPORTO PARA DEFICIENTES		63	11,15	579	12,22	743	11,69	1385	11,88
	Class. Médico-funcional	11	1,95	86	1,81	19	0,30	116	0,99
	Classif. ISMWSF	-	-	52	1,10	-	-	52	0,45
	Classif. Defic. Visual	-	-	25	0,53	-	-	25	0,21
	Classif. Paral. Cerebral	10	1,77	1	0,02	7	0,11	18	0,15
	Classes	1	0,18	8	0,17	9	0,14	18	0,15
	Perfil funcional	-	-	-	-	3	0,05	3	0,03

Categoria	1988		1992		1996		Triénio	
	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
(cont.)								
Instituições Desportivas	7	1,24	58	1,22	48	0,76	113	0,97
Associação de deficiência	3	0,5	33	0,70	29	0,46	65	0,56
FC Porto	4	0,7	17	0,36	5	0,08	26	0,22
Sporting CP	-	-	7	0,15	-	-	7	0,06
Geslours	-	-	-	-	5	0,08	5	0,04
ABVE	-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
Outras Clubes	-	-	1	0,02	5	0,08	6	0,05
Nº clubes c/ Desp. Adaptado	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
Qualificação Desportiva	0	0	3	0,06	10	0,16	13	0,11
Acreditação	-	-	1	0,02	7	0,11	8	0,07
Quotas	-	-	2	0,04	3	0,05	5	0,04
Deficiência	5	0,88	83	1,75	191	3,01	279	2,39
Cego	-	-	5	0,11	37	0,58	42	0,36
Amputado	-	-	8	0,17	22	0,35	30	0,26
Invisual	-	-	4	0,08	19	0,30	23	0,20
Paraplégico	-	-	1	0,02	9	0,14	10	0,09
Surdo	-	-	4	0,08	6	0,09	10	0,09
Tetraplégico	-	-	-	-	6	0,09	6	0,05
Ambliope	-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
Paralisia Cerebral	2	0,35	12	0,25	23	0,36	37	0,32
Cadeira de rodas	2	0,35	11	0,23	13	0,20	26	0,22
Deficiência /Handicap	1	0,18	14	0,30	11	0,17	26	0,22
Deficiência Motora	-	-	7	0,15	7	0,11	14	0,12
Les Autres	-	-	1	0,02	13	0,20	14	0,12
Deficiência Mental	-	-	6	0,13	8	0,13	14	0,12
Deficiência Visual	-	-	5	0,11	8	0,13	13	0,11
Deficiência Física	-	-	2	0,04	5	0,08	7	0,06
Deficiência Sensorial	-	-	3	0,06	1	0,02	4	0,03
Modalidades	40	7,08	349	7,36	475	7,47	864	7,41
Atletismo	19	3,36	158	3,33	261	4,11	438	3,76
Natação	-	-	79	1,67	85	1,34	164	1,41
Futebol	2	0,35	36	0,76	28	0,44	66	0,57
Boccia	5	0,88	22	0,46	39	0,61	66	0,57
Basquetebol	-	-	17	0,36	4	0,06	21	0,18
Ténis	-	-	4	0,08	7	0,11	11	0,09
Ténis de mesa	-	-	9	0,19	1	0,02	10	0,09
Judo	-	-	2	0,04	5	0,08	7	0,06
Esgrima	1	0,18	2	0,04	3	0,05	6	0,05
Voleibol	-	-	3	0,06	3	0,05	6	0,05
Ciclismo	-	-	2	0,04	3	0,05	5	0,04
Lançamento de precisão	6	1,06	-	-	-	-	6	0,05
Vela	-	-	-	-	5	0,08	5	0,04
Goalball	-	-	2	0,04	1	0,02	3	0,03
Tiro	-	-	1	0,02	2	0,03	3	0,03
Tiro com Arco	-	-	2	0,04	1	0,02	3	0,03
Tiro olímpico	-	-	2	0,04	-	-	2	0,02
Equitação	-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
Lançamento à distância	2	0,35	-	-	-	-	2	0,02
Halterofilismo	-	-	1	0,02	1	0,02	2	0,02

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
(cont.)									
	Outros	2	0,35	3	0,06	3	0,05	8	0,07
	Desporto para Deficientes	2	0,35	4	0,08	11	0,17	17	0,15
	Provas específicas	-	-	-	-	7	0,11	7	0,06
	Desporto para Surdos	-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
	Desporto Adaptado	1	0,18	-	-	-	-	1	0,01

Anexo 5.6. Categoria do Enquadramento Espaço-Temporal

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
ENQUAD. ESPAÇO-TEMPORAL		88	15,58	379	8,00	589	9,27	1056	9,06
	Geográfico	66	11,68	321	6,77	418	6,58	805	6,90
	Cidades Europeias	23	4,07	116	2,45	57	0,90	196	1,68
	Cidades Americanas	3	0,53	16	0,34	148	2,33	167	1,43
	Países Europeus	7	1,24	77	1,62	38	0,60	122	1,05
	Naturais da Europa	2	0,35	47	0,99	35	0,55	84	0,72
	Países Americanos	4	0,71	24	0,51	31	0,49	59	0,51
	Naturais da América	-	-	16	0,34	36	0,57	52	0,45
	Cidades Asiáticas	20	3,54	9	0,19	6	0,09	35	0,30
	Países Asiáticos	7	1,24	8	0,17	5	0,08	20	0,17
	Países da Oceania	-	-	1	0,02	16	0,25	17	0,15
	Cidades da Oceania	-	-	-	-	12	0,19	12	0,10
	Países Africanos	-	-	1	0,02	11	0,17	12	0,10
	Naturais da África	-	-	3	0,06	7	0,11	10	0,09
	Naturais da Oceania	-	-	-	-	10	0,16	10	0,09
	Naturais da Ásia	-	-	3	0,06	6	0,09	9	0,08
	Dimensão do fenómeno	5	0,88	26	0,55	97	1,53	128	1,10
	Mundial	5	0,88	23	0,49	60	0,94	88	0,75
	Europeu	-	-	1	0,02	24	0,38	25	0,21
	Internacional	-	-	2	0,04	13	0,20	15	0,13
	Cronológico	17	3,01	32	0,68	74	1,16	123	1,05
	Datas	17	3,01	32	0,68	74	1,16	123	1,05

Anexo 5.7. Categoria da Recreação

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
RECREAÇÃO		22	3,89	242	5,11	202	3,18	466	4,00
Amadorismo		7	1,24	48	1,01	56	0,88	111	0,95
Participação		7	1,24	48	1,01	56	0,88	111	0,95
Lazer		0	0	17	0,36	5	0,08	22	0,19
Lazer		-	-	11	0,23	-	-	11	0,09
Aventura		-	-	3	0,06	2	0,03	5	0,04
Convívio		-	-	2	0,04	2	0,03	4	0,03
Recreação		-	-	1	0,02	1	0,02	2	0,02
Espectáculo		15	2,65	177	3,73	141	2,22	333	2,86
Cerimónia		8	1,42	27	0,57	33	0,52	68	0,58
Espectadores		3	0,53	23	0,49	19	0,30	45	0,39
Surpresa		-	-	22	0,46	7	0,11	29	0,25
Expectativa		-	-	6	0,13	19	0,30	25	0,21
Espectáculo		-	-	14	0,30	10	0,16	24	0,21
Música		-	-	18	0,38	3	0,05	21	0,18
Emoção		-	-	9	0,19	11	0,17	20	0,17
Celebração		-	-	9	0,19	10	0,16	19	0,16
Animação		1	0,18	10	0,21	4	0,06	15	0,13
Fantástico		-	-	11	0,23	4	0,06	15	0,13
Exibição		-	-	9	0,19	2	0,03	11	0,09
Aplausos		1	0,18	3	0,06	4	0,06	8	0,07
Desfile		2	0,35	3	0,06	2	0,03	7	0,06
Grandioso		-	-	3	0,06	3	0,05	6	0,05
Brilhar		-	-	1	0,02	4	0,06	5	0,04
Fenómeno		-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
Festival		-	-	3	0,06	-	-	3	0,03
Cor		-	-	1	0,02	2	0,03	3	0,03
Luz		-	-	1	0,02	1	0,02	2	0,02
Claque		-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
Fogo-de-artifício		-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
Danças		-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
Efeitos especiais		-	-	1	0,02	-	-	1	0,01

Anexo 5.8. Categoria do Rendimento

Categoria	1988		1992		1996		Triénio	
	Unidade de Registo	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças
RENDIMENTO		183	32,39	1237	26,10	2102	33,07	3522
								30,21
Resultado (prémio)		121	21,42	465	9,81	929	14,62	1515
Medalhas		28	4,96	72	1,52	160	2,52	260
Classificação		8	1,42	87	1,84	130	2,05	225
Nº Medalhas		35	6,19	19	0,40	164	2,58	218
Marcas		2	0,35	99	2,09	92	1,45	193
Resultados		-	-	61	1,29	89	1,40	150
Ouro		14	2,48	26	0,55	80	1,26	120
Record		4	0,71	44	0,93	38	0,60	86
Bronze		11	1,95	13	0,27	60	0,94	84
Prata		11	1,95	14	0,30	52	0,82	77
Pódio		-	-	18	0,38	15	0,24	33
Títulos		3	0,53	2	0,04	10	0,16	15
Medalhado		1	0,18	1	0,02	11	0,17	13
Recordista		2	0,35	1	0,02	8	0,13	11
Galardão		1	0,18	-	-	8	0,13	9
Nº de Records		-	-	4	0,08	5	0,08	9
Prémio		-	-	-	-	5	0,08	5
Troféu		-	-	4	0,08	1	0,02	5
Laureado		1	0,18	-	-	1	0,02	2
Triunfo		26	4,60	155	3,27	280	4,41	461
Conquistar		15	2,65	14	0,30	65	1,02	94
Campeão		4	0,71	12	0,25	31	0,49	47
Ganhar		5	0,88	20	0,42	21	0,33	46
Superar		-	-	10	0,21	30	0,47	40
Melhores		-	-	5	0,11	26	0,41	31
Vitória		-	-	17	0,36	13	0,20	30
Vencer		-	-	16	0,34	11	0,17	27
Congratulações		-	-	7	0,15	12	0,19	19
Liderança		-	-	7	0,15	11	0,17	18
Excelência		-	-	9	0,19	6	0,09	15
Lograr		-	-	8	0,17	5	0,08	13
Mérito		-	-	4	0,08	8	0,13	12
Prestígio		-	-	1	0,02	11	0,17	12
Favoritismo		-	-	6	0,13	1	0,02	7
Sucesso		-	-	5	0,11	5	0,08	10
Vencedor		1	0,18	7	0,15	-	-	8
Homenageado		-	-	2	0,04	6	0,09	8
Vice-campeão		1	0,18	1	0,02	4	0,06	6
Triunfo		-	-	1	0,02	5	0,08	6
Proeza		-	-	2	0,04	3	0,05	5
Supremacia		-	-	1	0,02	3	0,05	4
Elite		-	-	-	-	3	0,05	3

(cont.)

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
Negócio		0	0	63	1,33	127	2,00	190	1,63
Apoios		-	-	10	0,21	35	0,55	45	0,39
Dinheiro		-	-	12	0,25	23	0,36	35	0,30
Negócio		-	-	9	0,19	11	0,17	20	0,17
Subsídios		-	-	3	0,06	8	0,13	11	0,09
Verbas		-	-	3	0,06	7	0,11	10	0,09
Encargos		-	-	5	0,11	4	0,06	9	0,08
Patrocínios		-	-	2	0,04	5	0,08	7	0,06
Ofertas		-	-	4	0,08	4	0,06	8	0,07
Preço		-	-	4	0,08	3	0,05	7	0,06
Bilhetes		-	-	3	0,06	4	0,06	7	0,06
Contrato-programa		-	-	-	-	6	0,09	6	0,05
Financiamento		-	-	2	0,04	3	0,05	5	0,04
Material		-	-	2	0,04	1	0,02	3	0,03
Publicidade		-	-	3	0,06	1	0,02	4	0,03
Empresas		-	-	1	0,02	12	0,19	13	0,11
Profissionalismo		32	5,66	365	7,70	524	8,24	921	7,90
Atletas		22	3,89	177	3,73	222	3,49	421	3,61
Competição		4	0,71	57	1,20	104	1,64	165	1,42
Seleção		1	0,18	19	0,40	24	0,38	44	0,38
Masculino		1	0,18	28	0,59	9	0,14	38	0,33
Feminino		-	-	23	0,49	6	0,09	29	0,25
Esforço		-	-	10	0,21	18	0,28	28	0,24
Trabalho		1	0,18	2	0,04	23	0,36	26	0,22
Treinar		1	0,18	7	0,15	18	0,28	26	0,22
Alto nível		-	-	14	0,30	12	0,19	26	0,22
Prestação		-	-	2	0,04	19	0,30	21	0,18
Preparação		-	-	2	0,04	15	0,24	17	0,15
Cumprir		-	-	6	0,13	9	0,14	15	0,13
Dedicação		1	0,18	5	0,11	6	0,09	12	0,10
Carreira		-	-	2	0,04	8	0,13	10	0,09
Objectivos		-	-	-	-	9	0,14	9	0,08
Experiência		-	-	3	0,06	5	0,08	8	0,07
Planificação		-	-	-	-	7	0,11	7	0,06
Exigência		-	-	3	0,06	3	0,05	6	0,05
Alta competição		-	-	2	0,04	1	0,02	3	0,03
Testes		-	-	2	0,04	1	0,02	3	0,03
Ranking		-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
Ambos os sexos		1	0,18	-	-	-	-	1	0,01
Veterano		-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
Ambição		-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
«Craque»		-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
Treino desportivo		0	0	36	0,76	16	0,25	52	0,45
Táctica		-	-	15	0,32	6	0,09	21	0,18
Estratégia		-	-	9	0,19	3	0,05	12	0,10
Estágio		-	-	1	0,02	5	0,08	6	0,05
Técnica		-	-	4	0,08	1	0,02	5	0,04
Vantagem		-	-	4	0,08	1	0,02	5	0,04
Guarda-redes		-	-	3	0,06	-	-	3	0,03

(cont.)

Categoria	Unidade de Registro	1988		1992		1996		Triênio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
(cont.)									
	Quadro competitivo	3	0,53	138	2,91	137	2,16	278	2,38
	Final	2	0,35	45	0,95	56	0,88	103	0,88
	Meia-final	-	-	29	0,61	21	0,33	50	0,43
	Eliminatória	1	0,18	17	0,36	21	0,33	39	0,33
	Apuramento	-	-	23	0,49	15	0,24	38	0,33
	Qualificação	-	-	7	0,15	19	0,30	26	0,22
	Quartos-de-final	-	-	11	0,23	3	0,05	14	0,12
	Oitavos-de-final	-	-	5	0,11	-	-	5	0,04
	Semi-final	-	-	1	0,02	2	0,03	3	0,03
	Política	1	0,18	15	0,32	89	1,40	105	0,90
	Governo	-	-	2	0,04	72	1,13	74	0,63
	Poder	-	-	6	0,13	1	0,02	7	0,06
	Política	-	-	2	0,04	4	0,06	6	0,05
	Legislação	-	-	-	-	5	0,08	5	0,04
	Município	-	-	3	0,06	2	0,03	5	0,04
	Consulado	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Divergências	-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
	Diplomacia	1	0,18	-	-	-	-	1	0,01
	Monarquia	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Asilo	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Activista	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Deserção	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01

Anexo 5.9. Categoria da Reabilitação

Categoria	Unidade de Registro	1988		1992		1996		Triênio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
REABILITAÇÃO		4	0,71	204	4,30	180	2,83	388	3,33
	Saúde	3	0,53	106	2,24	41	0,65	150	1,29
	Anatomia	2	0,35	11	0,23	7	0,11	20	0,17
	Médicos	1	0,18	10	0,21	7	0,11	18	0,15
	Síndrome	-	-	14	0,30	3	0,05	17	0,15
	Fadiga	-	-	9	0,19	4	0,06	13	0,11
	Vida	-	-	7	0,15	5	0,08	12	0,10
	Lesão	-	-	6	0,13	6	0,09	12	0,10
	Hospitais	-	-	11	0,23	-	-	11	0,09
	Tratamento	-	-	6	0,13	1	0,02	7	0,06
	Recuperação	-	-	8	0,17	-	-	8	0,07
	Reabilitação	-	-	6	0,13	1	0,02	7	0,06
	Fisicamente	-	-	6	0,13	1	0,02	7	0,06
	Benefícios	-	-	2	0,04	4	0,06	6	0,05
	Psiquicamente	-	-	3	0,06	-	-	3	0,03
	Visão	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Forma	-	-	2	0,04	2	0,03	4	0,03
	Regredir	-	-	2	0,04	-	-	2	0,02
	Prejudicial	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Sobrecarga	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01

(cont.)

Categoria	Unidade de Registro	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
(cont.)	Socio-profissional	1	0,18	32	0,68	68	1,07	101	0,87
	Sociedade	-	-	7	0,15	23	0,36	30	0,26
	Integração	-	-	7	0,15	15	0,24	22	0,19
	Condições	1	0,18	4	0,08	8	0,13	13	0,11
	Oportunidade	-	-	2	0,04	6	0,09	8	0,07
	Profissional	-	-	5	0,11	2	0,03	7	0,06
	Sensibilização	-	-	1	0,02	5	0,08	6	0,05
	Igualdade	-	-	1	0,02	5	0,08	6	0,05
	Normalização	-	-	3	0,06	2	0,03	5	0,04
	Conceitos	-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
	Socio-Económico	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Habitação	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Educação	0	0	24	0,51	21	0,33	45	0,39
	Formação	-	-	17	0,36	18	0,28	35	0,30
	Educação	-	-	4	0,08	2	0,03	6	0,05
	Educação Física	-	-	3	0,06	-	-	3	0,03
	Credenciado	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Acessibilidade	0	0	42	0,89	50	0,79	92	0,79
	Progressos	-	-	2	0,04	21	0,33	23	0,20
	Adaptações	-	-	15	0,32	6	0,09	21	0,18
	Guia	-	-	12	0,25	3	0,05	15	0,13
	Acessibilidade	-	-	6	0,13	8	0,13	14	0,12
	Barreiras	-	-	3	0,06	6	0,09	9	0,08
	Tecnologia	-	-	1	0,02	3	0,05	4	0,03
	Próteses	-	-	1	0,02	3	0,05	4	0,03
	Braille	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Cães-guia	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01

Anexo 5.10. Categoria da Organização Desportiva

Categoria	Unidade de Registro	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
ORGANIZAÇÃO DESPORTIVA		52	9,20	522	11,01	601	9,46	1175	10,08
	Hierarquia	5	0,88	23	0,49	80	1,26	108	0,93
	Presidente	4	0,71	7	0,15	31	0,49	42	0,36
	Chefe	1	0,18	7	0,15	27	0,42	35	0,30
	Dirigente	-	-	2	0,04	10	0,16	12	0,10
	Secretário-geral	-	-	-	-	6	0,09	6	0,05
	Delegado	-	-	4	0,08	1	0,02	5	0,04
	Vice-presidente	-	-	1	0,02	2	0,03	3	0,03
	Adjunto	-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
	Conselheiro	-	-	2	0,04	-	-	2	0,02
	Modelo Olímpico	5	0,88	7	0,15	7	0,11	19	0,16
	semelhante	4	0,71	6	0,13	6	0,09	16	0,14
	modelo	1	0,18	1	0,02	1	0,02	3	0,03

Categoria	Unidade de Registo	1988 n° presenças	%	1992 n° presenças	%	1996 n° presenças	%	Trénio n° presenças	%
(cont.)									
	Organizações	5	0,88	34	0,72	124	1,95	163	1,40
	FPDD	-	-	2	0,04	34	0,53	36	0,31
	COP	-	-	3	0,06	26	0,41	29	0,25
	COI	3	0,53	7	0,15	9	0,14	19	0,16
	INDESP	-	-	-	-	16	0,25	16	0,14
	COOB	-	-	13	0,27	2	0,03	15	0,13
	APOC	-	-	-	-	11	0,17	11	0,09
	IPC	-	-	1	0,02	5	0,08	6	0,05
	CDP	-	-	-	-	4	0,06	4	0,03
	ICC	-	-	3	0,06	-	-	3	0,03
	ONCE	-	-	2	0,04	-	-	2	0,02
	FPDS	-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
	SPOC	-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
	ODEPA	2	0,35	-	-	-	-	2	0,02
	DGD	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	FIFA	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	CIOMDD	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	CISS	-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
	Outras Federações	-	-	-	-	10	0,16	10	0,09
	Logística	37	6,55	458	9,66	390	6,14	885	7,59
	Programa	3	0,53	118	2,49	89	1,40	210	1,80
	Nº atletas participantes	15	2,65	68	1,43	76	1,20	159	1,36
	Treinador	-	-	42	0,89	20	0,31	62	0,53
	Organização	7	1,24	14	0,30	36	0,57	57	0,49
	Delegação	7	1,24	19	0,40	22	0,35	48	0,41
	Comitiva	-	-	16	0,34	26	0,41	42	0,36
	Nº elementos <i>staff</i>	-	-	24	0,51	18	0,28	42	0,36
	Alimentação	-	-	42	0,89	-	-	42	0,36
	Arbitragem	-	-	26	0,55	16	0,25	42	0,36
	<i>Media</i>	3	0,53	17	0,36	16	0,25	36	0,31
	Transportes	-	-	10	0,21	11	0,17	21	0,18
	Nº espectadores	-	-	15	0,32	6	0,09	21	0,18
	Acompanhantes	1	0,18	9	0,19	4	0,06	14	0,12
	Comité organizador	1	0,18	7	0,15	7	0,11	15	0,13
	Voluntários	-	-	6	0,13	6	0,09	12	0,10
	Mediatização	-	-	4	0,08	7	0,11	11	0,09
	Alojamento	-	-	7	0,15	4	0,06	11	0,09
	Convidados	-	-	2	0,04	8	0,13	10	0,09
	Nº modalidades	-	-	3	0,06	6	0,09	9	0,08
	Seguranças	-	-	1	0,02	6	0,09	7	0,06
	Auxiliares	-	-	5	0,11	-	-	5	0,04
	Nº entradas	-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
	Autorizações	-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
	Observadores	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	<i>Meeting</i>	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Cruz Vermelha	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Porta-voz	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Inscrições	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01

Anexo 5.11. Categoria da Ideologia

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
IDEOLOGIA		53	9,38	449	9,47	543	8,54	1045	8,96
	Olimpismo	19	3,36	38	0,80	91	1,43	148	1,27
	Jogos Olímpicos	15	2,65	11	0,23	51	0,80	77	0,66
	Olímpico	4	0,71	24	0,51	40	0,63	68	0,58
	Olimpíadas	-	-	3	0,06	-	-	3	0,03
	Paralimpismo	15	2,65	82	1,73	183	2,88	280	2,40
	Paralímpicos	15	2,65	77	1,62	152	2,39	244	2,09
	Missão	-	-	2	0,04	26	0,41	28	0,24
	Ideal	-	-	3	0,06	2	0,03	5	0,04
	Herói	-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
	Regulamentação	13	2,30	69	1,46	34	0,53	116	0,99
	Regras	13	2,30	65	1,37	25	0,39	103	0,88
	Dever	-	-	3	0,06	4	0,06	7	0,06
	Direito	-	-	1	0,02	2	0,03	3	0,03
	Estatutos	-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
	Capacidades	3	0,53	85	1,79	43	0,68	131	1,12
	Capacidades	1	0,18	23	0,49	18	0,28	42	0,36
	Força	-	-	23	0,49	14	0,22	37	0,32
	Jovem	1	0,18	14	0,30	5	0,08	20	0,17
	Veloz	1	0,18	10	0,21	2	0,03	13	0,11
	Rítmo	-	-	8	0,17	1	0,02	9	0,08
	Controlo	-	-	4	0,08	-	-	4	0,03
	Mais alto	-	-	2	0,04	1	0,02	3	0,03
	Sincronia	-	-	1	0,02	1	0,02	2	0,02
	Precisão	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Religião	0	0	4	0,08	11	0,17	15	0,1286
	Fé	-	-	3	0,06	1	0,02	4	0,03
	Louvor	-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
	Sagrado	-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
	Milagre	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Sacrifício	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Salvação	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Perdoar	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Inferno	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Ética	0	0	44	0,93	20	0,31	64	0,55
	Bom	-	-	17	0,36	10	0,16	27	0,23
	Bem	-	-	14	0,30	5	0,08	19	0,16
	Mal	-	-	5	0,11	-	-	5	0,04
	Mau	-	-	8	0,17	5	0,08	13	0,11

(cont.)

Categoria	Unidade de Registro	1988		1992		1996		Trênio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
(cont.)									
	Estética	0	0	7	0,15	4	0,06	11	0,09
	Bonito	-	-	3	0,06	1	0,02	4	0,03
	Perfeito	-	-	3	0,06	1	0,02	4	0,03
	Cativante	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Charme	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Corpo	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Paz	0	0	17	0,36	19	0,30	36	0,31
	Amor	-	-	3	0,06	7	0,11	10	0,09
	Serenidade	-	-	5	0,11	-	-	5	0,04
	Silêncio	-	-	1	0,02	3	0,05	4	0,03
	Tranquilidade	-	-	3	0,06	2	0,03	5	0,04
	Saudade	-	-	-	-	4	0,06	4	0,03
	Segurança	-	-	3	0,06	-	-	3	0,03
	Gratidão	-	-	-	-	3	0,05	3	0,03
	Harmonia	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Tolerância	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Moral	3	0,53	103	2,17	138	2,17	244	2,093
	Felicidade	-	-	9	0,19	19	0,30	28	0,24
	Esperança	1	0,18	14	0,30	8	0,13	23	0,20
	Incentivo	-	-	7	0,15	12	0,19	19	0,16
	Família	-	-	6	0,13	13	0,20	19	0,16
	Amizade	-	-	13	0,27	4	0,06	17	0,15
	Valor	1	0,18	5	0,11	11	0,17	17	0,15
	Espírito	-	-	2	0,04	12	0,19	14	0,12
	Honra	-	-	1	0,02	12	0,19	13	0,11
	Orgulho	-	-	-	-	12	0,19	12	0,10
	Aspirações	-	-	4	0,08	6	0,09	10	0,09
	Sorte	-	-	8	0,17	3	0,05	11	0,09
	Positivo	-	-	8	0,17	3	0,05	11	0,09
	Solidariedade	-	-	3	0,06	6	0,09	9	0,08
	Pureza	-	-	6	0,13	2	0,03	8	0,07
	Promessas	-	-	2	0,04	6	0,09	8	0,07
	Confiança	-	-	7	0,15	-	-	7	0,06
	Optimismo	-	-	3	0,06	3	0,05	6	0,05
	Liberdade	-	-	2	0,04	2	0,03	4	0,03
	Compreensão	1	0,18	-	-	2	0,03	3	0,03
	Partilha	-	-	2	0,04	-	-	2	0,02
	Humildade	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Simpatia	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Fair-play	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01

Anexo 5.12. Categoria do Sensacionalismo

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
SENSACIONALISMO		42	7,43	413	8,71	515	8,10	970	8,32
Personalidades		7	1,24	45	0,95	175	2,75	227	1,95
Personalidades		7	1,24	45	0,95	175	2,75	227	1,95
Corrupção/Fraude		1	0,18	52	1,10	15	0,24	68	0,58
Doping		-	-	19	0,40	2	0,03	21	0,18
Protesto		1	0,18	6	0,13	8	0,13	15	0,13
Corrupção		-	-	10	0,21	2	0,03	12	0,10
Sanções		-	-	7	0,15	-	-	7	0,06
Conduta vergonhosa		-	-	5	0,11	2	0,03	7	0,06
Acusação		-	-	2	0,04	1	0,02	3	0,03
Casos estranhos		-	-	3	0,06	-	-	3	0,03
Violência		6	1,06	29	0,61	12	0,19	47	0,40
Acidente		5	0,88	5	0,11	4	0,06	14	0,12
Contrariar		-	-	3	0,06	3	0,05	6	0,05
Gravidade		1	0,18	4	0,08	-	-	5	0,04
Perigo		-	-	4	0,08	-	-	4	0,03
Duro		-	-	2	0,04	-	-	2	0,02
Ameaçar		-	-	2	0,04	-	-	2	0,02
Afundar		-	-	2	0,04	-	-	2	0,02
Gritar		-	-	2	0,04	-	-	2	0,02
Afectar		-	-	4	0,08	1	0,02	5	0,04
Perseguição		-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
Atrocidades		-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
Imposição		-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
Boicotar		-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
Guerra		3	0,53	114	2,41	100	1,57	217	1,86
Disputar		2	0,35	25	0,53	31	0,49	58	0,50
Bater		-	-	19	0,40	16	0,25	35	0,30
Adversário		-	-	18	0,38	5	0,08	23	0,20
Duelo		-	-	13	0,27	8	0,13	21	0,18
Derrota		-	-	5	0,11	15	0,24	20	0,17
Lutar		-	-	6	0,13	12	0,19	18	0,15
Eliminar		-	-	13	0,27	3	0,05	16	0,14
Defender		1	0,18	4	0,08	6	0,09	11	0,09
Escapar		-	-	4	0,08	-	-	4	0,03
Agarrar		-	-	4	0,08	-	-	4	0,03
Terrorismo		-	-	-	-	4	0,06	4	0,03
«Prova de fogo»		-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
«Fratricida»		-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
Hostes		-	-	1	0,02	-	-	1	0,01

(cont.)

Categoria	Unidade de Registo	1988		1992		1996		Triénio	
		n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%	n° presenças	%
(cont.)									
	Desordem	0	0	9	0,19	42	0,66	51	0,44
	Complicações	-	-	6	0,13	11	0,17	17	0,15
	Caótico	-	-	-	-	9	0,14	9	0,08
	Desorganização	-	-	1	0,02	7	0,11	8	0,07
	Contratempo	-	-	1	0,02	6	0,09	7	0,06
	Críticas	-	-	-	-	6	0,09	6	0,05
	Polémica	-	-	1	0,02	1	0,02	2	0,02
	Lacunas	-	-	-	-	2	0,03	2	0,02
	Estigmas/Estereótipos	25	4,42	164	3,46	171	2,69	360	3,09
	Deficientes	18	3,19	15	0,32	29	0,46	62	0,53
	Dificuldades	-	-	16	0,34	25	0,39	41	0,35
	Perder	-	-	17	0,36	16	0,25	33	0,28
	Sofrimento	1	0,18	13	0,27	5	0,08	19	0,16
	Decepção	-	-	9	0,19	9	0,14	18	0,15
	Incapacitado	4	0,71	6	0,13	6	0,09	16	0,14
	Falhar	-	-	6	0,13	9	0,14	15	0,13
	Marginalização	-	-	7	0,15	6	0,09	13	0,11
	Receio	-	-	8	0,17	5	0,08	13	0,11
	Estigmas	-	-	8	0,17	13	0,20	21	0,18
	Estereótipos	1	0,18	8	0,17	10	0,16	19	0,16
	Diferente	-	-	3	0,06	5	0,08	8	0,07
	Adeus	-	-	1	0,02	7	0,11	8	0,07
	Necessidades	-	-	1	0,02	7	0,11	8	0,07
	Fraqueza	-	-	5	0,11	3	0,05	8	0,07
	Desistir	-	-	5	0,11	2	0,03	7	0,06
	Problema	-	-	6	0,13	1	0,02	7	0,06
	Pobreza	-	-	3	0,06	3	0,05	6	0,05
	Infortúnio	-	-	5	0,11	1	0,02	6	0,05
	Esconder	-	-	5	0,11	1	0,02	6	0,05
	Duvidar	-	-	3	0,06	2	0,03	5	0,04
	Nervosismo	-	-	6	0,13	-	-	6	0,05
	Desconhecido	-	-	2	0,04	2	0,03	4	0,03
	Desvantagem	-	-	3	0,06	-	-	3	0,03
	Infelicidade	-	-	1	0,02	2	0,03	3	0,03
	Frustração	1	0,18	1	0,02	-	-	2	0,02
	Reacção	-	-	1	0,02	-	-	1	0,01
	Desinformação	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01
	Chauvinismo	-	-	-	-	1	0,02	1	0,01

Anexo 6

Quadro da participação portuguesa nos Jogos Paralímpicos (adaptado de Carvalho, 1999)

Ano	Cidade	Modalidades	Deficiências	Nº de atletas
1988	Seul	Atletismo	Paralisia Cerebral	13
		<i>Boccia</i>		
1992	Barcelona	Atletismo	Paralisia Cerebral	28
		<i>Boccia</i>	Tetra/Paraplégicos	
		Natação	Amputados	
		Futebol	Cegos	
			<i>Les Autres</i>	
	Madrid	Atletismo	Mental	66
		Basquetebol		
		Natação		
		Futebol		
		Ténis de Mesa		
1996	Atlanta	Atletismo	Paralisia Cerebral	34
		<i>Boccia</i>	Tetra/Paraplégicos	
		Natação	Amputados	
		Futebol	Cegos	
			<i>Les Autres</i>	
			Mental	

Anexo 7.

Corpus de estudo

1. «A Bola», 13/07/96
2. «A Bola», 18/07/96
3. «A Bola», 08/08/96
4. «A Bola», 13/08/96
5. «A Bola», 17/08/96
6. «A Bola», 18/08/96
7. «A Bola», 19/08/96
8. «A Bola», 20/08/96
9. «A Bola», 21/08/96
10. «A Bola», 22/08/96
11. «A Bola», 23/08/96
12. «A Bola», 24/08/96
13. «A Bola», 25/08/96
14. «A Bola», 26/08/96
15. «A Bola», 27/08/96
16. «A Bola», 28/08/96
17. «Diário de Notícias», 13/10/1988
18. «Diário de Notícias», 16/10/1988
19. «Diário de Notícias», 18/10/1988
20. «Diário de Notícias», 20/10/1988
21. «Diário de Notícias», 21/10/1988
22. «Diário de Notícias», 23/10/1988
23. «Diário de Notícias», 24/10/1988
24. «Diário de Notícias», 08/09/1992
25. «Diário de Notícias», 17/09/1992
26. «Diário de Notícias», 05/07/1996
27. «Diário de Notícias», 12/08/1996
28. «Diário de Notícias», 14/08/1996
29. «Diário de Notícias», 17/08/1996
30. «Diário de Notícias», 19/08/1996

31. «Diário de Notícias», 24/08/1996
32. «Diário de Notícias», 28/08/1996
33. «Jornal de Notícias», 07/10/1988
34. «Jornal de Notícias», 20/10/1988
35. «Jornal de Notícias», 21/10/1988
36. «Jornal de Notícias», 24/10/1988
37. «Jornal de Notícias», 19/08/1992
38. «Jornal de Notícias», 20/08/1992
39. «Jornal de Notícias», 22/08/1992
40. «Jornal de Notícias», 07/09/1992
41. «Jornal de Notícias», 10/09/1992
42. «Jornal de Notícias», 10/07/1996
43. «Jornal de Notícias», 30/07/1996
44. «Jornal de Notícias», 16/08/1996
45. «Jornal de Notícias», 19/08/1996
46. «Jornal de Notícias», 21/08/1996
47. «Jornal de Notícias», 25/08/1996
48. «Jornal de Notícias», 27/08/1996
49. «Jornal de Notícias», 28/08/1996
50. «Record», 18/08/92
51. «Record», 28/08/92
52. «Record», 04/09/92
53. «Record», 06/09/92
54. «Record», 07/09/92
55. «Record», 08/09/92
56. «Record», 11/09/92
57. «Record», 13/09/92
58. «Record», 14/09/92
59. «Record», 15/09/92
60. «Record», 18/09/92
61. «Record», 20/09/92
62. «Record», 21/09/92
63. «Record», 22/09/92
64. «Record», 20/05/96

65. «Record», 03/07/96
66. «Record», 05/07/96
67. «Record», 18/07/96
68. «Record», 29/07/96
69. «Record», 15/08/96
70. «Record», 17/08/96
71. «Record», 21/08/96
72. «Record», 22/08/96
73. «Record», 23/08/96
74. «Record», 24/08/96
75. «Record», 26/08/96
76. «Record», 27/08/96
77. «Record», 28/08/96
78. «Record», 01/09/96
79. «Record», 05/09/96